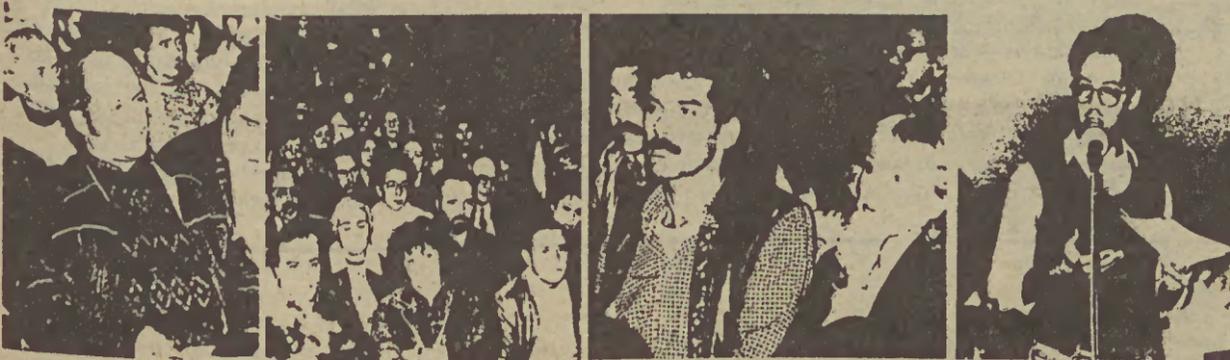




# COMITÉ CENTRAL ANALISA RESULTADOS ELEITORAIS E DEFINE TAREFAS

É necessário  
contrapor aos  
"tempos difíceis"  
que Cavaco Silva  
anuncia  
novos tempos  
de luta  
e resistência»

Texto integral da Resolução nas págs. 3, 4 e 5



## Organizações regionais e locais convocam plenários

Págs. 6, 7, 8, 9, 16 e 17

## Resistência e caminhos de mudança

— Artigo de Luís Sá

Pág. 18

## RTP e eleições: o breviário da manipulação

Págs. 22 e 23

## Do marxismo ao darwinismo

— a URSS nas vésperas  
do 19 de Agosto

Exclusivo «Avante!»/Revolution

Págs. 24, 25 e 26

## Ferrovários intensificam luta por melhores condições de vida

— artigo de António Leal  
da Federação dos Sindicatos  
Ferrovários

Pág. 19

# Uma exigência inapelável dos dias actuais

**N**a última semana, o Comité Central do PCP examinou a situação decorrente dos resultados das eleições legislativas do último dia 6 e aprovou no final dos trabalhos uma Resolução que

noutro lugar do nosso jornal publicamos e que submetemos à apreciação e à reflexão dos leitores.

A Resolução do CC faz do acto eleitoral e dos seus resultados a leitura própria de um partido de classe e de princípios com as características intrínsecas do PCP - um primeiro aprofundamento objectivo e crítico das eleições e da sua actuação virado no essencial para a nova situação, as novas realidades e as novas e complexas tarefas que se colocam aos comunistas portugueses nos dias actuais.

Também no último fim-de-semana outros partidos concorrentes (com excepção até agora do PSD) procederam, com as suas características e nas formas personalizadas e mais ou menos superficiais que lhes são peculiares, ao balanço dos resultados eleitorais com profundas incidências na sua vida interna.

Dois métodos de análise dos acontecimentos, duas forças distintas, duas leituras diferentes.

Na base dos resultados de 6 de Outubro e das consequências mais notórias na acção, na vida interna e no futuro imediato de alguns dos principais partidos intervenientes na batalha eleitoral (inclusive do próprio partido vencedor onde, sob a euforia da vitória, se vislumbra já a luta interna dos «barões» e «baronetes», dos «loobies» regionais por cargos e posições de privilégio no partido, no governo e no aparelho de Estado) e da nova arrumação de forças, emergem factores novos que não deixarão de influenciar e condicionar fortemente a evolução da situação social e política portuguesa nos tempos imediatos.

No PS - apesar da subida de mandatos - é notória a frustração pela distância a que o partido ficou das suas irrealistas ambições maioritárias, um insucesso que aproveitou aos objectivos hegemónicos do cavacismo governante e abriu o flanco à contestação interna dos sectores mais social-democratizantes e mais abertos a uma conciliação com a direita, organizados no seio do partido.

As hesitações e incongruências do PS no decurso da campanha eleitoral, o seu posicionamento político, a sua obstinada recusa ao exame das possibilidades de uma alternativa credível à direita governante em conjunto com o PCP e as restantes forças democráticas, os apelos ao voto dos comunistas no PS, as concepções

bipolarizadoras, reverteram em última análise, como advertiu o PCP, em benefício exclusivo do partido de Cavaco e acabou por constituir um dos factores mais valiosos da sua vitória eleitoral.

**D**a Resolução do CC dois aspectos de importância primacial devem destacar-se:

Um, o da reafirmação do papel insubstituível do PCP na sociedade portuguesa actual; a sua indispensabilidade para o necessário revigoreamento e aprofundamento do processo democrático em Portugal, para a defesa dos interesses sociais e culturais dos trabalhadores e do povo, para a salvaguarda da independência nacional.

O grave insucesso eleitoral da CDU - Coligação Democrática Unitária - não abateu, antes fez redobrar, as energias, a determinação e a confiança dos comunistas portugueses no seu Partido, nos seus ideais, nos destinos da sua luta e do seu projecto.

Nas tremendas condições em que tiveram que empenhar-se na batalha eleitoral, sob a formidável ofensiva de forças adversas e detractores de todos os matizes, o nosso Partido, em estreita unidade com os seus aliados da CDU, soube arrostar com elevado espírito combativo e firmemente unido as colossais dificuldades levantadas à sua acção, pôde, apesar da sensível queda da votação nas eleições, conduzir uma dinâmica campanha de âmbito nacional, dar incontestáveis provas da sua vitalidade e da sua profunda ligação com as massas populares, conseguiu, apesar dos factores adversos, fazer eleger para a nova Assembleia da República um aguerrido e capacitado grupo parlamentar.

O PCP não é um Partido de circunstância e de conjuntura. Tem setenta anos de uma exaltante história, foi temperado numa dura luta de gerações ao serviço dos trabalhadores e do povo, está habituado a enfrentar e superar as mais rudes dificuldades. Nesta nova curva da História, na difícil e complexa batalha pelo futuro e contra o actual e transitório hegemonismo da direita, saberá tirar do insucesso as necessárias lições para levar avante o seu combate e o seu projecto.

**O** segundo aspecto a realçar da Resolução do CC é o reafirmar das características políticas e de classe do partido e do governo de Cavaco Silva, da denúncia do seu projecto restauracionista do capitalismo monopolista de Estado, que vai agora prosseguir

com maior intensidade e agressividade, e da sua campanha de mistificação e demagogia eleitoralistas apoiada na instrumentalização abusiva da arma política das suas posições de governo e dos recursos materiais do aparelho do Estado em benefício próprio.

O PCP não cultiva a filosofia dos «profetas da desgraça». As suas previsões e denúncias apoiam-se em factos e dados irrefutáveis.

Mas está ciente e alerta o povo português para o inevitável agravamento das suas condições de vida e de trabalho sob a renovada hegemonia política da direita.

O período das «vacas gordas» proporcionado pelas injecções financeiras externas da CEE e da conjuntura internacional vai chegar ao fim. Aproxima-se o das «vacas magras» e não são apenas os comunistas que o prenunciam.

Dizem-no também qualificados e insuspeitos especialistas e analistas portugueses e estrangeiros.

É significativo que Cavaco Silva tenha «profetizado» no comício da noite do dia 6 na Alameda, logo à raiz da sua vitória eleitoral - e não antes - que se avizinha «dias difíceis».

Na verdade, ainda não se tinham extinguido os ecos da batalha eleitoral e novos factos ilustrativos da política antipopular do governo saltavam para a luz do dia vindo a somar-se a outros que já eram do domínio público: os despedimentos logo a 7 de Outubro dos 125 trabalhadores da Siemens de Évora (90 por cento mulheres); dos 370 da Firestone, de Alcochete, dos 660 da IFM, de Tomar, e ainda os 660 da CNB/Camac e os 840 do sector electrónico da Seagate de Palmela a juntarem-se ao 300 da Tabopan e às centenas de outros da indústria têxtil do Vale do Ave e das Beiras com salários em atraso.

Logo ao dia seguinte das eleições crescem as pressões do alto patronato contra o pretenso elevado nível dos salários portugueses que consideram inibitório da competitividade da economia portuguesa no âmbito comunitário de 1992.

A necessária redução da taxa de inflação ao nível da CEE é encarada através da contracção do consumo - não dos consumos sumptuários dos grandes detentores da fortuna mas à custa da redução do poder de compra dos salários.

As previsões pessimistas da CGTP-IN quanto à «aproximação de uma época de pressão sobre os trabalhadores» são inteiramente fundamentadas.

A conjugação da luta popular de massas com a luta institucional dos comunistas e dos seus aliados na futura Assembleia da República será uma preocupação permanente e uma exigência inapelável da acção dos comunistas nos dias actuais.



Comité Central do PCP analisa resultados eleitorais

## RESUMO

### 9 Quarta-feira

Basílio Horta afasta em definitiva hipótese de liderar o CDS ■ Em nota à imprensa, o MDM assinala que o novo Parlamento tem apenas 12 mulheres entre os 223 deputados já eleitos, o que representa apenas 8,5 por cento da percentagem global ■ Fernando Nogueira defende a indigitação de um novo Governo o mais rapidamente possível ■ Entra em vigor na Croácia o oitavo cessar-fogo assinado desde o início da guerra entre o Exército jugoslavo e as forças de Zagreb ■ A Organização dos Estados Africanos decreta embargo ao Haiti ■ O ministro da Economia russo, Evgueni Saburov, apresenta a sua demissão ao Parlamento, abrindo uma nova crise política na Rússia, em vésperas da assinatura do novo acordo económico entre as repúblicas da URSS.

### 10 Quinta-feira

Em reunião do seu Comité Central o PCP considera que o resultado eleitoral «não põe em causa o ímpar e exemplar património de luta do Partido nem compromete o papel do PCP na vida presente ou invalida a sua intervenção futura» ■ A população de D. Maria, uma das que protagonizou o boicote às eleições de 6 de Outubro, mantém a decisão de não ir às urnas ■ A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) estabelece contactos em Madrid para preparar a sua ligação à associação europeia ■ Comunistas cubanos iniciam o seu IV Congresso em Santiago de Cuba ■ A Amnistia Internacional denuncia a violação dos direitos humanos no Haiti, país onde segundo esta organização foram mortas centenas de pessoas desde o golpe de 30 de Setembro.

### 11 Sexta-feira

Em conferência de imprensa a CGTP insiste na recusa de quaisquer políticas de austeridade e garante continuar a luta pela diminuição do horário de trabalho ■ A UDP, após reunião do Secretariado do seu Conselho Nacional, considera que a «reedição da maioria absoluta do PSD e as características da campanha deste partido demonstraram que a governamentalização das instituições democráticas se elevou ao presidencialismo do Governo» ■ Conselho de Estado soviético dissolve o Comité para a Segurança do Estado (KGB) ■ A aviação turca bombardeia vilas no Norte do Iraque provocando três mortos e 35 feridos ■ Kiichi Miyazawa recebe apoio da maior facção do Partido Liberal democrático, no Poder, o que lhe garante a indigitação para o cargo de primeiro-ministro do Japão, em substituição de Toshiki Kaifu ■ Fidel Castro afirma que a revolução cubana «não tem alternativa» e o «capitalismo nunca regressará» a Cuba.

### 12 Sábado

Freitas do Amaral deixa liderança do CDS afirmando «ter perdido eleições e amigos» ■ MDP/ /CDE convoca congresso para primeiro trimestre de 1992 ■ A Co-

missão Executiva de «Os Verdes» sublinha que «a perda de influência eleitoral da CDU não elimina a possibilidade de reforço face à intervenção necessária e convergente das forças democráticas para combater a política que se adivinha vir a ser aplicada pelo PSD» ■ Turquia volta a atacar curdos no Iraque ■ A «Der Spiegel» revela que a Ku Klux Klan apoia organizações nazis na Alemanha ■ OLP afirma não existir «uma evolução positiva» por parte dos EUA sobre a questão da representação palestina à conferência de paz.

### 13 Domingo

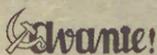
População de D. Maria boicota de novo as eleições ■ Adriano Moreira aceita gestão transitória do CDS ■ Moradores de Belmonte-Gare cortam linha férrea da Beira Baixa em protesto contra o encerramento de uma passagem de nível ■ João Soares, líder de uma das sensibilidades no PS, manifesta concordância com a antecipação do Congresso do partido ■ Gorbachov advoga para a URSS uma «perestroika colossal» ■ República da Arménia pede adesão oficial ao Conselho da Europa ■ 40 mil índios manifestam-se na Guatemala para denunciarem o que consideram a «opressão» da colonização espanhola ■ Chevardnadze, antigo chefe da diplomacia do Kremlin, afirma que cisão da URSS abalará o mundo.

### 14 Segunda-feira

Miguel Beza garante não querer desvalorização do escudo ■ Nobel da Paz atribuído a Aung Suu Kyi, líder da oposição birmanesa ■ CGTP lança alerta sobre a situação dos trabalhadores clandestinos ■ António Guterres admite em entrevista ao telejornal vir a ser alternativa a Sampaio ■ URSS adia assinatura de acordo económico ■ A Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ) anuncia que em 1991 morreram 53 dos seus filiados no exercício da profissão ■ Proposta de lei eleitoral na Argélia é recusada na Assembleia Nacional ■ James Baker afirma após encontro com Mubarak que a conferência de paz sobre o Médio Oriente será convocada antes do final do mês.

### 15 Terça-feira

Depois de ter sido designada Capital Europeia da Cultura, Lisboa é escolhida em Santiago do Chile, para Capital Ibero-Americana da Cultura em 1994 ■ Um acordo que prevê o cessar-fogo na Jugoslávia, «dentro de um mês», foi, entre outros resultados, apontado como resultado do encontro de Gorbachov com os líderes croata e sérvio em Moscovo ■ Por 52 votos contra 48 o Senado dos Estados Unidos confirma a nomeação do juiz negro Clarence Thomas, para o Supremo Tribunal de Justiça ■ Ângelo Correia (PSD) chefia delegação de deputados portugueses a Timor-Leste. O avião que os transporta não permanece na Indonésia durante os 11 dias da visita ■ Índices de corrupção levam à suspensão preventiva de funcionários na prisão de Custódios ■ Um abaixo-assinado de apoio a Cuba é entregue ao encarregado dos Negócios Estrangeiros daquele país em Lisboa.



Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA - Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47059. NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: Distribuição ADE's Editorial Avante! - R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa - Telef. (01) 3 95 21 93/7

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 3 95 21 93/7

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS - Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra - Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pisos, 325, Guilões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 86/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa - Telef. (01) 3 95 21 93/7

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa - Telef. (01) 3 95 21 93/7

Composto e Impresso na Heka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

#### TABELA DE ASSINATURAS

|  |
|--|
| PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.325\$00                       |
| REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 7.707\$50  |
| ESPAÑA — 50 números: 7.090\$00   |
| MACAU — 50 números: 11.140\$00   |
| GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 12.190\$00                                 |
| EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA E TODO O TERRITÓRIO DA URSS) — 50 números: 13.350\$00 |
| EXTRA-EUROPA — 50 números: 16.450\$00  |

Nome \_\_\_\_\_  
Morada \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_  
Código Postal \_\_\_\_\_  
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

PCP

# Resolução do Comité Central do PCP sobre a situação decorrente dos resultados eleitorais de 6 de Outubro

**1.** Ao proceder ao exame da situação decorrente das eleições de 6 de Outubro para a Assembleia da República, o Comité Central saúda todos quantos se empenharam e participaram na campanha da CDU que constituiu, em si mesma, uma coerente afirmação de vontade popular, a proposta ao povo de uma política capaz de resolver os graves problemas nacionais e um expressivo movimento de massas contra o Governo da direita e por uma alternativa democrática.

O Comité Central saúda os membros do Partido - homens, mulheres e jovens, pela sua dinâmica, dedicada e diversificada intervenção militante; o PEV, a ID, a UDP e os numerosos democratas independentes pela sua valiosa contribuição na campanha CDU; e a JCP e a juventude CDU pela sua entusiástica acção que desempenhou papel de relevo no êxito de numerosas iniciativas e na projecção para o futuro da batalha eleitoral travada.

A campanha eleitoral confirmou a solidez, coesão e profunda ligação do PCP com o povo e o espírito unitário das forças componentes da CDU.

**A campanha eleitoral confirmou uma forte capacidade de intervenção na vida política, social e cultural do país, apoiada na conjuntura eleitoral por mais de meio milhão de portugueses - resultado este que, apesar de traduzir um sério insucesso eleitoral em relação aos objectivos definidos, confirma que o PCP e a CDU constituem no quadro político nacional uma força real com potencialidades de desenvolvimento que a vida confirmará.**

**2.** Os resultados das eleições de 6 de Outubro apresentam, em termos globais e estritamente eleitorais, quatro grandes traços caracterizadores:

- a obtenção pelo PSD de nova maioria absoluta de mandatos e de votos;

- a grande distância entre a votação registada pelo PS e os objectivos eleitorais que este partido publicamente apresentou;

- o insucesso eleitoral da CDU, com perdas de votação em todos os círculos eleitorais;

- o aumento da abstenção, que registou o seu maior valor em eleições legislativas no Portugal democrático.

A renovação da maioria absoluta não deixa lugar a dúvidas sobre o êxito eleitoral obtido pelo PSD. Atente-se, porém, que a evolução do número de votos do PSD a nível dos diversos círculos eleitorais foi irregular. Relativamente às votações obtidas em 1987, o PSD aumentou o número de votos em doze círculos eleitorais e viu reduzir o número de votantes em oito. Pela sua dimensão e significado, é de registar que no concelho de Lisboa a votação no PSD baixou 12%, correspondendo a menos 28 mil eleitores.

O Partido Socialista, partindo de uma das suas mais baixas votações, registou aumentos em todos os círculos eleitorais. Porém, o acréscimo de 406 mil votos obtidos pelo PS, conferindo-lhe uma percentagem eleitoral de 29,3%, não só ficaram bastante aquém dos objectivos eleitorais que os socialistas publicamente enunciaram, e que algumas sondagens pretenderam dar como «garantidos», como mantiveram o PS a uma enorme distância eleitoral do PSD, confirmando assim que, só por si, o PS não é alternativa eleitoral ao PSD e à direita.

O insucesso eleitoral da CDU é espelhado pela redução da sua votação global de 12,2% para 8,8% e pela correspondente perda de 9 deputados (tendo em conta que a redução dos mandatos na Assembleia da República de 250 para 230 representaria só por si uma diminuição de 5 mandatos para a CDU mesmo que a sua votação fosse igual à de 1987). A redução da votação na CDU verificou-se em todos os círculos eleitorais (o que aponta para a relevância de factores globais nos resultados obtidos) atingindo, em geral, maior dimensão relativa nos círculos eleitorais em que a CDU não tinha deputados eleitos. Os resultados desfavoráveis da CDU conduziram à perda da representação parlamentar em alguns distritos (Braga, Coimbra, Faro e Portalegre), à redução da representação parlamentar noutros (Lisboa, Porto, Setúbal e Évora) e à perda da posição de primeira força eleitoral em dois distritos de forte implantação política do PCP (Évora e Setúbal).

Anote-se, ainda, a eleição de um deputado pelo PSN (devendo merecer ponderação o facto de as suas maiores votações absolutas se terem registado nos distritos de Lisboa, Porto, Setúbal e Santarém), a manutenção do baixo peso eleitoral do CDS e o desaparecimento eleitoral do PRD.

O número de abstencionistas atingiu os 2 milhões 650

mil eleitores, cerca de um terço dos inscritos nos cadernos eleitorais. Foram mais 530 mil portugueses (número igual a 90% dos novos eleitores!) que nestas eleições optaram pela abstenção. Quer pela dimensão que atingiu (ainda que descontada a chamada «abstenção técnica» resultante da desactualização dos cadernos eleitorais), quer pela sua tendência crescente, o fenómeno da abstenção não pode deixar de preocupar os democratas e de impor a análise das suas causas.

Não pode deixar de constituir um sério motivo de reflexão para todos os que se preocupam com a evolução da vida democrática do País o facto de, nas eleições mais marcadas pela personalização e por fortíssimos elementos de espectacularidade e do chamado «marketing político», se ter verificado um significativo acréscimo da abstenção.

Sem prejuízo da consideração de outros factores que tenham pesado no aumento da abstenção, merece atenta ponderação a questão de saber se a artificialização do debate político e das campanhas eleitorais - conduzindo a um seu afastamento dos problemas vivos dos cidadãos e do País - não se pode tornar responsável por um crescente desinteresse dos cidadãos pela vida política e pelo exercício do direito de voto.

Por acréscimo, é legítimo admitir que a abstenção tem vindo a incidir, fundamentalmente, sobre potenciais votantes nas forças democráticas, reforçando a necessidade de uma análise profunda das razões que a determinam.

**3.** A renovação da maioria absoluta de deputados e de votos pelo PSD comporta um grave significado e consequências e põe em evidência a necessidade de uma aprofundada reflexão sobre os múltiplos factores, fenómenos, situações e aspectos da evolução da vida nacional nos últimos anos que, de forma complexa e conjugada, terão contribuído para o êxito eleitoral do PSD.

Como contribuição para uma tal reflexão, e no desenvolvimento de apreciações anteriormente feitas pelo PCP, são de considerar como elementos indissociáveis do êxito alcançado pelo PSD:

- o exercício do Governo durante quatro anos, com uma submissa maioria parlamentar, beneficiando de uma conjuntura económica externa muito favorável, do afluxo de centenas de milhões de contos de fundos da CEE, de um período de crescimento económico que permitiu quer a absorção ou atenuação de descontentamentos quer o fomento de ilusões e de expectativas favoráveis em largas camadas da população, quer ainda o avanço na sociedade portuguesa de valores, critérios e atitudes tributários da política de direita;

- a possibilidade, exaustivamente aproveitada pelo PSD, de uma gestão governativa em grande medida comandada e inspirada pelo calendário eleitoral e por critérios eleitoralistas e em que se insere por exemplo a definição planificada, no conteúdo e no tempo, das decisões e medi-

das de maior impacte em relação a diversas classes e camadas sociais;

- a escandalosa instrumentalização do aparelho e dos recursos do Estado e o controlo dos mais importantes meios de informação e a sua colocação ao serviço dos objectivos eleitorais do PSD, como foi particularmente patente na operação de mudança de «imagem» e na intensificação da demagogia que o PSD empreendeu a partir das duas derrotas eleitorais que sofreu em 1989;

- a significativa irradiação na consciência social de uma imagem do PSD como partido praticamente identificado com o Estado, o que, combinado com a desmesurada expansão de um sistema clientelar, favoreceu a introdução e consolidação de fenómenos de dependência e condicionamento favoráveis à influência política e eleitoral do PSD;

- o facto de largos sectores da população terem continuado a ser permeáveis à linha de mistificação insistente desenvolvida pelo PSD no sentido de a sua acção e resultados serem prioritariamente avaliados por comparação com a gravidade e dimensão de certos problemas e indicadores socioeconómicos no período de 83 a 85 (Governo do bloco central em que o PSD participou com o PS mas de que o próprio PS sempre assume exclusivamente as responsabilidades).

Com base nestes elementos e factores favoráveis, a orientação adoptada pelo PSD na condução da pré-campanha (feita sobretudo pelo Governo e pelas suas inaugurações) e designadamente da campanha eleitoral conseguiu obter significativos êxitos em aspectos que eram decisivos para a determinação da maioria de deputados e do seu nível de votação, nomeadamente:

- afastando a atenção do eleitorado e secundarizando no debate eleitoral o verdadeiro exame da nefasta política realizada pelo PSD, o efectivo agravamento dos importantes problemas nacionais e a ostensiva confrontação e agressão praticadas contra os interesses de camadas e grupos sociais muito diversificados;

- escamoteando a política e as medidas que efectivamente tem planeadas para depois das eleições (brutal aplicação do pacote laboral com a liberalização dos despedimentos individuais, desprezo pela dramática situação dos agricultores, redução do papel e responsabilidades do Estado em áreas sociais, agravamentos fiscais, política de austeridade);

- desfigurando a natureza e a finalidade das eleições legislativas, apagando o valor institucional específico da Assembleia da República e dos deputados, no quadro de uma campanha eleitoral quase exclusivamente centrada sobre a figura do seu líder, tão vazia de propostas e de ideias e tão avessa ao seu debate como submergida pelo esplendor dos meios financeiros e da propaganda, pela repetição obsessiva das principais linhas de mistificação e pelas encenações da «política-espectáculo» e de uma intervenção eleitoral



# Resolução do Comité Central do PCP sobre a situação decorrente dos resultados eleitorais de 6 de Outubro

marcada por um vendaval de mentiras, chantagem e catastrofismo;

- inculcando e estimulando na consciência de importantes segmentos do eleitorado (que tinham estado ao longo dos últimos anos em conflito aberto com a política do Governo) um corte entre descontentamentos sectoriais e apreciação global do Governo e do Primeiro-Ministro e uma mais profunda separação entre interesses sociais e opções eleitorais;

- explorando intensamente a falta de credibilidade que a orientação do PS, aos olhos de importantes sectores do eleitorado, projectava sobre a alternativa democrática, e, nessa base, e com largo apoio na comunicação social e com o benefício da instrumentalização de sondagens, criando uma imagem de força lançada para a vitória.

O resultado alcançado pelo PSD traduz uma opção dos eleitores que nele votaram numa determinada conjuntura e em determinadas circunstâncias. Não pode esmagar nem as razões e convicções de quase metade do eleitorado que votou em forças que fizeram campanha contra o PSD e por orientações e propostas diferentes e contrárias às do PSD. Não pode servir para impor abdicções de opinião e de apreciação em relação quer ao balanço dos últimos quatro anos de Governo do PSD quer aos previsíveis resultados negativos da sua política futura. Não pode igualmente ser invocado para transformar a mentira em verdade, a demagogia em seriedade, a chantagem em método aceitável de influência eleitoral, as concepções antidemocráticas em atitudes e posturas com valor democrático.

4. Os resultados obtidos pelo PS nas eleições de 6 de Outubro traduzem um considerável insucesso em relação aos principais objectivos que ambiciosa e irrealisticamente proclamou, e põem em evidência a inadequação e incorrecção de aspectos fundamentais da sua orientação e estratégia eleitoral.

Sem excluir que as deslocações de votos possam ser mais variadas e complexas do que a aparência dos resultados indicia, parece evidente que globalmente o PS não conseguiu - como era essencial - ganhar votos no eleitorado que em 1987 votou no PSD e que a sua subida em relação ao seu anterior resultado se fica a dever à natural absorção de parte do eleitorado do PRD e à captação, sob a ilusão do alegado «voto útil», de parte da votação perdida pela CDU.

OPS que se propusera atingir a maioria absoluta ou pelo menos ser mais votado que o PSD limita-se a atingir um resultado que é muito inferior ao obtido nas eleições autárquicas e para o Parlamento Europeu de 1989 e se situa ao nível dos seus mais baixos resultados alcançados entre 1975 e 1985 (antes do aparecimento do PRD).

Ao apresentar-se ao eleitorado como pretendendo ser isoladamente alternativa ao Governo do PSD, ao concentrar-se não no objectivo crucial de ganhar votos ao PSD mas no de enfraquecer a votação da CDU, ao empenhar-se totalmente na pressão bipolarizadora sobre o eleitorado, e ao recusar-se a enunciar uma disponibilidade de diálogo com o PCP com vista a uma solução governativa potencialmente estável, o PS acabou por afectar perante largos sectores do eleitorado a credibilidade de uma alternativa democrática, facilitou consideravelmente a vitória do PSD e prejudicou o seu próprio resultado.

Como o PCP e a CDU frequentemente advertiram, o extenso acolhimento e promoção designadamente em órgãos de comunicação social da tese da «bipolarização» e da exclusiva atribuição ao PS do papel de derrotar o PSD e de ser sozinho na alternativa, só poderia ter como intenção subjectiva ou resultado objectivo o abrir caminho para a conclusão de que não haveria alternativa ao PSD, facilitando-lhe a consolidação da imagem de uma sua dinâmica vitoriosa, ao serviço quer da desmoralização e perda de confiança de parte do eleitorado das forças democráticas.

Na situação nacional e no respectivo quadro político, partidário e eleitoral, a concretização dos projectos de «bipolarização», mais do que favorecer, por via de um drástico enfraquecimento do PCP, uma indesejável e negativa alternância no Governo entre o PSD e o PS na realização de uma política similar, teria sim como principal resultado favorecer e assegurar a eternização da direita no poder.

Manter o PS entretido na ambição de se tornar uma espécie de partido único do campo democrático e enredado na armadilha da «bipolarização», e conseqüentemente afastá-lo da convergência entre forças democráticas que a vida mostra ser a condição básica para

uma alternativa democrática, é o melhor seguro de vida para a política e o Governo do PSD.

Ao contrário do que insistentemente se procura fazer crer, os negativos resultados das eleições de 6 de Outubro não atestam nem a confirmação de uma alegadamente já existente «bipolarização» nem o avanço de um tal processo.

Os resultados de 6 de Outubro atestam sim, para os próprios eleitores da CDU que tenham sido influenciados pelos falsos dilemas de Governo veiculados pela campanha do PS, que deslocações de voto da CDU para o PS eram completamente inúteis do ponto de vista da derrota da direita e da construção da alternativa e que o essencial era obter deslocações da direita para o campo democrático e reforçar a CDU.

Os resultados indicam uma diferença de influência eleitoral entre o PS e o PCP, que o PCP não considera positiva e à qual não se resigna ou acomoda, mas que, em rigor, não é inédita nem superior à verificada noutros momentos eleitorais do passado.

Os resultados testemunham sobretudo de forma indiscutível que o PS sozinho não é alternativa à direita e que a votação, a representação parlamentar e as propostas do PCP são e continuarão a ser indispensáveis para a derrota da direita e para a viabilização e concretização de uma alternativa democrática.

5. Sem deixar de valorizar o lugar de terceira força que a CDU manteve nestas eleições e o número de deputados com que irá prosseguir a intervenção activa do PCP na futura Assembleia da República, o Comité Central reconhece que nenhum dos objectivos do PCP para as eleições de 6 de Outubro foi alcançado.

Os resultados obtidos pela CDU, ainda que diminuídos, confirmam a existência de um núcleo sólido e coeso, que sustenta firmemente os objectivos, valores e projecto que o PCP assume na sociedade portuguesa.

Entre os factores que influíram no resultado eleitoral da CDU e para além de alguns dos já enunciados em relação às causas do resultado eleitoral do PSD, são de sublinhar:

- a situação nos países do Leste europeu e, em particular, a ocorrência dos graves acontecimentos na União Soviética a escassas três semanas da campanha eleitoral (o que inverteu o clima político-eleitoral favorável em que tinha decorrido a pré-campanha), no triplo aspecto:
- do abalo provocado pelos acontecimentos em si;
- da deturpação grosseira das posições da Direcção do PCP e da gigantesca campanha anticomunista conduzida através dos principais órgãos da comunicação social;
- e da impossibilidade, num tão curto prazo de tempo e nas condições de uma campanha eleitoral, de aprofundar a discussão no seio do Partido e de enfrentar e dissipar incompreensões que se fizeram sentir em algumas áreas do eleitorado da CDU;

- as profundas mutações demográficas e sociais que se têm verificado em algumas regiões de forte implantação política e eleitoral do PCP (terciarização das actividades económicas, precariedade do emprego, migrações, fortes reduções dos postos de trabalho em empresas de grande concentração operária, eliminação de milhares de postos de trabalho agrícolas com a liquidação da reforma agrária, alterações dos hábitos e estruturas de consumo das populações, etc.), nem sempre correspondidas no plano do desenvolvimento da intervenção do Partido e das suas organizações;

- a perda de perspectivas e o desânimo que atingiu alguns sectores do eleitorado da CDU conduzindo à sua desmobilização e abstenção eleitoral;

- a pressão bipolarizadora exercida pelo PS que, ao invés de centrar os seus esforços na deslocação para o campo democrático de muitos eleitores que em 1987 haviam dado a maioria ao PSD, concentrou prioritariamente a sua campanha na tentativa de captação de votos na área da CDU;

- as mistificações amplamente difundidas em torno do significado real das eleições («escolha do Primeiro-Ministro», etc.) e as ilusões criadas, mesmo em franjas do eleitorado da CDU, pela gigantesca demagogia eleitoral do PSD e de Cavaco Silva;

- as dificuldades e deficiências da organização partidária.

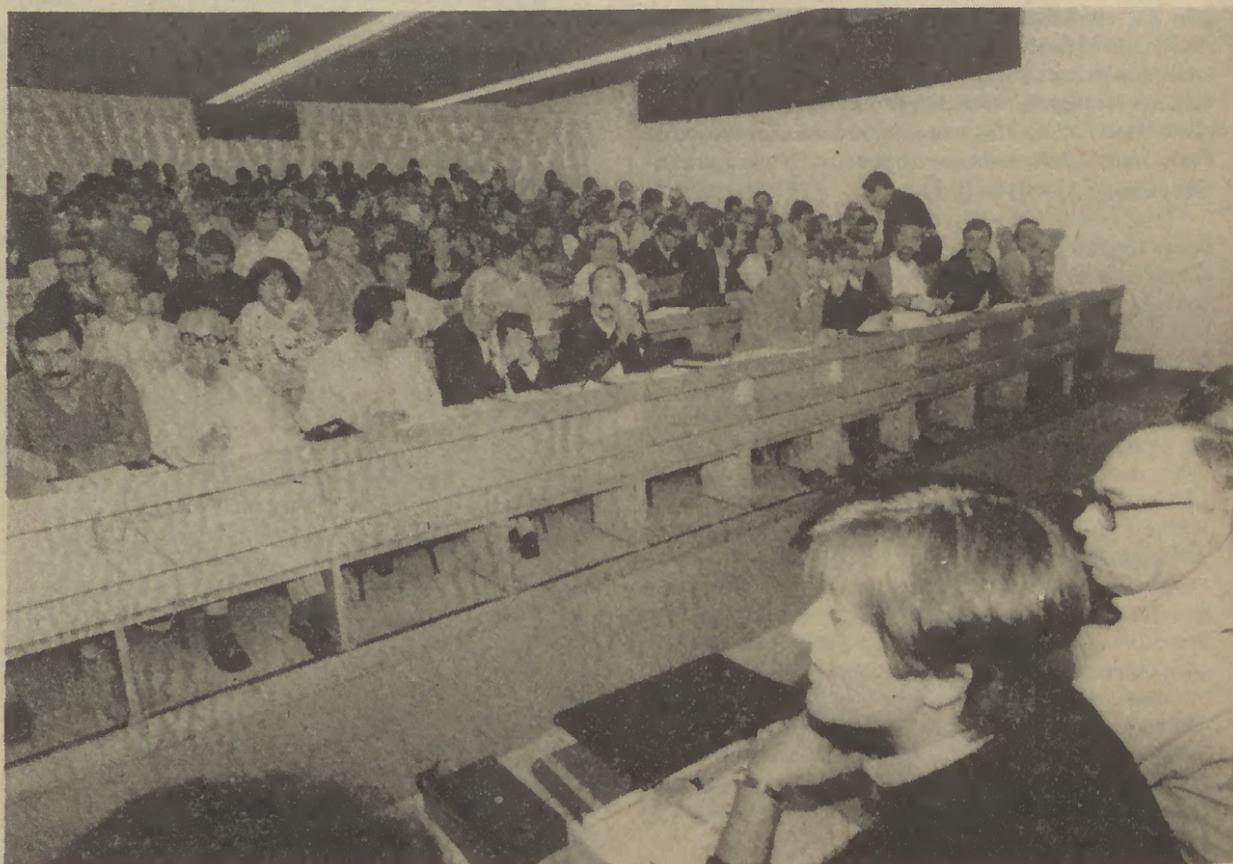
Apesar dos resultados obtidos, o Comité Central reafirma a justeza nas orientações fundamentais da campanha eleitoral do PCP e da CDU. Sendo certo que os organismos de direcção do Partido tinham plena consciência dos efeitos negativos que os factores de ordem externa provavelmente teriam sobre os resultados eleitorais da CDU, o Comité Central considera correcta a posição assumida durante a campanha eleitoral de procurar fundamentalmente concentrar esforços e energias no objectivo de superar ou atenuar tais dificuldades.

Ao mesmo tempo que considera importante que no imediato seja prosseguido e aprofundado o estudo dos resultados eleitorais, das deslocações de voto verificadas e das suas causas e significado, o Comité Central chama à atenção para a indispensável reflexão, a todos os níveis, sobre o trabalho do Partido, que possa conduzir a uma recuperação futura da sua influência eleitoral.

Apesar de circunstâncias objectivas desfavoráveis, é inteiramente possível a recuperação e alargamento do apoio eleitoral ao PCP.

O Comité Central manifesta a sua preocupação pela significativa quebra registada no número de votos e de deputados da CDU.

6. O PCP alertou vivamente durante a pré-campanha e a campanha eleitorais para os perigos para o regime de-



mocrático e os prejuízos para os interesses nacionais e o bem-estar dos portugueses que resultariam da recondução da maioria absoluta do PSD.

Confirmada esta maioria absoluta pelos resultados das eleições de 6 de Outubro, o Comité Central do PCP reitera a chamada de atenção para aqueles perigos, tanto os que se verificam no plano institucional, como os que previsivelmente se verificarão no plano das liberdades e da democracia e das políticas económica e social.

No plano institucional, o PCP previne, ao contrário das palavras proferidas por Cavaco Silva, para novas ofensivas governamentalizadoras com desrespeito pela esfera de competências de outros órgãos de soberania, designadamente em relação à Assembleia da República através das autorizações legislativas e de bloqueio dos seus poderes de fiscalização, para novas manifestações de abuso de poder e autoritarismo, para atitudes arbitrarias, irregulares e ilegais produzidas pela arrogância dos vencedores.

No plano da democracia política, o PCP alerta para a insistência do PSD na revisão da lei eleitoral que visa como se sabe a eliminação ou a distorção do princípio da proporcionalidade para assegurar a eternização no poder do partido de Cavaco Silva, mesmo perdendo uma parte considerável da sua votação em próximas eleições. A alteração na lei eleitoral desde que tenha incidência nos círculos eleitorais só pode ser feita com maioria de dois terços, o que confere especiais responsabilidades ao PS. O PCP alerta também, neste plano, para as previsíveis tentativas do PSD e do Governo visando a reposição de tentativas de aprovação de novas leis redutoras das liberdades, como a famosa lei da rolha sobre o segredo de Estado, a insistência em práticas limitadoras da intervenção dos partidos da oposição na Assembleia da República e na comunicação social, bem como a continuação de graves limitações ao exercício dos direitos sindicais nas empresas e no desrespeito de outros direitos dos trabalhadores.

No plano da política económica, o PCP chama a atenção para o prosseguimento da estratégia de concentração da riqueza e da restauração monopolista, realizada, nomeadamente através do escandaloso processo das privatizações, do favorecimento da especulação financeira e da distribuição de fundos comunitários às clientelas partidárias do PSD.

No plano social, o PCP salienta que fechou a época das fabulosas promessas contidas no programa e manifestos eleitorais do PSD e abriu a época das duras realidades e do pagamento das facturas. Em relação às primeiras é imperioso exigir que o PSD cumpra as suas promessas em relação à igualização dos valores da reforma mínima aos valores do salário mínimo nacional, à concretização da semana de 40 horas, às reduções dos impostos.

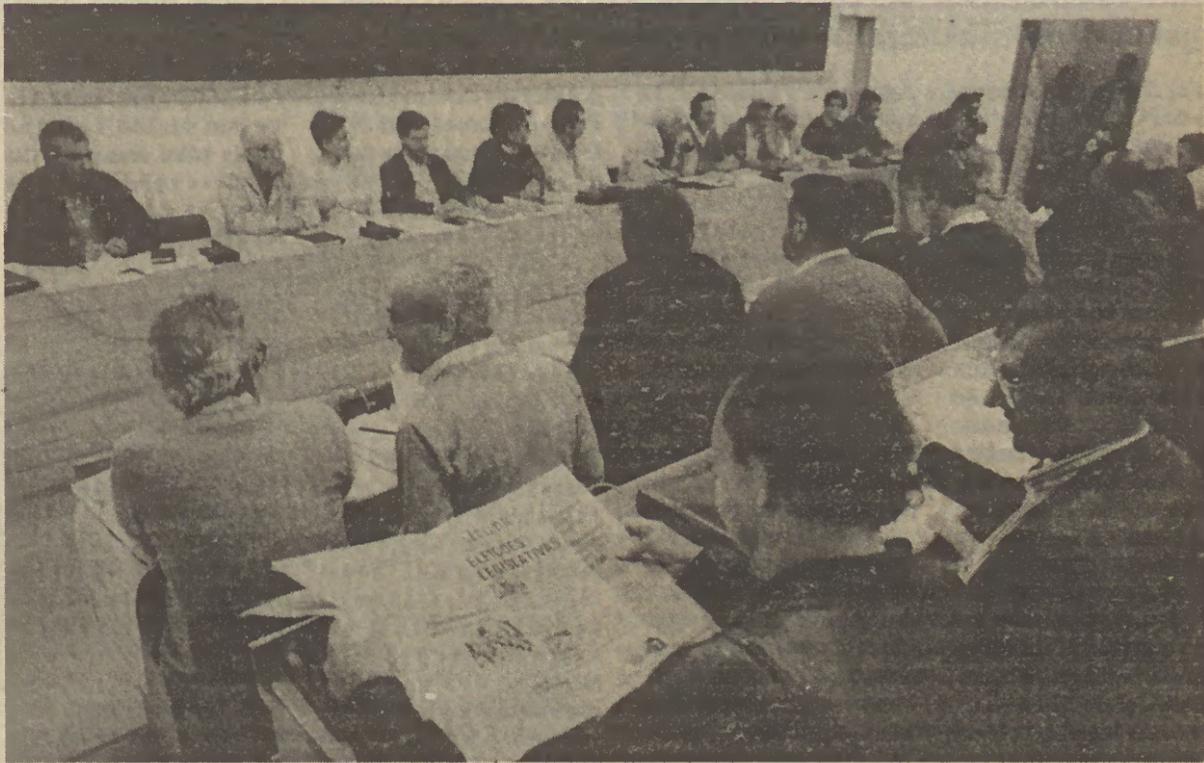
O PCP alerta no entanto para o aviso de Cavaco Silva, feito na celebração da sua vitória eleitoral, de que Portugal vai atravessar «tempos difíceis». Com esta frase serão justificadas as previsíveis subidas dos preços, os agravamentos fiscais, os tectos salariais e outras formas de obstrução ao aumento dos salários, das reformas e pensões, dos subsídios da Segurança Social, maiores dificuldades no acesso à saúde e encarecimento do ensino, aprofundando ainda mais as desigualdades sociais que dilaceram a sociedade portuguesa.

O Comité Central lembra que a entrada em vigor de gravosos diplomas do «pacote laboral», sustida até agora pelo governo de Cavaco Silva por meras razões eleitoralistas, se verificará de imediato com todas as suas severas consequências para os trabalhadores.

O Comité Central do PCP salienta que, no quadro resultante das eleições de 6 de Outubro, é necessário contrapor aos «tempos difíceis», que Cavaco Silva anuncia, novos tempos de luta e resistência que contrariem a previsível ofensiva da direita e garantam a salvaguarda das conquistas democráticas e socioeconómicas do povo português.

**7.** O Comité Central recusa firme e serenamente as teses da campanha que vem sendo conduzida contra o Partido, segundo as quais o PCP estaria condenado a um «declínio irreversível» até ao seu perecimento a prazo.

O insucesso eleitoral de 6 de Outubro nem põe em causa o ímpar e exemplar património de luta do PCP em 70 anos da sua existência, nem compromete o papel do PCP na vida nacional presente, nem invalida as perspectivas do reforço futuro da sua intervenção em todas as áreas da vida nacional.



A campanha eleitoral constituiu para o PCP uma vigorosa expressão de vitalidade, militância e capacidade de acção e apoio de massas.

O PCP continua a ser uma força não só necessária mas indispensável à defesa dos interesses dos trabalhadores, do povo e do país, à resistência contra a política de direita, à defesa e aprofundamento da democracia.

O PCP continua a ter um papel determinante para a unidade dos trabalhadores e das classes e camadas sociais não monopolistas, para o alargamento da unidade e para a convergência das forças democráticas.

**O PCP continua firmemente empenhado, em consonância com o grande impulso promovido pelas conclusões e decisões dos XII e XIII Congressos, num processo de efectiva renovação entendido como um processo sério e exigente, fundado numa vasta reflexão e acção de todo o colectivo partidário, de busca de novas e mais eficazes respostas para deficiências, dificuldades e obstáculos, ao serviço da sua afirmação como partido comunista que é e quer continuar a ser, como um grande partido para o nosso tempo, dotado do valioso e atraente projecto da construção de uma democracia avançada no limiar do Século XXI, tendo no horizonte a perspectiva do socialismo.**

Na situação criada pelos resultados eleitorais de 6 de Outubro, o Comité Central considera como tarefas a que no imediato deve ser dada particular atenção:

- proceder à composição e organização do Grupo Parlamentar do PCP e à definição das primeiras iniciativas a tomar na próxima legislatura;

- examinar a cooperação ulterior com as forças participantes na campanha CDU, propondo no imediato encontros com delegações do PEV, da ID e da UDP;

- sem prejuízo da crítica de fundo às posições do PS e sua responsabilização, propor ao PS um encontro para análise da situação criada pelos resultados das eleições de 6 de Outubro e a consideração da necessidade e possibilidade de actuações conjugadas para fazer frente e desenvolver a resistência ao previsível agravamento da política antidemocrática do Governo do PSD;

- considerar no concreto as lutas de massas como direcção fundamental para defesa dos interesses populares;

- fazer um cuidado balanço geral e particularizado da actuação dos comunistas nas autarquias, com vista ao desenvolvimento e eficácia do seu trabalho, ao estreitamento e aprofundamento da sua ligação com as populações, à pronta correcção de eventuais orientações menos rigorosas e à inteira correspondência dos actos com a justa consigna da CDU: trabalho, honestidade e competência;

- realizar uma ampla auscultação relativa à orientação e actividade dos comunistas no movimento sindical com vista ao reforço dos sindicatos e à sua implantação nas empresas, à dinamização da sua acção e das lutas de classe, ao reforço da coesão das estruturas sindicais nos vários níveis e à unidade dos trabalhadores e mesmo a actuações comuns ou convergentes de sindicatos da CGTP e UGT, o que pressupõe firme posicionamento de classe e combate a actuações oportunistas e divisionistas;

- proceder a um balanço da situação e actividade das Comissões de Trabalhadores nas empresas, e da repressão de que são objecto e definir orientações e tarefas para a acção dos comunistas em correspondência com as situações diversificadas existentes;

- apoiar activamente o exame pela JCP da sua organização, orientação e acção com vista ao seu reforço próprio e a dar continuidade à grande movimentação da juventude na campanha da CDU em formas novas e em iniciativas a realizar o mais prontamente possível; e, a todos os níveis da organização do Partido, prestar a maior atenção à situação, aos problemas e formas de intervenção da juventude e reforçar o trabalho partidário junto da e para a juventude;

- proceder a um exame da actividade das mulheres comunistas nos movimentos de mulheres com vista a aferir da situação, formas da organização e acção e tarefas imediatas;

- intensificar o apoio a outros importantes movimentos e organizações sociais de massas, nomeadamente dos intelectuais, dos agricultores e dos reformados.

O Comité Central considerou também a necessidade de desenvolver um trabalho aprofundado para o reforço geral do Partido dando particular atenção no futuro próximo imediato à continuação do exame da situação e problemas de organização, designadamente dos organismos intermédios e organizações de base, à melhoria do trabalho de direcção central, regional, local e sectorial, à distribuição criteriosa de quadros nos vários sectores de actividade, à situação e tarefas dos funcionários do Partido, ao acompanhamento e enquadramento de quadros que se destacaram e dos novos militantes do Partido, ao trabalho ideológico, à intervenção na comunicação social e à imprensa partidária e sua difusão, ao fortalecimento da vida democrática interna a par do necessário exame de comportamentos e atitudes assumidos por membros do Partido, designadamente no período pré-eleitoral, em grave violação dos princípios e regras estatutárias.

Caberá nomeadamente aos organismos executivos do Comité Central a responsabilidade pela concretização destas tarefas e orientações, estabelecendo um plano de actividade e de iniciativas e procedendo à sua calendarização, mesmo que com carácter provisório.

O Comité Central salienta a importância da realização de plenários pelas organizações regionais e locais a fim de dar seguimento à actividade partidária na nova situação criada pelos resultados das eleições de 6 de Outubro.

Em nova reunião a realizar antes do fim do ano, o Comité Central procederá a uma análise mais aprofundada da situação nacional e internacional, à definição das grandes tarefas nos tempos próximos e traçará as linhas de trabalho preparatório do XIV Congresso do Partido que, nos termos estatutários, deverá realizar-se em 1992.

Lisboa, 10 de Outubro de 1991

O Comité Central  
do Partido Comunista Português

# Direcções regionais lançam mãos ao trabalho

A maioria das direcções das organizações regionais do Partido já reuniu para analisar os resultados eleitorais e definir as linhas principais do trabalho no futuro imediato, apontando a necessidade de alargar o debate, reforçar a organização e dinamizar a intervenção social.

Das 20 direcções regionais do PCP, 17 reuniram em plenário desde o dia 6 de Outubro para analisar a forma como decorreu a campanha eleitoral e os resultados das eleições - e dessas análises damos conta nestas páginas.

A Direcção da Organização Regional de Vila Real, que reuniu na segunda-feira passada, marcou para 10 de Novembro um convívio distrital de militantes e amigos do Partido. Tendo na sua agenda uma reestruturação orgânica, a DORVIR vai entretanto realizar reuniões de militantes nos concelhos principais, nas empresas e no movimento sindical, bem como um encontro de autarcas eleitos pela CDU.

O plenário da Direcção da Organização Regional do Porto reuniu no passado sábado. No fim-de-semana houve plenários de militantes nos concelhos da Maia, Louzada, Vila Nova de Gaia, Gondomar, Matosinhos, Vila do Conde, Amarante, Santo Tirso, Penafiel, Valongo e Póvoa de Varzim, nas freguesias de Paranhos e das zonas oriental e ocidental do Porto. Reuniram também os sectores de empresas, serviços e intelectual do Porto. Outras reuniões estão ainda agendadas.

Referindo, em concreto, a precariedade de emprego, o aumento do trabalho a prazo e sem contrato, os baixos salários e mesmo situações de salários em atraso, as dificuldades de escoamento dos produtos dos agricultores (em particular os vinicultores), as más condições em que decorre o dia-a-dia da educação, a Direcção da Organização Regional de Viseu, que reuniu sábado passado o seu executivo e volta a reunir depois de amanhã em plenário, afirma numa nota à imprensa que «os problemas sociais no distrito persistem e têm tendência a agravar-se», o que exige «o prosseguimento da luta social, o reforço da organização e da actividade do Partido em todas as áreas».

Por isso, a DORV apontou a necessidade de levar a cabo reuniões e outras iniciativas nas organizações do PCP no distrito, encarregando o executivo e o secretariado de aprofundar o estudo e propor medidas adequadas ao reforço do Partido e da sua intervenção.

A DOR de Castelo Branco, que reuniu no dia 12, elaborou um documento para divulgação aos militantes e à comunicação social acerca da campanha e dos resultados eleitorais (que, a exemplo de outras organizações, tratamos à parte).

Apontando a perspectiva de recrutar para o Partido activistas que se revelaram durante a campanha, a DORCB decidiu realizar um conjunto de plenários e reuniões de militantes nos concelhos, começando já neste sábado na Covilhã, e prosseguindo depois em Castelo Branco, Fundão, Vila Velha de Ródão, Idanha, Penamacor e Belmonte. Além de analisar o resultado das eleições, os comunistas deste distrito pretendem ainda reforçar o trabalho de direcção, dinamizar os organismos intermédios e toda a organização, e perspectivar o desenvolvimento da luta de massas para fazer frente à ofensiva antidemocrática que se espera do Governo do PSD.

A DOR da Guarda, cujos organismos executivos já fizeram uma primeira apreciação dos resultados eleitorais e da campanha, vai reunir neste domingo.

A Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores tem marcado o seu plenário para o fim-de-semana de 26 e 27. Estão a decorrer reuniões de quadros e de militantes para debater as decisões do Comité Central e a situação específica no arquipélago. Até à reunião da DORAA espera-se a conclusão dos debates, aprovando-se então linhas de orientação para a actividade imediata.

As eleições regionais são também o pano de fundo para a actividade nos tempos mais próximos dos comunistas da Madeira. A direcção regional do Partido analisou os resultados eleitorais, nomeadamente na sua comissão executiva. Reuniram também o organismo da zona Leste, em Machico, e o plenário de militantes no Funchal. Definindo como objectivo colocar de novo a voz do PCP na ALR, estão a ser aplicadas medidas de direcção e organização para reforçar a ligação do Partido às populações e aos seus problemas, como forma de alargar a influência social e eleitoral.

Em Coimbra - onde a direcção regional do Partido reuniu no dia 12 - o calendário de reuniões do mês de Outubro iniciou-se na sexta-feira passada, com o plenário de militantes do concelho de Condeixa-a-Nova, e vai até às reuniões de quadros de várias freguesias a realizar nos últimos dias do mês. Foi decidido avançar com a realização de assembleias de organização, nomeadamente dos concelhos de Coimbra e Figueira da Foz e do sector intelectual de Coimbra. Para hoje está convocada uma reunião de candidatos e da comissão coor-

denadora da CDU no distrito. Em Novembro e Dezembro a DORC vai reunir para debater a intervenção dos comunistas no poder local e no movimento sindical.

A direcção regional vai tomar posição pública sobre a grave situação do sector têxtil, designadamente no concelho de Coimbra.

A DOR de Portalegre definiu na reunião de sábado passado uma série de objectivos por que se propõe lutar, abarcando áreas como a economia, o poder local e a regionalização, a saúde, a educação, a política de emprego, a segurança social. Com vista a um efectivo reforço da intervenção do Partido, os comunistas de Portalegre vão empenhar-se em realizar um profundo debate preparatório do 14º Congresso do PCP.

No distrito de Évora as tarefas a que no imediato deve ser dada particular atenção, de acordo com as decisões da reunião da DOREV no dia 12, são os problemas da organização e do trabalho de direcção do Partido, a intervenção dos comunistas nas lutas de massas, a actividade no movimento sindical e no poder local, junto da juventude e noutros movimentos e organizações sociais, para o que os organismos executivos da direcção regional vão elaborar um plano de actividades a ser aprovado pela DOREV no início de Novembro. Entretanto, tendo em atenção a realização de eleições locais em 1993 e a necessidade de acompanhar a luta social, foi decidido realizar, desde já, plenários e reuniões de militantes nas várias organizações do PCP no distrito, com maior destaque para os 10 concelhos com maioria CDU nas autarquias.

A DOR de Beja, considerando as lutas de massas como direcção fundamental para defesa dos interesses populares, resolveu fazer um cuidado balanço geral e particularizado da actuação dos comunistas nas autarquias e realizar uma ampla auscultação relativa à orientação e actividade dos militantes do Partido no movimento sindical, além de apoiar o exame pela JCP da sua intervenção, analisar a actividade dos comunistas nos movimentos de mulheres e intensificar o apoio a outros movimentos e organizações sociais.

Num comunicado que divulgou após a sua reunião de sábado passado, a DORBE revela que, sempre julgo de críticas de fundo às posições do PS, decidiu propor à federação regional do

Partido Socialista um encontro para analisar a situação criada pelos resultados das eleições e a possibilidade de actuações conjugadas para fazer frente ao provável agravamento da política laranjá. A DORBE do PCP, que apontou orientações para o reforço da organização do Partido, vai ainda reunir com as outras forças que participaram na campanha CDU no distrito e estudar iniciativas legislativas prioritárias para o desenvolvimento integrado de Beja nos anos 90.

Para o dia 27, em Peniche, a DOR de Leiria marcou um convívio de candidatos e activistas da CDU, enquanto a JCP também tem uma iniciativa distrital prevista para 9 de Novembro, assinalando o seu aniversário. Na reunião da DORLEI, sábado passado, foram definidas iniciativas a breve prazo para reforçar o trabalho dos comunistas nos órgãos autárquicos e no movimento sindical. No distrito estão a realizar-se reuniões de organismos de direcção e de quadros do Partido, nomeadamente em Leiria, Alcobaça, Peniche e Bombarral, e vão também ter lugar plenários de militantes.

Para aquele domingo foi também marcado pela DOR de Braga um convívio de comunistas e activistas da CDU, no CT do PCP em Vila Nova de Famalicão. Na nota divulgada após a reunião de sábado passado, a direcção regional refere como linhas de orientação a luta de massas, o trabalho nas autarquias, no movimento sindical e nas organizações e movimentos sociais, em particular entre a juventude. Para o reforço da organização partidária, debatendo os novos problemas e as perspectivas para a luta e o relançamento da actividade, aponta-se a realização a breve prazo de plenários de militantes e de organismos (estando já marcadas reuniões gerais de militantes em Braga, amanhã, e em Guimarães, no sábado).

Outra importante linha de intervenção na OR de Braga é o início da preparação da assembleia regional dos comunistas, agendada para o primeiro trimestre de 1992.

Tendo em conta os encargos financeiros assumidos para o pagamento das despesas da campanha eleitoral, a direcção regional lançou uma recolha de fundos entre os militantes do Partido, amigos e apoiantes da CDU.

Também em Viana do Castelo foi decidido levar a cabo, até ao fim do ano, uma campanha de fundos. A direcção regional, na sua reunião plenária do passado dia

12, avançou ainda com a realização de convívio-festa de activistas no sábado à tarde, marcando para 9 de Novembro um encontro de quadros para aprofundar as linhas de trabalho aprovadas na última assembleia da ORVIC. Cumprindo a promessa feita ao eleitorado, os comunistas de Viana do Castelo decidiram preparar as propostas de medidas urgentes para o desenvolvimento do Alto Minho, a levar à AR pelo Grupo Parlamentar do PCP.

A DOR de Santarém vai dedicar em breve uma reunião ao debate das questões relacionadas com a organização - direcção, quadros, meios financeiros e técnicos - e com a sua intervenção em função das prioridades definidas, das tarefas centrais que se colocam e dos problemas locais que se agravam. Na passada sexta-feira, a DORSA, analisando os resultados eleitorais e suas consequências, considerou que será importante aprofundar o estudo das experiências da campanha, do comportamento do eleitorado, das novas situações criadas (composição social, estrutura económica, fenómenos de emigração e migração).

Neste quadro, deverão realizar-se reuniões de militantes e organismos de direcção um pouco por todo o distrito. Para hoje e amanhã, em Santarém, estão marcadas reuniões da CDU e da Comissão Concelhia do Partido.

Medidas para reforçar toda a acção do movimento social no Algarve foram consideradas prioritárias pelo plenário da DORAL do Partido. Reunida no último sábado, a direcção regional atribuiu particular importância à intervenção do movimento sindical e à actividade das autarquias e dos eleitos da CDU. Determinados a baterem-se para que as eleições autárquicas coincidam com as eleições para a Região Administrativa, os comunistas algarvios vão implementar iniciativas que compensem a perda do deputado e evitem a redução substancial da intervenção institucional do PCP no que respeita ao distrito. A DORAL aponta ainda como linha de trabalho para os tempos mais próximos a discussão de medidas para assegurar uma intervenção mais viva e permanente das várias organizações do Partido face aos problemas concretos das populações.

Até ao fim de Outubro, vão realizar-se reuniões nas principais organizações para analisar a natureza dos resultados eleitorais. No início de Novembro terá lugar nova reunião da DORAL para debater mais profundamente as tarefas do Partido na situação criada com a votação do dia 6 de Outubro.

A OR de Setúbal vai re-

tomar algumas das decisões do último encontro nacional para o reforço da organização, com especial relevo para a intensificação da acção de massas. A intervenção nas autarquias é uma frente de trabalho que se pretende desenvolver em dois sentidos: valorização da obra realizada e intensificação do contacto directo com as populações - a par do reforço da actividade no movimento associativo e popular. Quanto à frente sindical, a ORS aponta para a intensificação do trabalho de base, propondo-se encontrar critérios mais adequados de distribuição dos quadros do Partido; há também a preocupação de fomentar uma maior ligação entre dirigentes sindicais e trabalhadores e de promover nas empresas uma maior ligação dos militantes do PCP aos restantes trabalhadores. Os comunistas de Setúbal vão tomar medidas para que os jovens, que tiveram uma intervenção activa na campanha da CDU no distrito, continuem a participar na acção partidária.

Em Aveiro o PCP vai procurar aproveitar as potencialidades desenvolvidas durante a campanha eleitoral para intensificar agora o trabalho do Partido. A DORAV reuniu no dia 12, vão ter lugar nestes dias plenários de militantes nas principais organizações para discutir os resultados e, ao mesmo tempo, debater a intervenção política concreta na actual situação. No distrito os comunistas prevêem dificuldades acrescidas para os trabalhadores e para os agricultores, pelo que dedicarão a estes estratos sociais uma maior atenção.

O plenário da DORL reuniu no dia 9, analisando os resultados eleitorais em Lisboa e aprovando orientações para o trabalho a curto prazo. Para este fim-de-semana (a exemplo do que sucedeu nos dias 12 e 13) estão marcados plenários de militantes e outras reuniões. Amanhã reúnem no CTVitória os candidatos da CDU. Em data a marcar, vão realizar-se reuniões de quadros e dirigentes sindicais e membros de comissões de trabalhadores, autarcas do Partido e independentes eleitos pela CDU.

Até ao fim do ano deverá realizar-se um encontro distrital de quadros para fazer o balanço do trabalho desde a 2ª Assembleia da ORL (realizada em Dezembro de 1990) e definir o plano da actividade para 1992. A discussão deverá ter como linha mestra a dinamização das quatro linhas de acção aprovadas na assembleia, nomeadamente a ligação do Partido às massas.

Anteontem, reuniu a Direcção da Organização Regional de Bragança, cujas conclusões contamos tratar no próximo número.

PCP

# Organizações analisam resultados eleitorais

BMA

## Lutar pelo desenvolvimento e por melhores condições de vida

A Direcção da Organização Regional de Beja do PCP, reunida na passada sexta-feira, saudou todos os membros do Partido e os seus aliados na CDU, todos os activistas, apoiantes e eleitores da coligação pelo seu empenhamento corajoso e democrático nesta difícil batalha que permitiu realizar uma boa campanha eleitoral, manter a direita em minoria e o alcance da maioria pela CDU.

A DORBE do PCP afirma que os votos na CDU e a eleição de dois deputados da coligação pelo distrito de Beja, «são votos e deputados úteis para o trabalho e a luta pelo desenvolvimento e por melhores condições de vida para o distrito de Beja e para Portugal». Os comunistas no distrito asseguram que irão lutar pelo «Projecto de Desenvolvimento Integrado - Anos 90» para a região de Beja, apresentado pela CDU nestas eleições.

Contudo, apesar da maioria eleitoral da CDU no distrito de Beja, «há aspectos muito preocupantes: verifica-se uma quebra acentuada de votos na CDU, que terão ido para a abstenção, para o PS, PSD e mesmo para alguns pequenos partidos». A DORBE assinalou as subidas significativas do PS e do PSD no distrito, bem como uma muito elevada abstenção, o que, sublinha-se no documento da reunião, «exige uma análise profunda das razões desta situação em cada concelho, a nível distrital e nacional».

Numa primeira aprecia-



ção, a DORBE considerou que «são de carácter nacional e internacional as razões que permitiram ao PSD alcançar a vitória eleitoral e levaram as forças democráticas no seu conjunto, particularmente o PS e a CDU, a um evidente insucesso eleitoral».

Neste sentido, a DORBE refere que «o PSD e Cavaco Silva tiveram nas mãos ou apoiá-los parte significativa do aparelho de Estado, do poder económico e da comunicação social, que utilizaram em seu benefício, por vezes de forma escandalosa». Por outro lado, «a conjuntura económica externa favorável, do afluxo de centenas de milhões de contos de fundos da CEE e de um período de crescimento económico permitiu quer a

absorção de descontentamentos quer o fomento de ilusões».

Designadamente, nos fracos resultados da CDU «influíram a situação nos países de Leste e, em particular, a ocorrência dos graves acontecimentos da URSS, as profundas mutações demográficas e sociais que se têm verificado em algumas regiões de forte implantação política e eleitoral do PCP», caso do distrito de Beja. Aqui observam-se «a terciarização das actividades económicas, a precariedade de emprego, migrações e emigrações, a eliminação de milhares de postos de trabalho na agricultura com a liquidação da reforma Agrária, alterações dos hábitos e estruturas de consumo das populações, nem sempre correspondidas no

plano do desenvolvimento da intervenção do Partido e das suas organizações».

«A pressão bipolarizada do PS em vez de centrar esforços na deslocação de votos do PSD para o campo democrático, a mistificação de que as eleições eram para a escolha do primeiro-ministro e não tanto para a eleição de deputados à Assembleia da República, a perda de perspectivas e o desânimo que atingiu alguns sectores do eleitorado da CDU, bem como as deficiências nas organizações partidárias», foram ainda razões adiantadas na análise dos resultados eleitorais, efectuada pela DORBE na sua reunião, onde foram igualmente definidas orientações de trabalho, de que damos notícia nesta edição.

BMO

## Existem grandes possibilidades de intervenção

Reunida para analisar os resultados eleitorais, a DOREV considerou que «o insucesso eleitoral da CDU, a sua perda de votos e de um deputado, dificultará mais, mas não enfraquecerá a determinação no combate e na defesa dos interesses do povo e da região na Assembleia da República».

No distrito, o PSD manteve no fundamental a sua votação, passando a ser a força mais votada no distrito de Évora; o PS aumentou significativamente e elegeu um deputado, ficando aquém dos objectivos definidos inicialmente; a CDU perde 29 por cento do seu eleitorado, perde um deputado e passa para segunda força mais votada, enquanto a abstenção sobe, registando 30,1 por cento do eleitorado.

Como refere o documento elaborado, «o reforço do PSD e da sua maioria absolu-

ta comporta um grave significado e consequências para os trabalhadores e para a população e, em particular para o distrito. O aumento da votação do PS deve-se no fundamental à perspectiva ilusória, criada em sectores do eleitorado, de que o voto nos socialistas era a forma segura de pôr fim à maioria absoluta do PSD. Os votos no PS não foram votos no trabalho realizado, ou resultantes da campanha do PS no distrito, mas devem-se à conjuntura favorável ao Partido Socialista a nível nacional».

A DOREV reafirmou que, como demonstram os resultados, «a deslocação de votos da CDU para o PS era completamente infundada do ponto de vista da derrota da direita e que o essencial



DORP

## Direita é minoritária



A DORPOR analisou, em reunião realizada no passado sábado, os resultados eleitorais de 6 de Outubro, para a Assembleia da República. No comunicado emitido, refere-se que «os resultados eleitorais demonstraram mais uma vez, que a direita é minoritária no distrito de Portalegre, apesar da eleição de dois deputados pelo PSD».

A não eleição do candidato CDU deveu-se, segundo afirma a DORPOR, «sobretudo ao espectro desenhado durante a campanha de não existirem alternativas credíveis para a derrota de Cavaco Silva».

Esta situação, continua o texto, «provocou por um lado o aumento da abstenção e, por outro, uma deslocação, inútil, de votos para o Partido Socialista».

«A estratégia de bipolarização, conduzida pelo PS,

afirmando-se a única alternativa ao PSD, revelou-se um erro táctico pois ao tentar captar votos à sua esquerda, não conseguiu enfraquecer os resultados do PSD».

Contudo, os comunistas de Portalegre afirmam que os «resultados são essencialmente conjunturais, temporários e que a vida provará que para uma alternativa democrática credível de resolução dos problemas nacionais, é necessário o reforço da CDU».

A DORPOR do PCP manifesta os seus reconhecimentos ao «dr. Casemiro Menezes e a todos os candidatos, dirigentes e activistas do PCP e da CDU pelo empenho na campanha eleitoral que mereceram acolhimento e simpatia da população do distrito».

A reunião saudou igualmente todos os eleitores que

votaram CDU e afirmou que «o seu voto valeu a pena e que, com toda a confiança o PCP e a CDU empenhar-se-ão na defesa dos interesses dos trabalhadores, dos jovens, dos agricultores e industriais, pelo desenvolvimento do distrito, com mais justiça social».

A DORPOR garante que «o PCP assegurará a ligação dos anseios e aspirações das populações do distrito, no grupo parlamentar do PCP e lutará por medidas indispensáveis para que o distrito saia da cauda dos menos desenvolvidos do país e da Europa».

Aquela direcção regional do PCP debateu e definiu ainda perspectivas de trabalho partidário a desenvolver no distrito, das quais damos conta noutra local desta edição.

PCP

# Organizações analisam resultados eleitorais

ALGARVE

## Projecto CDU mantém actualidade e justeza

Reunida em Plenário a DORAL do PCP apreciou os resultados eleitorais de 6 de Outubro, concluindo que o desfecho das eleições se saldaram no Algarve por «um significativo insucesso eleitoral da CDU do qual resultou uma importante perda de votos e em consequência a não eleição do deputado que desde sempre elegeu por este círculo».

Segundo a análise da DORAL, várias causas de natureza objectiva pesaram nos resultados obtidos, nomeadamente «as profundas mutações operadas na realidade regional das quais avulta a redução do peso dos sectores produtivos na economia, associados à mudança nos padrões de vida, aspirações e mentalidades». «A ausência de uma alternativa credível ao Governo PSD; o peso dos acontecimentos no Leste europeu, designadamente os ocorridos na União Soviética; a feroz campanha anticomunista que se desenvolveu com um infundável

rol de deturpações, silenciamentos e discriminações em relação às propostas e política do PCP e da CDU; a atracção do voto útil no PS com o objectivo de derrotar a direita; a onda abstencionista que atingiu parte significativa do nosso eleitorado descrente na possibilidade de uma alternativa ao PSD» foram factores negativos apontados pelos comunistas no Algarve.

Em relação à expressão eleitoral de outras forças políticas na região, a DORAL refere que pese embora a subida da votação do PS, «os resultados ficaram bastante aquém dos objectivos proclamados, distantes dos obtidos nas últimas eleições autárquicas, demonstrativos de quanto era ilusória a tese da bipolarização e da alternância em que o PS se empenhou em toda a campanha e na qual predominou a captação do eleitorado da CDU, quando o que se impunha era retirar votos à direita».

Depois de salientar o de-



saparecimento da vida política regional do PRD, que perdeu a quase totalidade dos seus votos, quer para o PS quer para o PSD, a DORAL reconhece que «o PSD obteve no Algarve o seu melhor resultado de sempre vencendo em todos os concelhos». Esta vitória registou-se numa «conjuntura extremamente favorável no plano económico bem como se apoiou na utilização «sem quaisquer escrúpulos do aparelho de Estado e da acção governativa do PSD, que fomentou e apoiou clientismos criados à sombra do exercício do poder, escamoteou dificuldades e projectos de acção governativa futura tendentes a atingir duramente direitos e regalias de

importantes camadas da população e criou ilusões sobre um pretenso sucesso da sua política». Para a DORAL, o partido laranja beneficiou ainda do facto das «forças democráticas que se lhe opunham não se apresentarem com um projecto global alternativo à sua política e ao seu Governo».

Por outro lado, o PCP afirma que o projecto pelo qual se bateu a CDU no Algarve, no quadro de uma campanha eleitoral marcada pela insuficiência do debate político em benefício da política-espectáculo, continua a manter toda a sua actualidade e justeza independentemente dos resultados eleitorais obtidos. Importantes questões que se

colocam em relação ao desenvolvimento do Algarve presentes nas profundas diferenças e assimetrias regionais, os problemas da agricultura, das pescas, da indústria, as importantes questões relacionadas com a autonomia e reforço do Poder Local, a regionalização, os direitos e regalias dos trabalhadores, os problemas do emprego, da educação, da saúde e da habitação, permanecem e vão ser confrontados com a demagogia e as promessas feitas pelo partido do Governo.

O plenário da DORAL do PCP iniciou ainda a discussão de linhas de trabalho que igualmente referimos nesta edição.

VIANA DO CASTELO

## Reforçar a ligação aos trabalhadores e às populações

A Direcção da Organização Regional de Viana do Castelo do PCP realizou no passado sábado a sua reunião plenária para debater os resultados eleitorais e a divulgação de perspectivas de trabalho futuro, de que damos conta na página 6 deste número. Da análise efectuada ressalta o acordo com as conclusões da reunião do Comité Central do PCP, realizado na semana passada.

Paralelamente, a DORVIC considerou que os resultados eleitorais obtidos na região «devem ser analisados mais pormenorizadamente, dado que alguns factores parecem não corresponder à tendência geral de queda da CDU». Isto é consubstanciado no facto de «tanto em Vila Nova de Cerveira como em Arcos de Valdevez a CDU ter subido».

A DORVIC saudou os militantes e simpatizantes, todos os activistas da CDU que, «com o seu esforço e

trabalho, desenvolveram uma importante campanha de massas de contactos com

os trabalhadores e com a população».

Entretanto, esta direcção

regional decidiu propor a realização de plenários de activistas do PCP, que já estão a

decorrer, com vista à análise dos resultados e à discussão da actualidade política.



CDU



nesta campanha era obter uma deslocação de votos da direita, particularmente do PSD, para o campo democrático e reforçar a CDU».

Entre os factores que influíram no resultado eleitoral da CDU, a DOREV salienta «a situação nos países de Leste europeu e em particular os acontecimentos na União Soviética e a grande campanha anticomunista, as profundas alterações sociais, a precariedade do emprego, a migração e a liquidação da Reforma Agrária».

Por outro lado, «a campanha da CDU demonstrou a profunda ligação do PCP aos trabalhadores e ao povo do distrito, evidenciando que a Coligação foi uma força política que apresentou trabalho realizado, debateu e dialogou com o eleitorado em torno dos seus problemas e anseios. A CDU apresentou propostas para os grandes problemas económicos, sociais e culturais do distrito».

Ficaram igualmente demonstradas «as possibilidades de intervenção na vida política, social e cultural, apesar do insucesso eleitoral, o que confirma que o PCP e a CDU constituem uma força real com potencialidades e necessária no distrito e no País, que as suas propostas têm apoio para além dos eleitores da CDU, que o seu apoio social é mais vasto que o apoio eleitoral».

A DOREV do PCP manifestou a sua «preocupação pela significativa quebra registada, em número de votos e a perda de um deputado», mas com o deputado que elegeu aquela direcção regional assume o compromisso de «prosseguir um trabalho activo na futura Assembleia da República, na defesa do distrito e das suas gentes».

«Sem desvalorizar as dificuldades criadas com os resultados eleitorais de 6 de Outubro na CDU, o PCP continua a ser a força política que goza de uma grande influência na vida social, cultural e política do distrito, conclui a DOREV que reafirma a «justeza das suas propostas e orientações da campanha eleitoral do PCP e da CDU na região».

## COMUNICADO DO DORCB

# Confiança, sempre!

A Direcção Regional de Castelo Branco do PCP, ao proceder à análise da situação decorrente das eleições legislativas, saudou «todos os que se empenharam e participaram na campanha distrital da CDU e todos aqueles que coerente e firmemente, através do seu voto, continuam a acreditar que Portugal pode ser melhor, mais justo e solidário». Designadamente, a DORCB saudou «os membros do PCP, do PEV, da IDE da UDP e particularmente a juventude pela sua entusiástica, viva e criativa participação na batalha eleitoral».

A DORCB considerou que «a renovação da maioria absoluta não deixa lugar para dúvidas sobre o êxito eleitoral obtido pelo PSD». No entanto, salientaram que, «ao contrário da tendência nacional, o PSD baixou a sua votação no distrito de Castelo Branco, passando de 71,794

para 69,887 e viu diminuída a sua influência nos concelhos de Castelo Branco e da zona do Pinhal, bem como da Covilhã onde as forças democráticas são maioritárias».

Segundo o comunicado distribuído aos órgãos de comunicação social, «os resultados vieram dar total razão aos alertas feitos pela CDU sobre a errada estratégia que o PS vinha desenvolvendo pois, ao contrário de procurar retirar votos ao PSD tudo fez para enfraquecer o PCP e a CDU e, por consequência, o enfraquecimento do campo democrático».

A DORCB coloca algumas interrogações sobre a estratégia do PS de que safram prejudicadas as forças democráticas: «que utilidade teve para a esquerda a deslocação de votos da CDU para o PS? Não será esta estratégia do PS também responsável pelo aumento das abstenções

que penalizou essencialmente as forças da esquerda?»

Por outro lado, os comunistas estão convictos de que «apesar da significativa subida do PS, era a CDU que estava melhor colocada para retirar um deputado ao PSD no distrito», o que foi impedido apenas pela «transferência de votos da CDU para o Partido Socialista e pela abstenção».

O PCP na região reafirmou que continuará fiel aos seus princípios, continuará empenhado na luta dos trabalhadores e das populações e exorta ao entendimento e unidade dos democratas e à participação dos seus militantes na batalha do reforço do Partido.

A DORCB anunciou ainda as principais linhas de orientação para a actividade nos próximos meses que referimos noutra local deste número.



## BRAGA

# Campanha é demonstração de vigor

«Examinados os resultados eleitorais e as principais causas que os determinam, a DORBraga do PCP considera que eram justos os objectivos definidos pelo PCP e pela CDU e que a campanha eleitoral realizada no distrito constituiu uma demonstração de vigor, confiança e de capacidade de intervenção do PCP e dos seus aliados, pela participação empenhada e entusiasta de muitos comunistas e muitos outros democratas, a presença de um grande número de jovens e a mobilização de massas conseguida nalguns dos seus momentos mais altos».

A análise dos resultados eleitorais no distrito de Braga efectuada pela Direcção da Organização Regional de Braga (DORBraga) do PCP

no fim-de-semana passado, assinala o acompanhamento da tendência nacional: assim o PSD elegeu o seu 10º deputado pelo distrito, mais um que na legislatura anterior, perdendo a CDU o seu deputado enquanto o PS aumentou o número de votos, crescimento no entanto insuficiente para eleger mais que os cinco deputados que anteriormente elegeira.

Para estes resultados contribuiu, segundo a DORBraga, a estratégia dos socialistas, «rejeitando a ideia de aproximação e diálogo com o PCP» de forma a apresentar ao eleitorado «uma alternativa credível, construída na base das forças democráticas», apelando por outro lado ao chamado «voto útil» do eleitorado comunista, comprovando «amargamente para o distrito, a inutilidade da transferência de votos da esquerda para o PS». Essa transferência e «o desperdício de votos nas forças esquerdistas» fizeram perder por cerca de três milhares e meio de votos o deputado da CDU em benefício do PSD.

«Toda a campanha da CDU, orientada para o objectivo justo e necessário de reforço da sua votação para defender a permanência do deputado comunista na AR tinha em conta as dificuldades agravadas pela redução de um deputado, no total do círculo de Braga», assinala-se no comunicado emitido após a reunião desta direcção de organização regional comunista, que adianta: «a quebra eleitoral da CDU, em todos os concelhos do distrito, que se traduz na perda global de mais de cinco mil votos e do deputado, constitui um sério revés eleitoral com consequências negativas no futuro».

O êxito eleitoral do PSD é amplamente analisado neste comunicado, com destaque para a conjuntura económica favorável, a calendarização eleitoralista de algumas inau-

gurações e outras medidas governamentais, o controlo dos principais meios de comunicação social e a mistificação efectuada em torno da chamada «estabilidade política».

Mas os cerca de 20 mil votos conseguidos pela CDU e a campanha eleitoral realizada no distrito mostram a existência «de uma sólida base para o trabalho e a luta no futuro e um desmentido categórico aos que afirmaram que o PCP era um partido derrotado, sem capacidade de atracção, amarrado às memórias do passado, roído por divisões, condenado a um declínio irreversível».

Avolumando-se as dificuldades para a luta futura das forças democráticas e sendo previsível a acentuação de uma política anti-social e antidemocrática do governo do PSD (momentaneamente *suspensa* por causa das eleições), a DORBraga diz que «é tempo de os socialistas e muitos trabalhadores compreenderem» a necessidade de um entendimento com o PCP, já que «após estas eleições ficou mais claro ainda que o PS sozinho não faz frente à direita».

Os interesses do distrito de Braga, dos trabalhadores e da população continuarão a ter firmes defensores nos deputados do PCP e da CDU, apesar de não terelegido nenhum deputado por aquele círculo, comprometendo-se o PCP a honrar os seus compromissos assumidos na campanha eleitoral no que diz respeito à luta social de massas com «o apoio solidário e activo dos comunistas» para com os trabalhadores, camponeses, juventude, mulheres, reformados e outros sectores e camadas sociais.

A DORBraga analisou também todo um conjunto de tarefas e acções prioritárias a desenvolver no plano distrital que damos conta em outro local desta edição do «Avante!»



## VISEU

# Votos no PS são votos inúteis

«A campanha da CDU de esclarecimento e contacto directo com milhares de eleitores aponta para o prosseguimento do trabalho junto desses eleitores aprofundando a ligação do Partido com os trabalhadores, os agricultores, os jovens, as mulheres, a população do distrito». Afirmações retiradas das conclusões da reunião da Direcção da Organização Regional de Viseu (DORV) do PCP que no passado sábado fez o balanço da campanha eleitoral para a Assembleia da República e analisou os resultados eleitorais de 6 de Outubro, apontando perspectivas de trabalho do PCP na região, perspectivas essas que damos conta em outra página desta edição do «Avante!».

Aumento da abstenção, redução da votação da CDU, diminuição do número de votos do PSD e CDS, manutenção de dois deputados

eleitos pelo PS e sete pelo PSD foram os principais resultados eleitorais no distrito, o que leva a DORV a considerar que se mostra claramente «que o PS sozinho nunca foi nem é alternativa à direita e que os votos que porventura se tenham deslocado no campo democrático para o PS são votos inúteis, que não contribuíram para a derrota da direita, antes enfraqueceram as forças democráticas no seu conjunto».

Numa análise à situação social do distrito, a DORV sublinha que os problemas persistem: é caso do sector laboral, «a precariedade no trabalho mantém-se, aumenta o trabalho a prazo e sem contrato, continuam os baixos salários e mesmo o atraso no pagamento de remunerações devidas aos trabalhadores».

Outros problemas afectam a agricultura: «os agri-

cultores vêem-se a braços com as dificuldades de escoamento dos seus produtos (e nesta altura o escoamento da produção de vinho do ano passado é um grave problema), os produtores do Douro correm o risco de lhes ser retirado o benefício em centenas de hectares a favor de grandes multinacionais, os agricultores da região de Nelas e Carregal do Sal aguardam uma resposta aos prejuízos causados pelas tempestades».

Finalmente, a DORV assinala ainda problemas graves no ensino: «os professores, os alunos, os pais e encarregados de educação verificam no seu dia-a-dia as más condições em que o ensino é ministrado (falta de transportes escolares, escolas sem o mínimo de condições de funcionamento, etc.)».

Estes e outros problemas levam a DORV a concluir que se exige «o prosseguimento da luta social, o reforço da organização e da actividade do Partido em todas as áreas em que intervém», o que resulta na necessidade de «levar a cabo reuniões e iniciativas nas várias organizações do Partido no distrito» tendo sido encarregado o executivo e o secretariado da DORV de «aprofundar o estudo e propor medidas adequadas ao reforço do Partido e da sua intervenção».

A DORV saudou ainda os participantes na campanha eleitoral da CDU (militantes do PCP, membros do Partido «Os Verdes», membros da Intervenção Democrática, da UDP e democratas independentes) e em particular os jovens «que deram o melhor do seu esforço para levar as propostas da CDU ao povo do distrito, apesar da notória diferença de meios existentes entre a CDU e outras forças concorrentes», sublinhou a DORV.

## TRABALHADORES

## Educação Especial Situções insólitas em Lisboa

A direcção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), preocupada com os docentes, mas «sobretudo com as crianças e jovens portadores de necessidades educativas especiais na região de Lisboa», veio a público revelar segunda-feira passada uma série de situações que considera «verdadeiramente insólitas».

O SPGL responsabiliza a Direcção Regional de Lisboa por essas situações às quais há a juntar o não aumento de docentes destacados para o presente ano lectivo, no âmbito daquele tipo de ensino.

De tal modo a situação se apresenta na região de Lisboa que «salas de apoio apetrechadas (e elas são muito poucas relativamente às necessidades) correm o risco de ser fechadas ou de vir a trabalhar a meio gás por falta de professores».

É a seguinte a lista das «situações verdadeiramente

insólitas», divulgadas pelo Sindicato:

- «Nas vagas anunciadas não foram tidas em conta as necessidades das equipas, quer ao nível do ciclo de ensino ou de disciplina, quer ao nível da área de deficiência a atender;

- «Houve reconversão de vagas, definida centralmente, sem que para o efeito as equipas tenham sido consultadas;

- «Foram criadas novas equipas de educação especial, provenientes de processos de divisão das equipas anteriormente existentes, com o pressuposto de que haveria aumento do *plafond* de destacamentos dos professores, o que não veio a acontecer. Mesmo assim a DREL (Direcção Regional de Lisboa) não permitiu que houvesse recuo no processo, o que origina a situação de haver equipas quase sem docen-

tes, relativamente às suas necessidades;

- «Há professores com experiência na educação especial que ficaram sem colocação, enquanto foram colocados outros sem qualquer tempo de serviço na educação especial;

- «Embora seja muito grande a sua falta nas equipas, muitos professores dos ex-ensinos preparatório e secundário não foram colocados;

- «As reclamações, quando são feitas, são indeferidas sob o pretexto de que o despacho não prevê prazos para reclamações, ou, se são atendidas, geram um processo de bola de neve, com 2.ª, 3.ª e 4.ª colocações, que faz abanar toda a estrutura, incluindo o ensino regular, uma vez que mexe com substituições de professores;

- «O tipo de vínculo do professor foi determinante na confusão reinante neste

processo, esquecendo-se a DREL, ou ignorando-o, que docentes do quadro de nomeação definitiva e docentes do quadro de vinculação distrital têm iguais direitos perante a Lei, excepto no que respeita ao lugar da sua colocação e à obrigatoriedade de concorrerem anualmente».

Entretanto, a delegação de Setúbal do SPGL protestava, a semana passada, contra o critério seguido na colocação de professores do ensino primário naquele distrito.

As vagas não foram anunciadas a tempo. Muitos professores continuam sem trabalho.

Assaltada, entretanto, no Alto do Varejão em Lisboa, a Escola Patrício Prazes, os seus alunos (cerca de 400) do curso nocturno entravam em greve em 9 do corrente.

Junto de bairros degradados, a Escola não tem vigilância suficiente.

## Começa amanhã o Congresso da FCT

Começa amanhã na União das Associações de Comerciantes do Distrito de Lisboa, na Rua Castilho, o 4.º Congresso da Federação das Comunicações e Telecomunicações.

A FCT reúne os sindicatos representativos dos CTT, dos TLP do Porto e da Marconi, RTP e RDP.

Segundo a Federação os quatro sindicatos nela filiados (SNTCT e Sintel) (Correios), STN (TLP - Porto) e STT (Marconi, etc.) são dos mais representativos do sector.

O Congresso reúne-se em Lisboa para tratar, em 18 e 19 do corrente, das «ques-

tões mais importantes para os trabalhadores» daquelas empresas, para fazer um balanço da actividade da própria FCT e para definir «as linhas de acção para o triénio 1991/94».

O 4.º Congresso da FCT, que elegerá o novo conselho nacional, reveste-se de visível importância, devido ao ramo de actividade que representa «nomeadamente no âmbito do sector empresarial do Estado», salienta a Federação.

O congresso terá início às 11 horas de amanhã e terminará às 16 horas do dia 19.

Os trabalhos são abertos à comunicação social.

## Seagate

# Paralisações contra encerramento

Prolongam-se por toda esta semana as paralisações diárias de duas horas e meia: forma de luta que os trabalhadores da Seagate aprovaram contra o encerramento da empresa e o despedimento de todo o seu pessoal.

O Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, com sede em Lisboa,

afirma que as paralisações, à semelhança de greves anteriores, têm registado adesões praticamente totais.

A Seagate, que pretende encerrar as suas instalações fabris de Palmela, é uma multinacional americana do ramo das indústrias eléctricas. Emprega 840 trabalhadores.

O primeiro despedimento colectivo (88 pessoas) está previsto para 25 do corrente.

O SIESI recorda que este é o terceiro despedimento colectivo no ramo nos últimos meses.

O primeiro foi o da Automática Eléctrica Portuguesa (465 trabalhadores, na mai-

oria mulheres), o segundo é o já anunciado na Siemens de Évora (ver estas páginas) que tem 1300 trabalhadores.

Os sindicatos e os trabalhadores organizados nas empresas têm protestado e recorrido a formas de luta contra estes despedimentos, evitáveis a seu ver.

## Rodoviária do Sul

# Negociações levam à suspensão da greve

Depois de obterem a marcação de quatro reuniões de negociação a efectuar até ao próximo dia 22, os trabalhadores da Rodoviária do Sul do Tejo suspenderam a greve às cobranças na semana passada.

A administração da empresa acedeu a reiniciar as negociações — da tabela salarial, nomeadamente — depois de o sindicato ter marcado a greve.

O dirigente sindical Vítor Cavalinhos disse à

Lusa que, após as reuniões, serão analisados os seus resultados práticos e «veremos o que fazer».

Os trabalhadores reclamam uma revisão do acordo de empresa que consagre aumentos salariais superiores aos 13,5 por cento que a administração pretendia aplicar.

Reclamam ainda, juntamente com os sindicatos, a reestruturação de carreiras.

O mesmo sindicalista

disse à Lusa: «Queremos que cada trabalhador seja aumentado, em média, entre 10 e 12 contos, independentemente da sua categoria, e achamos que a empresa tem condições para o fazer».

## Fronteiras aéreas podem encerrar

Soube-se segunda-feira passada que, devido «à desajustação da actual lei orgânica», o pessoal do serviço de estrangeiros e fronteiras (SEF) poderá provocar em breve o encerramento das fronteiras aéreas nacionais.

Segundo apurou a agência Lusa, estes funcionários preten-

dem também que seja aprovado rapidamente «o novo sistema remuneratório».

A mesma fonte acrescenta que esse sistema já deveria ter entrado em vigor há dois anos.



## TRABALHADORES

# A Firestone quer fechar

Um dia depois do apuramento eleitoral de domingo, a administração da Firestone Portuguesa, ou mais exactamente da Firestone/Bridgestone, anunciava a intenção de encerrar a empresa em Alcochete e despedir 370 trabalhadores.

Foi no próprio dia 7 que os administradores desta multinacional controlada por capitais japoneses comunicaram à comissão sindical da empresa que «a administração central do grupo japonês Bridgestone tinha decidido encerrar a fábrica de pneus de Alcochete e iniciar um processo de despedimento colectivo de 370 trabalhadores».

A Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás (Fequifa), que cita esta passagem em comunicado de 8 do corrente, acrescenta que «as razões invocadas pelo grupo japonês são o excesso de capacidade produtiva», verificada a nível mundial, e «a excessiva concorrência de preços».

Esta última ter-se-ia agravado, segundo o grupo japonês, com «a adesão de Portugal à CEE e consequente importação de dezenas de marcas estrangeiras».

Depois de referir que na verdade «o sector de pneus em Portugal está a sofrer as consequências negativas do impacto da adesão de Portugal à CEE», a Fequifa que «sempre chamou a atenção para tais perigos», afirma não ser menos verdade que:

- O mercado de pneus em Portugal tem vindo a aumentar, nomeadamente devido a um acréscimo,



O pessoal protestou na rua. Manifestação em Lisboa, Fev. 91

também muito significativo, do número de veículos automóveis em circulação.

- A produtividade na fábrica de Alcochete teve um aumento significativo nos últimos meses, designadamente a partir de Julho, data em que foi estabelecido um protocolo entre a administração e os sindicatos, com vista a reduzir a laboração de 3 para 2 turnos, bem como outras medidas de gestão.

- E, por último, verificou-se, também nos últimos meses, uma redução significativa dos stocks de pneus, o que demonstra uma maior penetração no mercado.

Para a Fequifa, assim como para outras organizações sindicais, «o que a administração do grupo japonês veio agora demonstrar é que desde o momento em que adquiriu a empresa americana Firestone em 1990, a sua intenção era já a de encerrar a fábrica de Alcochete, independentemente da evolução futura desta actividade».

Em troca, segundo a mesma fonte, a Bridgestone passaria a «exportar os seus pneus para Portugal através de outras fábricas do grupo, instaladas em Espanha, França e Itália».

A Fequifa, juntamente

com os outros sindicatos representados na empresa, recusa os despedimentos ou o despedimento colectivo. Para isso desenvolverá todos os esforços — afirma — pois se trata de uma unidade «viável e rentável», desde que a administração ponha em prática as medidas apropriadas.

A mesma posição é defendida pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Sul e por cinco organizações sindicais filiadas na UGT, que representam trabalhadores da Firestone, designadamente a Fetese (Federação sindical dos escritórios e serviços), com sede em Lisboa.

## CONTRA DESPEDIMENTO COLECTIVO

# Sindicato anuncia greve na Siemens

Os sindicatos não aceitam o despedimento colectivo previsto para a Siemens de Évora. As 124 pessoas com os postos de trabalho ameaçados e os restantes trabalhadores farão amanhã duas horas de greve em cada turno, se entretanto a administração e os representantes sindicais não chegarem a acordo quanto a uma solução alternativa ao despedimento colectivo que inclui 116 mulheres.

Segunda-feira passada, a direcção do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas (SIESI) revelava que aquela forma de luta foi aprovada em plenário geral na fábrica.

Por tempo indeterminado, prosseguia entretanto «a recusa do trabalho extraordinário», como protesto contra a tentativa de despedimento.

A empresa, que tem 1320 trabalhadores, fabricou no ano passado cerca de 40 milhões de componentes. Recorre às horas extras, mas alega que a procura diminuiu no mercado automóvel, que as vendas desceram e que aumentaram os custos de produção.

O SIESI discorda desta apreciação e acusa a empresa de invocar esses argumentos, mas sem os demonstrar.

Segundo o mesmo Sindicato, a empresa bateu em 1990 todos os recordes de

produção, «fabricando cerca de 40 milhões de componentes».

Comparando com outros dados conhecidos, por exemplo os casos de Idelma (também do grupo Siemens) e da Cablesa, o SIESI considera «contraditórias» as alegações da empresa, pois nenhuma das outras fábricas apresenta baixas na procura.

O Sindicato salienta também que a Ford e a Volkswagen são clientes da Siemens. A fábrica destas duas marcas a instalar na região de Setúbal preparar-se-ia para comprar os produtos fabricados em Évora, afirma ainda o Sindicato.

Por seu turno, a União dos Sindicatos do Distrito de Évora, ao condenar a iniciativa dos despedimentos, realça a responsabilidade dos que aprovaram o pacote laboral que prevê a «extinção de postos de trabalho por causas objectivas de ordem estrutural, tecnológica ou conjuntural».

No entanto, para os sindicatos e os trabalhadores, não é esse o caso da Siemens, que está a laborar em pleno.

Segundo o SIESI, a empresa apenas «pretende afastar os trabalhadores mais velhos e os que têm problemas de saúde», pretendendo assim, se possível, baixar ainda mais o custo da mão-de-obra.

# Têxtil de Coimbra contra o BPA

Ameaçada a Ideal e mais de 500 postos de trabalho. Concentração no Porto. Banco acusado de inviabilizar a recuperação da empresa

Conforme referimos na semana passada, os trabalhadores da têxtil Ideal de Coimbra concentraram-se quinta-feira na cidade do Porto.

No mesmo dia em que outras empresas do sector se manifestavam também na capital do Norte, designadamente junto à sede da Associação patronal, os trabalhadores da têxtil de Coimbra protestavam na rua em frente

ao BPA (Banco Português do Atlântico).

O Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Centro acusa o BPA, principal credor e acionista da Ideal, de estar a provocar o «estrangulamento» da empresa.

Segundo o Sindicato, o Banco interrompeu «todo o apoio económico» que prestava há dois anos e meio.

Assim, a falta de matérias-primas já levou — acrescenta o Sindicato — à paralisação da unidade fabril de tecelagem e fição, assim como à interrupção do trabalho em alguns sectores da unidade de malhas.

A dirigente sindical Fátima Carvalho disse à Lusa que o BPA «retirou o apoio à empresa para remessas de ex-

portação, pagamento de salários e aquisição de matérias-primas».

A mesma sindicalista disse também que a EDP já tentou «cortar o fornecimento de energia, na sequência das dívidas acumuladas».

Para aquela dirigente sindical, o comportamento do BPA só pode ter a intenção de «inviabilizar a empresa em fase de recuperação».

A Ideal está há dois anos e meio em «gestão controlada».

No final de um plenário, quarta-feira da semana passada, trabalhadores da Ideal desfilarão em Coimbra em direcção ao Governo Civil onde foram recebidos.

A União dos Sindicatos de Coimbra fazia saber entretanto que é actualmente de 2500 o número de trabalhadores despedidos, ou que vivem sob essa ameaça no sector têxtil da região.

O mesmo sucede, como se sabe, na generalidade dos têxteis por todo o País.

# Tutela dos Correios facilita aposentações

O «Diário da República» de 9 do corrente insere um diploma da tutela dos CTT, segundo o qual os trabalhadores desta empresa pública podem aposentar-se antecipadamente.

Basta, segundo a Lusa, que os interessados (ou a isso impelidos) tenham 30 ou mais anos de serviço, ou 55 ou mais anos de idade.

Neste último caso, terão que ter pelo menos 5 anos de serviço.

De acordo com o diploma, a aposentação antecipada naquelas condições depende da concordância da empresa.

A Lusa assinala que, entre outras condições ao cuidado dos CTT, ficará a decisão sobre o «carácter de excepcionários».

O diploma do Governo regulamenta os termos monetários das pensões que caducam um ano depois da sua entrada em vigor.



A grave situação no têxtil obriga à participação. Plenário em Vermoim, Nov. 90

# CARVALHESA

## Edição especial de 150 exemplares em cofret numerado

• Pasta-coffret numerada de 1 a 150 manualmente por **Teresa Dias Coelho**.

• CD incluindo as gravações integrais dos cinco arranjos da «Carvalhesa» (1985, António Vitorino de Almeida, José Eduardo Conceição Silva, Guilherme Scarpa Inez e José da Ponte), versão em piano da melodia original recolhida por Kurt Schindler executada por Bernardo Sassetti, versão recolhida em 1970 por Michel Giacometti e todos os *jingles*, *cues* e *bridges* das versões anteriores gravadas para utilização audio e vídeo.

• Serigrafia de **Manuel Sampaio** numerada e assinada.

• Reprodução serigráfica das folhas de rosto e última página da pauta de «Abertura Clássica sobre um Tema Popular Português» de António Vitorino de Almeida (versão clássica da «Carvalhesa») numeradas e assinadas pelo autor.

• Serigrafia com textos de José Eduardo Conceição Silva sobre as suas versões *fusion* e *big band* da «Carvalhesa» numerada e assinada pelo autor.

• Serigrafia numerada com o texto que acompanhou a edição do primeiro arranjo da «Carvalhesa».

• Reprodução serigráfica numerada de foto de Michel Giacometti durante a recolha da versão da «Carvalhesa» em 1970 em Tuiselo (Vinhais-Bragança).

• Reprodução serigráfica numerada de foto de Kurt Schindler.

• Reprodução serigráfica numerada da pauta da versão original da «Carvalhesa» recolhida por Kurt Schindler em 1932, em Tuiselo (Vinhais-Bragança).

• Cópia autenticada do Relatório de Produção Dr. Schenk do fabrico da edição de CD (garantia de tiragem).

• 1 exemplar da cassette editada com as versões da «Carvalhesa» com texto narrativo sobre o tema e versões apresentado por Cândido Mota.

**Preço: 15 000\$00**

• Além dos 150 exemplares numerados de 1 a 150, a edição compreende 20 exemplares numerados de I a XX destinada aos autores e editores e 10 exemplares exclusivamente do CD destinados a depósitos legais.

## Inscrições

1. As inscrições para compra da edição especial da «Carvalhesa» são feitas através do preenchimento do talão abaixo incluído e seu envio para:

Redacção do «Avante!»  
Rua Soeiro Pereira Gomes, 1  
1699 LISBOA CODEX

As inscrições poderão ser igualmente efectuadas directamente na morada acima.

2. A inscrição tem de ser sinalizada com o pagamento de 50% do valor (Esc. 7500\$00) em dinheiro, cheque ou vale de correio à ordem de Partido Comunista Português.

3. Os boletins de inscrição serão numerados pela sua ordem de entrada na Redacção do «Avante!», correspondendo esse número ao número do exemplar a atribuir ao subscritor respectivo.

4. O subscritor receberá (directamente ou pelo correio) fotocópia, autenticada com selo branco e assinatura pela Redacção do «Avante!», do seu boletim de inscrição numerado e que constitui recibo do pagamento do sinal e título para levantamento da obra.

5. Os exemplares subscritos estarão disponíveis até ao final do mês de Outubro, sendo a data a partir da qual podem ser levantados anunciada no «Avante!» de 9 de Outubro.

6. O levantamento poderá ser feito directamente na morada acima contra pagamento dos restantes 50% (Esc. 7500\$00). A entrega poderá também ser feita por correio registado contra cobrança, acrescentando neste caso aos Esc. 7500\$00 os portes e despesas postais.

CARVALHESA

Boletim  
de Inscrição

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Telefone \_\_\_\_\_

Junto envio a sinalização de Esc. 7500\$00 em dinheiro  cheque   
vale de correio  (assinale o que interessa)

Desejo receber a obra por envio postal à cobrança (7500\$00 mais custos postais)

Sim  Não (assinale o que interessa)

Data \_\_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_

Nº de entrada \_\_\_\_\_

## PARLAMENTO EUROPEU

# Apoio comunitário a Portugal

PE alerta para desequilíbrio regional interno de Portugal

O Quadro Comunitário de Apoio para Portugal (QCA) deveria ter conferido maior importância ao equilíbrio regional interno de Portugal, de modo a compensar a contínua perda de população no interior do país, predominantemente rural, e o consequente aumento da população nos centros urbanos do litoral, com os prejuízos de ordem social e económica daí resultantes, impedindo, designadamente, um aproveitamento de todos os recursos do país.

Esta a opinião do Parlamento Europeu, expressa numa resolução sobre o QCA, que prevê para Portugal, no período de 1989-1993, uma contribuição da Comunidade de 7 368 milhões de ecus do FEDER, do FSE, do FEOGA e do PEDIP num montante total de cerca de 18 500 milhões de ecus, ou seja, 30 por cento do investimento nacional previsto para esse período.

Isto é, embora aplaudindo a existência de um QCA

para Portugal «capaz de servir de suporte a um plano de desenvolvimento para o país, para o período de 1989 a 1993» e de apoiar «os objetivos principais» da sua estratégia, o Parlamento Europeu não deixa de chamar a atenção para as debilidades do mesmo, em particular no respeitante ao desequilíbrio entre as propostas de desenvolvimento para o litoral e o interior do país e às resultantes da falta de uma verdadeira política de regionalização.

Considerando ainda que o QCA «deveria ter estabelecido melhor as prioridades de investimento e indicado mais claramente os sectores da economia em que se espera uma expansão», o PE decidiu solicitar que seja «prestada maior atenção à promoção da actividade económica nas regiões dos Açores e da Madeira e zonas do interior do continente e ao estabelecimento de uma estratégia mais definida quando o QCA for revisto».

Uma necessidade sublinhada pelo deputado do PCP, Sérgio Ribeiro, que ao intervir no debate sobre a matéria o considerou como susceptível de «ilustrar uma das questões fundamentais que é a da existência ou não de um verdadeiro poder regional, entre o poder local e o poder central que nesse poder regional descentralizaria algumas das suas competências e funções, vencendo - ou sendo vencido - nas suas apetências meramente desconcentradoras».

Considerando o relatório sobre o Quadro Comunitário de Apoio a Portugal globalmente «muito positivo», Sérgio Ribeiro referiu-se às propostas de emenda apresentadas pelos comunistas portugueses como tendentes a dar resposta «à política regional que o Governo (não) concretiza, ou melhor, à política regional de desconcentração que vai realizando, assim reforçando o poder central e não criando um poder regional».

Para o deputado do PCP é de grande significado que o Parlamento Europeu chame a atenção «para a inexistência, em Portugal, de autoridades regionais eleitas entre o Governo central e os municípios, e afirme a sua compreensão do que isso representa de dificuldades para o empenhamento dos representantes locais eleitos no planeamento e na aplicação das medidas de desenvolvimento económico a nível regional e/ou local».

No entanto, segundo Sérgio Ribeiro, não menos importante é referir o que não chegou a ser aprovado em comissão: «a tentativa de levar o Parlamento Europeu a afirmar que a estrutura regional portuguesa, com as suas Comissões de Coordenação Regional, consagraria um poder regional democrático». Uma «tentativa falhada», como sublinhou.

## Colgate-Palmolive despede trabalhadores

O Parlamento Europeu aprovou na sua sessão da semana passada, em Estrasburgo, uma resolução condenando a anunciada «reestruturação» da Colgate-Palmolive envolvendo a supressão de 2500 postos de trabalho e o encerramento de diversas unidades de produção daquela multinacional.

A resolução, subscrita entre outros pelo deputado Barros Moura, em nome do Grupo Coligação de Esquerda, manifesta a sua solidariedade para com os trabalhadores vítimas ou ameaçados de despedimento e insurge-se contra semelhantes «reestruturações» levadas a cabo «sem um plano global para o sector, negociado pelos parceiros sociais e em observân-

cia dos interesses dos trabalhadores».

O documento recorda que a direcção da Colgate-Palmolive, ao mesmo tempo que se propõe despedir milhares de trabalhadores em todo o mundo e encerrar unidades de produção, afirma «procurar um aumento dos lucros e anuncia o aumento dos dividendos dos accionistas». Uma prática que está a ser seguida por muitas multinacionais.

Cite-se, no caso da Colgate-Palmolive e, a título de exemplo, o encerramento das unidades de produção de perfumaria e de detergentes na Bélgica, com a supressão de quase 325 postos de trabalho até 1992.

Considerando que os in-

teresses dos trabalhadores não são tomados em consideração e que eles são as principais vítimas desta estratégia das multinacionais, os eurodeputados decidiram solicitar à Comissão a tomada de medidas «tendentes a impedir que as companhias que recorrem a estas práticas beneficiem de ajudas ao estabelecimento noutra local da Comunidade».

A resolução solicita ainda à Comissão e ao Conselho a «aplicação de medidas destinadas a lutar contra os abusos resultantes de tais políticas de reestruturação e que visem fazer respeitar as legislações sociais na Europa, de modo a proteger os trabalhadores das estratégias das multinacionais na Euro-

pa», bem como a urgente apresentação, pela Comissão, de directivas vinculativas destinadas a reforçar a «protecção dos trabalhadores em caso de despedimento, designadamente em caso de despedimento colectivo», e ainda que torne mais eficazes os «processos de informação, de consulta e de participação dos trabalhadores nas empresas».

Convencidos de que o horizonte comunitário de 1993 - mercado único - serve de cobertura à estratégia financeira dos grandes grupos industriais, os deputados do Parlamento Europeu defendem a criação de um «observatório europeu da política industrial (OREPI) para evitar este tipo de situações».

## É urgente desbloquear a Europa Social

O Intergrupo Parlamentares Sindicalistas/Confederação Europeia de Sindicatos divulgou recentemente em Estrasburgo uma declaração em que se apela ao desbloqueamento da Europa Social.

Segundo fazem notar, vinte e dois meses depois da adopção da carta social comunitária e do lançamento do Programa de acção social, nenhuma das grandes di-

rectivas sociais programadas foi adoptada até ao momento: trabalho atípico, remodelação do tempo de trabalho, protecção das mulheres grávidas, informação-consulta, subcontratação transfronteiriça...

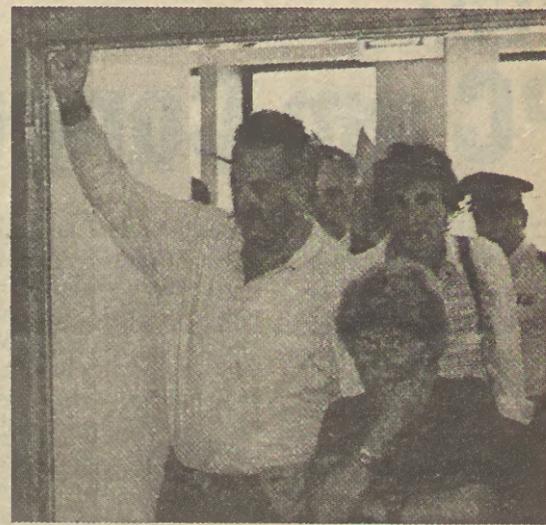
Considerando esta situação inadmissível, agora que se aproxima o mercado único, o Intergrupo afirma que chegou a hora dos Estados membros fazerem coin-

cidir as palavras com os actos.

Como acreditar - interrogam - nos discursos quase unânimes sobre o aumento das competências comunitárias em matéria de política social e de extensão do voto por maioria qualificada quando esses mesmos Estados membros são incapazes de garantir, por um voto de maioria qualificada já existente, a garantia de

remuneração ou de rendimento equivalente para as mulheres grávidas ou acabadas de dar à luz durante as 14 semanas das suas férias de parto?!

Na sua declaração, o Intergrupo exige que seja posto fim a esta situação intollerável e a rápida adopção de propostas de directivas necessárias à coesão económica e social da Comunidade.



Abraham Serfaty em liberdade após 17 anos nas prisões de Marrocos

## Abraham Serfaty em liberdade

O Parlamento Europeu recebeu no passado dia 9, em Estrasburgo, Abraham Serfaty, um símbolo da luta e da resistência do povo marroquino.

Serfaty, libertado das prisões marroquinas em 13 de Setembro último e imediatamente expulso para França, onde obteve asilo político, foi até essa data um dos mais antigos prisioneiros políticos do mundo, com mais de 17 anos de prisão. Preso em 1974 e condenado a prisão perpétua com mais 170 pessoas em Fevereiro de 1977, por delito de opinião, Serfaty transformou-se num exemplo de coerência e de coragem de acordo com a divisa que adoptou - «os que vivem são os que lutam».

Saudando a sua libertação, a Amnistia Internacional, uma das organizações que denunciam a violação dos Direitos do Homem em Marrocos, protestou junto de Hassan II contra a expulsão de Serfaty e exige que lhe seja reconhecido o direito de voltar ao seu país, se assim o desejar.

A visita de Serfaty ao Parlamento Europeu, a convite do Grupo Coligação de Esquerda e com o apoio dos Grupos Socialista, Verdes e da Esquerda Unitária Europeia, proporcionou um emocionado encontro e esclarecedor debate que permitiu conhecer ao vivo um homem em torno do qual as forças democráticas do PE se mobilizaram para o libertar das masmorras de Hassan II.

Por isso mesmo a presença de Serfaty teve um sabor a vitória e constituiu um estímulo para se continuar o combate pela libertação dos mais de 900 presos políticos (número respeitante aos presos conhecidos) que permanecem, nas mais brutais e desumanas condições, nas prisões oficiais e clandestinas de Marrocos.

Hoje, quando tanto se fala nos Direitos do Homem, vale a pena recordar que em Marrocos persiste um regime onde a violação dos mesmos é prática diária e corrente, onde a tortura é sistematicamente aplicada, onde os «desaparecidos» se contam às centenas e o assassinato de opositores é frequente, sem que tal impeça largos apoios das «democracias ocidentais» ao governo de Hassan II.

Abraham Serfaty e a sua mulher, Christine Serfaty (que tem sido incansável na defesa dos presos políticos marroquinos) salientaram em Estrasburgo o papel da solidariedade internacional que encoraja o povo marroquino na luta contra a tirania cujo fim se avizinha, recordando e pedindo que não sejam esquecidos casos como os dos 61 militares condenados em 1962 por tentativa de golpe de Estado, dos quais 29 já morreram nas prisões e outros enlouqueceram após anos de isolamento em células sem luz e sem assistência médica.

Na ocasião foi igualmente salientada a difícil situação em que se encontram as famílias dos presos políticos, sofrendo pressões e ameaças de todo o género.

Apesar destas dificuldades, Serfaty falou com esperança da possibilidade de um próximo entendimento das forças progressistas na luta pela liberdade e pela democracia, por um Marrocos moderno num Magrebe democrático e de paz. Apelou ainda para a criação de um Tribunal Internacional que julgue os crimes cometidos pelo monarca marroquino.

À semelhança das sanções impostas à África do Sul para apressar o fim do «apartheid», foi decidido pelos presentes no encontro com Serfaty defender no Parlamento Europeu a não ratificação do 4º Protocolo Financeiro entre a CEE e Marrocos enquanto neste país não cessarem as violações aos Direitos do Homem.

No final do encontro, Abraham Serfaty enviou ao PCP «um grande partido do proletariado internacional, calorosas saudações».

## INTERNACIONAL

# CUBA PC em Congresso

Com a eleição, por votação secreta, dos 225 membros do novo Comité Central, encerraram os trabalhos do IV Congresso do Partido Comunista Cubano.

O Congresso, que decorreu em Santiago de Cuba sob a presidência de Fidel Castro, debateu quatro resoluções — uma primeira sobre a «modificação dos Estatutos do Partido», a se-

gunda referente ao «Programa do Partido», a terceira ao «aperfeiçoamento do poder popular», e uma quarta ao «desenvolvimento económico do país». O Congresso tomou algumas medidas, quer no plano político, quer económico.

Concretamente, foi recomendada a eleição directa dos deputados à Assembleia Nacional do Poder Popular.

No plano económico, foi divulgada a decisão de per-

mitir aos cubanos o trabalho por conta própria e a livre exploração de pequenas parcelas de terra.

O Congresso pronunciou-se, entretanto, contra a reactivação dos mercados livres camponeses, proibidos em 1986, e a comercialização privada de produtos agrícolas.

Defende-se, em contrapartida, que há que «procurar solução para os excedentes da produção agrí-

cola, se existirem, para os pôr à disposição das populações e eliminar o mercado negro».

Numa resolução sobre política externa, afirma-se que Cuba mantém «inalterável a sua essência anti-imperialista, revolucionária e solidária e orienta-se para o respeito e a unidade fraterna com a China Popular, o Vietnam e a Coreia Democrática, que escolheram a via da edificação socialista».

## FMI

# Reunião em Bangueteo alerta para a crise

O relatório anual do Banco Mundial para 1990 indica que este foi um mau ano para a economia mundial.

Assim, o crescimento do volume mundial de trocas, que era de 7,5% em 1989, continuou a descer e não ultrapassou os 5% em 1990. Em países como o Canadá, os Estados Unidos ou a Grã-Bretanha, a taxa de crescimento foi inferior a 1% em 1990 (enquanto em 1989 se situava entre os 1,9 e os 3%).

Para a África subsahariana, a taxa de crescimento foi da ordem dos 1,1%, o que, tendo em conta o crescimento demográfico registado, corresponde a uma quebra de 2%.

Estas mesmas preocupações estão presentes na reunião do FMI, estes dias a decorrer em Bangueteo.

O Comité Interino, a mais alta instância do

Fundo Monetário Internacional (FMI), reconheceu, pela primeira vez, a necessidade de uma «reanálise» das despesas militares, com o objectivo de fazer face à crise de poupança e às «enormes necessidades» de novos financiamentos no mundo.

Os problemas no domínio do comércio internacional foram particularmente salientados.

«É necessário que todos os governos dêem, no plano político, prioridade absoluta à conclusão rápida do Uruguai Round, no âmbito do GATT, a fim de se conseguirem ganhos de eficácia dos quais depende o futuro do crescimento da economia mundial», afirmou o Comité, num comunicado divulgado na abertura da sua reunião, acrescentando que «o Comité está preocupado com o atraso das negociações do Uruguai



Miséria e dependência continuam a marcar a realidade do Terceiro Mundo, nomeadamente da América Latina

Round e com os riscos que isso poderá implicar para a economia mundial». No comunicado afirma-se que um fracasso destas negociações comerciais «poderá pôr seriamente em perigo o sistema de comércio e de pagamentos internacionais».

O comunicado do Comité não fala formalmente de uma redução das despesas militares, mas o grupo dos dez países mais industrializados (G-10), apelou a «uma redução das despesas improdutivas, o que abrange as destinadas à defesa, em todos os países».

Michel Camdessus, director-geral do FMI, lançou um novo apelo aos países de todo o mundo para reduzir as despesas militares, mesmo que isso entre em confronto com «interesses adquiridos muito poderosos».

Uma redução das despesas militares mundiais para cerca de 4,5% do produto interno bruto (PIB) mundial permitiria economizar cerca de 140 mil milhões de

dólares (20 300 milhões de contos) por ano, salientou o director-geral do FMI.

No relatório ao Comité para o desenvolvimento, que integra 22 representantes dos 155 países membros do FMI e que analisa as questões das nações em desenvolvimento, afirma-se que o crescimento da economia mundial em 1991 será o mais baixo desde 1982, com uma acentuada diminuição da expansão do comércio, prejudicial para os países em desenvolvimento, que, ao mesmo tempo, vêem os preços das matérias-primas descer continuamente.

Entretanto, face à difícil conjuntura que se apresenta, o director-geral do FMI — propondo embora o «aligeiramento» da dívida — defende a manutenção das políticas de «ajustamento estrutural» nos países em desenvolvimento, políticas que se têm saldado por consequências sociais dramáticas para os povos abrangidos.

## «Deixem o Povo de Cuba Viver em Paz»

um apelo

de cidadãos portugueses

«Deixem o Povo de Cuba viver em Paz», é um apelo enviado por um conjunto de cidadãos portugueses ao governo cubano, onde se reclama o fim do bloqueio que os «senhores da democracia» única, paralisadora e vazia do grande capital» impõem a Cuba há 30 anos.

Aqui reproduzimos o Apelo e uma relação de alguns dos 623 signatários.

### Deixem o Povo de Cuba viver em Paz

Foi há 32 anos. Um país atrasado, simultaneamente casino e prostíbulo dos grandes senhores das Américas, conquistou a liberdade e definiu o seu caminho.

Um caminho de paz, de trabalho, de educação, de saúde e de cultura. Um caminho de direitos e deveres para todos os que até hoje privilegiam sempre as dinâmicas mais legítimas e populares.

O povo de Cuba criou um país onde a vida quotidiana é participada e o socialismo pode ser duro de construir mas não é uma miragem.

Os democratas portugueses que assinam este documento desejam que a situação e o futuro de Cuba continuem a ser definidos pelo seu povo. Não em conformidade com o agora tão propagandeado modelo único e só aparentemente liberal, do imperialismo, das multinacionais e da banca, em nada democrático nem portador de evolução social — mas na dos sentimentos e das aspirações populares.

Senhores da «democracia» única, paralisadora e vazia, do grande capital:

- Cessem o bloqueio que, através dos EUA, impõem a Cuba há 30 anos!

- Deixem Cuba em paz e deixem o povo cubano viver e agir de pleno direito na construção da democracia e do socialismo, modernos valores da humanidade que em Cuba serão inseparáveis da liberdade e do progresso de todos os que trabalham, lutam e amam o seu país!

### Alguns signatários

Alfredo Flores, músico; Alexandre Babo, escritor; Alice Vieira, escritora; Amílcar Botica, actor; António Abreu, engenheiro; António Avelãs, dirigente sindical; António Carmo, pintor; António Domingues, pintor; António Modesto Navarro, escritor; António dos Santos, jornalista; Arminda Fonseca, advogada; Armando Caldas, encenador; Arménio Melo, músico; Artur Ramos, realizador de TV; Baptista-Bastos, escritor; Blasco Hugo Fernandes, engenheiro; Cândido Mota, locutor; Canto e Castro, actor; Carlos Consiglieri, economista; Carlos Coutinho, jornalista; Carlos Mota Soares, professor universitário; Carlos Pinhão, jornalista; Carlos Porto, crítico de Teatro; Daniel Garcia, actor, dirigente sindical; Eduardo Chitas, professor universitário; Eduardo Moradas Ferreira, médico; Ernesto Sampaio, jornalista; Fernanda Alves, actriz; Fernanda Lapa, actriz e encenadora; Fernando Correia, jornalista; Fernando Flores, músico; Fernando Lopes-Graça, compositor; Fernando Midões, realizador de TV; Francisco Melo, editor; Frederico Mirão, engenheiro; Gil Teixeira Lopes, pintor; Helder Costa, encenador; Hilário Teixeira Lopes, pintor; João Arsénio Nunes, professor universitário; Jorge Peixinho, compositor; José Barata-Moura, professor universitário; José Duarte, musicólogo; José Elio Sucena, advogado; José Saramago, escritor; Luís Monteiro Baptista, médico; Luís Ralha, professor; Luzia Maria Martins, encenadora; Manuel da Fonseca, escritor; Manuel Ruas, realizador de TV; Maria do Céu Guerra, actriz; Maria Guilhermina Silveira, industrial; Maria Keil, pintora; Mário Castrim, jornalista; Mário Pereira, actor; Miguel Urbano Rodrigues, jornalista; Natália Correia, escritora; Nuno Varela Robin, oficial do Exército; Orlando Costa, escritor; Pilar Del Rio, jornalista; Rita Magrinho, professora; Rogério Fernandes, professor universitário; Rogério Paulo, actor; Rolando Sá Nogueira, pintor; Rosa Coutinho, almirante; Rosa Ventura, música, dirigente sindical; Rui Mendes, actor; Suzana Ruth Vasques, jornalista; Teresa Dias Coelho, pintora; Urbano Tavares Rodrigues, escritor; Urbina Sá Nogueira; Vasco Gonçalves, general; Vasco Granja, crítico de animação; Virgílio Domingues, escritor; Vítor Branco, editor; Vítor Serrão, professor História de Arte; Zeferino Coelho, editor; e ainda os dirigentes da CGTP-IN, Álvaro Rana; Carlos Mamede; Fernando Loureiro; Fernando Morais; Florival Lança; João Paulo; João Silva; José Ernesto Cartaxo; Manuel Carvalho da Silva; Maria do Carmo Tavares; Ulisses Garrido.

## Reunião paralela

Cerca de 200 organizações não-governamentais acusaram o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) de adoptarem políticas de crédito que acentuam a divisão entre países ricos e pobres.

A reunião do «Foro do Povo», a decorrer em Bangueteo, até 17 de Outubro, pretendeu «anticipar-se» à assembleia anual conjunta do FMI e do BM, que decorre também na capital tailandesa.

Na primeira jornada da reunião do «Foro do Povo», as organizações participantes acusaram o FMI e o BM de servirem de «instrumentos políticos e económicos das nações industrializadas e apoiarem as grandes multinacionais sem terem em consideração o povo nem a protecção do meio ambiente».

Segundo um dos participantes, «estes organismos de crédito multilateral procuram agora melhorar a sua imagem pública tentando mostrar que partilham de princípios gerais que interessam a todos os países do mundo, como o objectivo de um desenvolvimento económico estável que preserve a Natureza».

No entanto, a exigência de ajustes estruturais como condição prévia de financiamentos aos países necessitados «acaba por implicar cortes nas verbas destinadas a programas de carácter social, educativo ou sanitário», acrescentou Suthie Prasartset, professor de economia numa universidade da Tailândia.

## INTERNACIONAL

## FRANÇA

## Trabalhadores em luta



Enfermeiras, artistas e assistentes sociais saíram à rua no passado dia 10, em Paris e outras cidades francesas, em mais uma jornada de luta contra a degradação das condições de vida e de trabalho.

Pelo terceiro dia consecutivo, milhares de enfermeiros desfilaram pelas ruas de Paris para exigir a abertura de negociações com o ministro da Saúde, Bruno Durteux, sobre os seus salários, efectivos e condições de trabalho.

Há mais de uma semana que as profissionais de enfermagem se encontram acampadas em frente do Ministério da Saúde, apesar do frio da noite e das inter-

venções da policia, que tenta impedi-las de montarem as tendas, emprestadas por organizações humanitárias.

As enfermeiras declaram-se determinadas a encetar uma greve geral e a lançar uma «operação hospitalares mortos», se não forem satisfeitas as suas reivindicações de aumento salarial de 7500 para 10 000 francos e de aumento dos efectivos.

Por seu turno, as assistentes sociais, que já no passado dia 1 tinham desfilado pelas ruas de Paris, voltaram agora a manifestar-se, reivindicando a revalorização da sua profissão.

Os artistas, também pre-

sentes na manifestação de dia 10 nas ruas da capital francesa, insurgem-se contra a prevista suspensão do sistema de indemnização dos desempregados do sector.

Também os agricultores voltaram a manifestar-se, de diversas formas, contra a política do governo francês no sector agrícola.

Todas estas manifestações e acções de luta de diferentes sectores de trabalhadores inserem-se num quadro de progressiva degradação das condições de vida dos franceses.

Com base em recentes estudos do Instituto Nacional de Estatística francês, calcula-se que, nos últimos

quatro anos, a quebra registada nos montantes salariais é da ordem dos 3,7 por cento para o conjunto das diferentes categorias profissionais no sector público. Para as categorias menos qualificadas a quebra é de 4,1 por cento e para as mais qualificadas de 5,4 por cento.

Por outro lado, no plano fiscal, entre Abril de 1984 e Janeiro de 1988, os descontos feitos pelos assalariados sofreram um aumento de 81,5 por cento, enquanto os do patronato aumentaram apenas 12,5 por cento.

Uma realidade a que há que somar uma preocupante tendência para o aumento do desemprego.

## ALEMANHA

## Condenada violência contra estrangeiros

«A intolerância e a violência» contra estrangeiros, que se tem vindo a verificar na Alemanha ao longo destes últimos meses, foi a semana passada condenada pelo Parlamento alemão que, em declaração lida pela sua presidente, Rita Suessmuth, afirma que «o recurso à violência fere pessoas e gera um clima de medo, temor e segregação, o que viola os direitos humanos fundamentais».

Esta tomada de posição do «Bundestag» vem na mesma linha da posição assumida pelo presidente alemão, Richard von Weizsäc-

ker, que, dias antes, tinha lançado um apelo no sentido de que «os alemães e os estrangeiros saibam que são iguais».

Entretanto, a situação já havia assumido tal gravidade que o delegado em Bona do Alto Comissariado para os refugiados das Nações Unidas, Walter Kisser, se sentiu na obrigação de lembrar à Alemanha que «o direito de asilo faz parte dos direitos do homem».

No balanço divulgado em vésperas da reunião interpartidária sobre a política de estrangeiros no país, o

ministro do Interior, Wolfgang Schauble, informou que em Agosto e Setembro se registou um total de 244 agressões a nacionais de outros países.

De um total de 72 fogos postos, 48 ocorreram na antiga Alemanha Oriental, pelo que «a maioria das agressões não ocorreu na ex-RDA», fez notar Schauble.

Os ataques a trabalhadores estrangeiros centraram-se inicialmente na ex-RDA. Aí, os bandos nazis encontravam o terreno favorável da degradação da situação social, numa região antigada pelo desemprego, que afecta 12% da população activa. Os alvos são os trabalhadores imigrantes (em particular moçambicanos e vietnamitas).

Posteriormente, os ataques às habitações de imigrantes alastraram a toda a Alemanha, assumindo proporções tanto mais preocupantes quanto a direita tem vindo a aumentar as votações em algumas eleições pontuais. Quando das eleições realizadas, dia 29 de Setembro, na cidade-Estado de Brême, a organização de extrema-direita União do Povo Alemão (DVU), conseguiu 6,2% dos votos enquanto os sociais-democratas sofriam uma quebra de 12 pontos em relação às eleições regionais de 1987.

Significativamente, segundo uma sondagem da televisão ZDF, realizada em Setembro, 45% dos alemães põem à cabeça das suas preocupações a imigra-

ção e o direito de asilo aos estrangeiros.

Esta escalada de racismo e violência tem entretanto vindo a esbarrar com posições de repúdio de partidos e diferentes organizações e mesmo acções concretas de defesa dos imigrantes.

O SPD apelou à realização de uma manifestação contra a xenofobia, na Baixa Saxónia e na Baviera, enquanto a Confederação Sindical Alemã (DGB) veio a público exortar à formação de uma aliança contra o ódio aos estrangeiros.

Na Renânia do Norte-Vestefália, grupos cristãos, ecologistas, social-democratas e de extrema esquerda estão a promover vigílias e acções de protecção aos lares-internatos de estrangeiros.

Em Wenden, Sauerland, uma cadeia humana impediu o ataque de um grupo de «skinheads» a lares de estrangeiros e em Fuerstenwalde, Brandénburgo, um padre da igreja evangélica organizou uma «linha telefónica» para avisar a chegada de neonazis, de comboio, fazendo malograr os seus intentos de atacarem um lar de vietnamitas.

Em Hamburgo, fundou-se uma «acção para a paz interna» encabeçada pela Editora do semanário «Die Zeit», a condessa Marion Doenhoff, e o escritor Guenther Grass.

O elenco do teatro «Schauspielhaus» de Dusseldorf, decidiu também proteger durante a noite os ciganos acampados nas margens do Reno.

## Presos políticos

Pelo menos 800 presos políticos permanecem ainda nas prisões sul-africanas e no território autónomo do Bofutatswana, denunciou em Joanesburgo a Comissão dos direitos humanos.

A Comissão acusou o governo sul-africano de não estar a cumprir o compromisso de libertar «todos aqueles que lutaram contra o apartheid», estabelecido no acordo de Pretória com o Congresso Nacional Africano (ANC), em Agosto de 1990.

## URSS

A nova União, segundo o texto do tratado político divulgado pela «Interfax», passará a denominar-se «União das Repúblicas Livres e Soberanas», mantendo entretanto a sua actual sigla em russo (SSSR).

Os Estados que a irão integrar serão «iguais no seio da comunidade internacional» e terão o direito de manter relações com outros países, na condição de essas relações serem «compatíveis com as obrigações internacionais da União».

Os membros da União deverão ter uma política comum na defesa, segurança e política externa, precisa o documento, que prevê ainda uma «política comum em matéria de protecção dos direitos humanos e das minorias étnicas, na energia, transportes, comunicações, espaço e luta contra o crime».

O poder legislativo caberá ao Soviete Supremo da União, formado por duas Câmaras — a das Repúblicas e a da União.

O presidente da União terá o poder executivo e será eleito por sufrágio universal directo.

## Nobel

O Prémio Nobel da Paz foi atribuído a Aung San Suu Kyi, dirigente da oposição birmanesa. Ao atribuir este prémio, o Comité «quis saudar esta mulher pelos seus esforços determinados e mostrar o seu apoio aos numerosos povos no mundo que lutam para obter a democracia, o respeito dos direitos do homem e a reconciliação étnica por meios pacíficos», afirmou o presidente do Comité, Francis Sejersted.

## Bulgária

Contra todas as previsões, o movimento de oposição União das Forças Democráticas (UFD) obteve a maioria de votos nas eleições realizadas domingo passado na Bulgária.

O Partido Socialista Búlgaro, no poder, embora tendo obtido resultados superiores aos esperados, passou a segunda força política, pela grande concentração de votos registada na UFD.

Uma terceira força com expressão parlamentar é o Movimento de Direitos e Liberdades, da minoria turca.

## Jugoslávia

A CEE convocou uma cimeira dos presidentes das seis Repúblicas jugoslavas e do presidente federal, Stipe Mesic, para dia 22, na capital holandesa.

Esta iniciativa decorrerá paralelamente à conferência de paz de Haia e visa reunir os dirigentes jugoslavos e os doze da comunidade para analisar o futuro político da Federação.

## Alerta contra xenofobia

A alta-comissária da ONU para os refugiados lançou a semana passada um alerta contra o aumento da xenofobia.

Falando na abertura da reunião anual da Comissão Executiva do Alto Comissariado para os Refugiados, Sadako Ogata afirmou a sua preocupação «com o crescimento da xenofobia em vários países» e apelou «a todos os dirigentes para utilizarem o seu poder e influência para combater esta tendência perigosa».

Um problema que tem múltiplas facetas e se alimenta também da degradação da situação socioeconómica.

«O desespero não conhece nem passaportes, nem fronteiras internacionais», advertiu o conselheiro do programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Mahbur Ul Hao, que sublinhou que o próximo século poderá ser cenário de um êxodo maciço das populações do Terceiro Mundo rumo aos países industrializados, caso não sejam tomadas medidas para melhorar as condições de vida das nações mais pobres (ou empobrecidas).



«O Comité Central salienta a importância da realização de plenários pelas organizações regionais e locais a fim de dar seguimento à actividade partidária na nova situação criada pelos resultados das eleições de 6 de Outubro»

Da Resolução do CC do PCP de 10 de Outubro de 1991

# Lumiar: preparar o trabalho

Os comunistas do Lumiar reuniram-se, falaram das eleições e pensam em novas formas de trabalho para chegar mais longe. Como em todo o País...

No seguimento da reunião do Comité Central — e em alguns casos as reuniões já estavam marcadas antes da análise feita por esse órgão máximo do Partido entre Congressos — alguns plenários tiveram lugar no passado fim-de-semana, por esse país fora.

Tratava-se, fossem quais fossem os resultados, de os analisar e de traçar algumas grandes linhas de acção para os tempos mais imediatos. No entanto, a situação nova decorrente do último acto eleitoral mais tornou necessário que os comunistas se reunissem, apreciassem os resultados e se decidissem em conformidade. Com um espírito de empenhamento, face a uma conjuntura que surge desfavorável, a nível institucional, para os trabalhadores e as populações. Entre as reuniões e plenários que estavam já marcados o «Avante!» teve o embaraço da escolha. Não podendo «ir a todas», pretende dar uma ideia, embora limitada, do que está a acontecer no seio do Partido: um animado debate que, se procura explicações para um insucesso, quer sobretudo determinar os caminhos da luta que a realidade requer. As razões, essas, são as de sempre.

«Com uma campanha tão boa, como foi possível este resultado?» Esta a questão mais vezes levantada numa das muitas reuniões de militantes do PCP e outros activistas da CDU que no último fim-de-semana ocorreram na região de Lisboa. No caso tratava-se da reunião plenária dos militantes do PCP nas freguesias do Lumiar, Charneca e Azeitão que na noite de sexta-feira teve lugar no Centro de Trabalho da primeira daquelas freguesias. Nela, as diversas intervenções dos presentes procuravam diagnosticar as causas que estariam por detrás do insucesso eleitoral da CDU no passado dia 6 de Outubro, com particular atenção dedicada aos valores obtidos nas urnas das freguesias que mais directamente interessavam os presentes. A ideia que ficaria resumir-se-ia neste frase dita ao longo do debate: «se tanta gente participou na campanha da CDU, se tanta gente recebeu tão bem a nossa mensagem é porque as nossas ideias são boas e a nossa influência é grande».

Depois de uma primeira intervenção do camarada Alexandre Teixeira, membro do Comité Central do Partido, que daria conta das principais conclusões da reunião da véspera deste organismo, seguiu-se um animado e participado debate onde se tentou fazer um levantamento dos eventuais erros cometidos e, sobretudo, a procurar delinear as formas de intervenção imediata e futura nestas freguesias, onde os comunistas têm muitos autarcas eleitos entre presidentes de junta e membros pertencentes aos executivos e assembleias de freguesia dessas autarquias.

«É preciso humildade no reconhecimento de erros, é preciso saber ir ao encontro dos acontecimentos com sentido da realidade, ter imaginação na forma de abordar as pessoas e utilizar uma linguagem clara», diria uma das intervenções da noite, repetidamente secundada por outras que criticariam algumas das formas utilizadas durante a campanha para denunciar o Governo de Cavaco Silva: «quantas pessoas saberão o que significa nepotismo e peculato?», interrogaria uma militante a propósito de algumas expressões utilizadas na campanha da CDU. Aliás, um dos presentes sublinharia o facto de aquela campanha contradizer notícias e comentários de alguma comunicação social. No caso seria apresentado um recorte do «Diário de Notícias» dessa manhã que titulava, a propósito da reunião de véspera do Comité Central: «PC recusa culpa». «Quem aqui recusou alguma culpa?», perguntava-se neste centro de trabalho do PCP.



Outro facto revelado por um dos presentes, que durante o acto eleitoral foi membro de uma das mesas das assembleias de voto do Lumiar, foi o de grande número de votos anulados sugerir que muitas pessoas terão estabelecido confusão entre os símbolos da CDU e os do PCTP-MRPP, já que muitos boletins de voto anulados pelos eleitores tinham cruzes marcadas numa ou nas duas forças políticas!

Tal motivou a crítica de uma militante por entender que durante a campanha eleitoral não foram suficientemente divulgados os símbolos do PCP e dos «Verdes», optando-se apenas pela sigla «CDU» o que, segundo essa camarada dizia ter tido conhecimento, levava algumas pessoas a terem feito várias confusões «até mesmo com o CDS». Estes apenas alguns exemplos do intenso debate que no Lumiar se gerou, a procurar também questões políticas de fundo, desde a estratégia eleitoral da CDU até ao posicionamento político de outras formações políticas, da esquerda e da direita, para uma melhor compreensão dos resultados e a procura de soluções e ideias de intervenção imediata.



Entretanto, um autarca do Lumiar justificaria a sua presença nesta reunião de militantes comunistas: «não sou do PCP mas achei que deveria estar aqui hoje», diria, para depois participar



# Brandoa: a confiança na luta

O Salão dos Reformados da Brandoa está situado num curioso complexo que integra outras instalações, nomeadamente um recinto desportivo, salões para a juventude, de festas e de convívio e ainda um bar - tudo instalado num terreno cuidado e debruçado para o largo central da localidade. São infra-estruturas preciosas numa freguesia que a especulação imobiliária dos últimos anos do fascismo fez crescer anarquicamente, e constituem um fruto completo do Portugal de Abril: a população e a autarquia são os seus grandes responsáveis, numa sementeira de progresso que tem ali mais uma prova provada. Foi nesse salão que, sexta-feira à noite, a Comissão Concelhia da Amadora do PCP promoveu um plenário para analisar os resultados eleitorais, iniciativa, aliás, integrada num vasto conjunto de outras semelhantes que se estão a realizar um pouco por todo o País.

A reunião, que contou com a presença de Vítor Castro, membro do Comité Central, e diversos membros das organizações locais do Partido, estruturou-se à volta do documento saído da reunião do Comité Central no dia anterior (e que publicamos nesta edição), expondo as análises deste órgão sobre o insucesso sofrido nas últimas eleições, quer pela Coligação, de que o PCP faz parte, quer pelas forças democráticas no seu conjunto. A vitória obtida pelo PSD - naturalmente concomitante com o insucesso eleitoral verificado no campo democrático - foi igualmente analisada no plenário, sendo relevadas quer a demagogia desenfreada, populista e sem quaisquer escrúpulos desenvolvida por Cavaco Silva, que usou sem limites os benefícios do controlo do poder, quer a insensata bipolarização perseguida pela estratégia eleitoral do Partido Socialista, que dividiu e esmoreceu o eleitorado, sendo igualmente reconhecido que a mensagem da CDU, no sentido de se criar uma indispensável alternativa democrática à desastrosa

política do PSD, não conseguiu o eco necessário no eleitorado. Ainda em relação ao PCP foram também reconhecidos outros factores que, de alguma forma, contribuíram para a sua descida eleitoral, nomeadamente os recentes acontecimentos na União Soviética e a cerradíssima campanha anticomunista orquestrada a propósito. A assistência, que seguiu atentamente as intervenções, teve uma participação activa

no plenário, em geral ilustrando com exemplos concretos as análises feitas. A necessidade de reequacionar os problemas e encontrar formas mais acutillantes de intervenção foram a expressão mais concreta da consciência política emergente do plenário: de que este Governo continua a representar e a concretizar os interesses do grande capital, com o seu cortejo de exploração e degradação de vida dos portugueses, pelo que se impõe um



combate firme e tenaz. E é na luta que há sempre razões de confiança.

## Nos lábios da aurora

Ao sairmos do plenário, fomos atraídos «pelo ouvido». Uma explosão de bateria vindos dos portões fechados do ginno-desportivo denunciaram-nos um grupo em ensaios musicais. Desistindo de incomodar com uma interrupção para nos abrirem a porta, continuámos pelo complexo onde, insolitamente, nos cruzámos com crianças vindas dum outro ensaio qualquer. Encontrámos dois bares. No primeiro alguns jovens jogavam bilhar e um elemento da colectividade (pois de uma colectividade se tratava) explicou-nos, entre dois avios de sandes de queijo e uma cerveja, que havia população a deslocar-se ali para um convívio que não lhe era possível em casa, tão exíguos são para receber quem quer que seja. Um «bilharista» mirou-nos a máquina fotográfica e, não resistindo,



quis saber para que era. Esclarecemos que fora para o plenário e quisemos também saber por que não fora lá. Um sorriso de jovem acanhamento iluminou a resposta: «Sabe, estava aqui a jogar com os amigos...». Eláficou. No outro bar havia também amigos, embora sem jogar - limitavam-se a beber à volta de amena cavaqueira; pareceu-nos que alguns tinham estado no plenário, mas não chegámos a averiguar-lo porque fomos outra vez apanhados «de ouvido»: um inconfundível coro alentejano irrompeu de repente por detrás de uma parede, invisível e poderoso, envolvente como só deles, a anunciar que «Vamos lá saindo/por esses campos fora...». Os nossos fortuitos interlocutores interpretaram-nos a curiosidade e apontaram o sítio para chegar lá, um sobe-e-desce de escadinhas por trás do bar onde fomos encontrar um pequeno grupo à porta donde safa a melodia. Entrámos e soubemos logo que «a manhã vem vindo/nos lábios da aurora», anunciada pelo Grupo Coral da Brandoa que estava em ensaios. Continuaram impassíveis por esses campos fora enquanto os fotografávamos no meio duma espantosa iconografia rural que anunciava estar ali outra colectividade muito especial. Algumas mulheres sentadas à mesa com ar de quem espera não esperaram, como a expectativa dos homens também sentados mas a outra mesa, que por ali ficássemos a fotografar tudo sem dizer nada: perguntaram-nos quem éramos. «Do Avante!», informámos. «Então cantam com a gente!» atirou-nos uma, logo malandra. Sem dúvida. Mas naquele caso a melhor maneira de cantar era a ouvir. «Que a manhã vem vindo nos lábios da aurora».

EM FOCO

# Resistência e caminhos de mudança

A dignidade e a força de um partido revolucionário mede-se também pela rapidez e determinação com que proclama a vontade de resistir, uma vez gorada uma oportunidade de mudar de política e de governo.

O resultado eleitoral do PSD, já abundantemente debatido nas suas causas e efeitos, não lhe dá nem mais um grama de legitimidade para, por exemplo, contrariar princípios como a separação e interdependência entre órgãos de soberania, esvaziar os direitos económicos, sociais e culturais consagrados na Constituição, limitar ainda mais o princípio de representação proporcional, reforçar o enfraquecimento da participação dos trabalhadores e das famílias no rendimento nacional, estimular a asfixia das liberdades nas empresas ou na comunicação social do Estado, procurar a capacidade competitiva da economia na base dos baixos salários e da liquidação de direitos de quem trabalha, enfraquecer o Poder Local, prosseguir o bloqueamento da criação das regiões administrativas.

Não se trata apenas de existir um quadro constitucional que o PSD não deveria poder deixar de respeitar; trata-se também de este partido ter apresentado um «Manifesto Eleitoral» que adianta promessas tais como as de «fomentar, a nível da contratação colectiva, a redução do horário de trabalho para as 40 horas semanais»; «aumentar a idade mínima de entrada do mercado de emprego para 16 anos e combater o trabalho infantil»; «criar até 1993 um número de vagas correspondentes aos candidatos (ao ensino superior) e respeitar as suas preferências»; «eliminar os bairros de barracas (...)»; reforçar o Poder Local, as freguesias e «promover a criação de regiões administrativas». Ou ainda de ter apresentado um Manifesto Social em que promete elevar as pensões mínimas de velhice para o valor do salário mínimo nacional.

Não é daqui que haverá alguma coisa a esperar; há promessas, aliás, que foram transcritas do Manifesto Eleitoral do PSD de 1987. É antes da mobilização popular, das organizações sociais, da opinião pública democrática. Engana-se, no entanto, quem pensa que uma votação largamente maioritária de um partido é um cheque em branco para governar sem regras, sem respeitar as instituições, as liberdades públicas e a da responsabilidade do Estado em relação à concretização dos direitos dos trabalhadores e restantes direitos sociais. Engana-se sobretudo quem pensa que essa votação exclua existência na sociedade de revolta, descontentamento, amargura e dramas sociais que se expressarão em luta: dos que votaram nas oposições, dos que mostraram desespero ou alheamento através da abstenção e até, com muita rapidez, de muitos que votaram no PSD.

A luta de massas e a sua presença nas instituições - Assembleia da República, autarquias, Parlamento Europeu - é inevitável e representa uma via para construir uma alternativa.

Do ponto de vista do PCP, a afirmação da sua identidade e projecto de democracia avançada, conjugada com a abertura e procura da unidade democrática, representam caminhos definidos e a concretizar com firmeza, apesar do quadro difícil em que luta e lutará.

As dificuldades não podem ocultar a imensa riqueza de um património passado e presente de combate abnegado e generoso de operários, empregados, intelectuais, jovens, mulheres, agricultores, que deram o melhor de si mesmos ao seu povo e à

sua pátria. Nada pode ocultar também o valor, significado e potencialidades que representa a importante corrente de opinião constituída por mais de 500 mil portugueses que votaram na CDU e as raízes do PCP na sociedade portuguesa.

Na construção de uma alternativa há uma questão importante: o sistema partidário português, ao contrário do que foi obsessivamente afirmado antes e depois das eleições, não é um sistema bipartidário, nem sequer imperfeito, mas sim, do ponto de vista



**LUÍS SÁ**  
Membro da Comissão  
Política

Meter a proporcionalidade na gaveta, depois do socialismo, não será a via para manter vivos na sociedade portuguesa valores e esperanças

eleitoral e institucional, um sistema de partido hegemónico ou predominante. Com efeito, quando o primeiro partido tem em duas eleições 50% de votos e 60% de deputados e o segundo partido está a 20 ou 30 pontos do primeiro, há tudo o que se quiser menos bipartidarismo. Esta questão tem uma importância central: a manutenção por parte do PS do propósito de hegemonização e construção de um sistema bipartidário, manifestada antes e depois das eleições, já revelou ser irrealista e não abrir quaisquer perspectivas de uma alternativa crível.

Esta orientação, para além de declarações de dirigentes do PS, aparece clara noutros escritos e mesmo no propósito de favorecer artificialmente esse partido por meio da revisão da lei eleitoral em detrimento do PCP. Esta orientação já foi seguida anteriormente na redução do número de deputados da Assembleia da República, que levou a que em muitos círculos eleitorais a percentagem necessária para eleger deputados fosse superior a 5, 10, 15% e mesmo mais. Mas, ao pretender favorecer-se à custa do PCP, o PS afinal

favoreceu o PSD. Ao afirmar pretender no futuro a baixa da percentagem necessária para obter a maioria absoluta, arrisca-se a facilitar não a alternativa, mas a permanência no governo do partido que afirma combater. O regresso a operações de engenharia eleitoral, em colaboração com o PSD, viabilizando operações de sacrifício da legitimidade e representatividade da Assembleia da República teria o mesmo efeito. Não facilitaria uma maioria absoluta de deputados do PS com percentagens eleitorais mais baixas, mas sim que o PSD conservasse a sua.

Fala-se agora de novo de um círculo nacional e círculos menores, estes em nome do estreitamento da relação entre deputado e eleitor (por exemplo, Duarte Lima, Povo Livre, 8-10-91). Note-se, entre parêntesis, que o argumento não deixa de ser curioso vindo de um partido que apaga os deputados e a Assembleia da República em favor da figura e da concentração de poderes incontrolada do Primeiro-Ministro. A solução poderia ser interessante se o círculo nacional «recuperasse» os votos dos círculos locais ou regionais que não elegem deputados. Caso contrário, haverá problemas de constitucionalidade óbvios (ainda que o Tribunal Constitucional decida o contrário, é geralmente reconhecido pelos estudiosos que só há verdadeira proporcionalidade a partir de circunscrições ou círculos eleitorais de média dimensão).

Meter a proporcionalidade na gaveta, depois do socialismo, não será a via para manter vivos na sociedade portuguesa valores e esperanças e abertos os caminhos fundamentais para que a mudança se concretize.

Seja como for, o PCP estará no seu posto de combate, como força de resistência, que simultaneamente é portadora de um projecto de liberdades alargadas e presentes nos diferentes lugares da sociedade portuguesa, incluindo nas empresas, e de uma democracia avançada, assente na representação política genuína e na participação popular e extensiva ao plano económico, social e cultural. Força de luta social de massas e de reivindicação e protesto, sem dúvida; mas também força essencial a uma solução crível de governo e insubstituível na administração democrática de meia centena de municípios e de mais de 300 freguesias, além da participação valiosa na gestão da cidade de Lisboa e em centenas de órgãos autárquicos. O tempo é difícil, mas é também de construir o futuro.



# Ferroviários intensificam luta por melhores condições de vida

A luta exemplar dos ferroviários portugueses, pela melhoria das suas condições de vida e contra a arrogância do Conselho de Gerência e do Governo, teve, em 16 de Setembro, um dos pontos mais altos.

Uma greve nacional paralisou praticamente toda a actividade da empresa.

Para um Governo que se farta de falar de estabilidade, a instabilidade social que está a perturbar a actividade ferroviária, põe a nu a falsidade dessa propaganda.

De há muito que o Conselho de Gerência da CP pretendia impor um travão à capacidade reivindicativa dos ferroviários, propondo a assinatura de um acordo de médio prazo, em substituição do actual Acordo de Empresa e do Regulamento de Carreiras. Mas foi sob o estímulo do acordo económico e social, então discutido a nível da Concertação Social, que os responsáveis arriscaram a apresentação de uma proposta. Aconteceu isso em 15 de Janeiro deste ano. A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses, que é a organização maioritária na CP, mostrou-se, deste modo, disponível para negociar qualquer acordo que apontasse, claramente e sem ambiguidades, para a melhoria das condições de trabalho e do nível de vida dos ferroviários.

Infelizmente a análise da proposta do CG veio confirmar as piores expectativas. Em lugar de visar a melhoria das condições de trabalho, o que o CG pretendia era um cerceamento abusivo de direitos fundamentais dos trabalhadores.

A troca de uma nova grelha salarial, que nalguns casos

aponta para aumentos de 160\$00-mês, como resultado de mudanças no Regulamento de Carreiras, o CG exigia aos Sindicatos a renúncia, pelo período de três anos, ao direito à negociação colectiva e à greve.

Os novos valores salariais oferecidos pelo CG nem ao menos davam para cobrir o défice salarial dos ferroviários, resultantes de anos a fio com aumentos inferiores à inflação.

Mas o CG, por tão pouco, exigia muito mais. Exigia a polivalência de funções, pondo termo à tendência para a especialização profissional. Exigia a extinção de carreiras e categorias. Exigia a flexibilização dos horários de trabalho, para poder introduzir as famigeradas intermitências.

Quando ao Regulamento de Carreiras, o CG, além da já referida extinção de categorias, dilatava para mais do dobro o tempo de acesso ao escalão de topo da categoria, dificultando assim o acesso ao topo das carreiras.

Na proposta do CG havia ainda um ataque concreto ao direito do 13º mês, do qual ficariam privados os trabalhadores com baixas por doença e, para terminar, uma cláusula que lhe permitia fazer despedimentos sem justa causa.

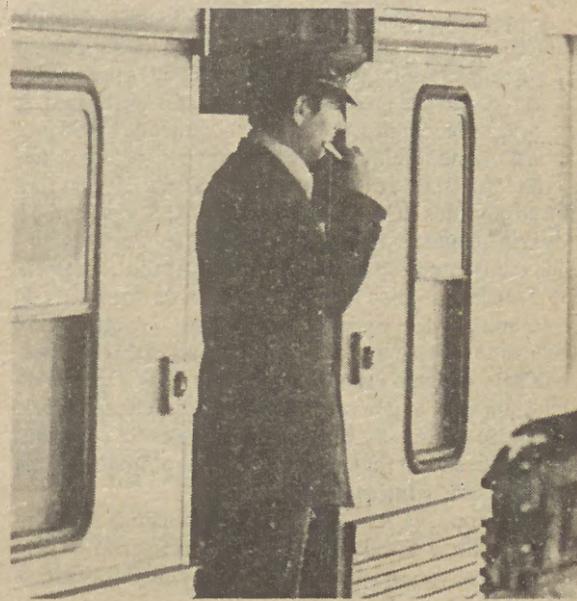
## Plataforma de unidade sindical

Perante uma proposta tão negativa para os trabalhadores, foi possível, por iniciativa da Federação, formar uma frente sindical comum contra o CG. Nesta frente havia, além dos sindicatos da CGTP-IN, os da UGT e os independentes.

Tratou-se de uma frente comum formada em torno dos três pontos reivindicativos onde foi possível reunir o consenso:

- 1 - Horário de 40 horas;
- 2 - Um Regulamento de Carreiras mais justo;
- 3 - Redução da idade de reforma.

Sentindo-se confrontado pela unidade dos trabalhadores, o CG viu-se obrigado a fazer cedências, embora insuficientes, ao nível do Regulamento de Carreiras. Mas manteve os despedimentos sem justa causa, a flexibilização dos horários e a idade de reforma aos 65 anos.



A Federação manteve-se fiel aos compromissos assumidos e disse não ao CG. Mas infelizmente os sindicatos da UGT decidiram, sem qualquer explicação prévia, voltar as costas à unidade dos trabalhadores e assinar um acordo de princípio que contém o que de negativo o CG quer impor aos trabalhadores.

A possibilidade da empresa fazer despedimentos sem justa causa deixou de constar como cláusula substantiva do acordo, para revestir a forma de hipócrita e humilhante remissão para a lei. Ora qualquer pessoa minimamente informada sabe que a remissão para a lei significa a aceitação do acordo, do conteúdo e das consequências práticas dessa lei.

Este acordo assinado pela UGT contém praticamente todas as matérias que estavam na mesa das negociações antes de 2 de Agosto, data em que também a UGT aderiu à greve realizada na qual era repudiada a proposta do CG. Que é que os levou a considerar que depois as mesmas propostas já eram boas?

## Os trabalhadores sabem o que querem

Mas depois de terem assinado o acordo de princípio o CG e os sindicatos da UGT viram-se confrontados com a oposição maciça dos ferroviários, traduzida na inesquecível jornada de luta de 16 de Setembro.

Os sindicatos da UGT viram, então, que um assunto de tanta transcendência não podia ser decidido por meia dúzia de iluminados, fossem eles de onde fossem. E foram consultar os trabalhadores. O resultado da consulta foi concluyente. Os trabalhadores, na sua esmagadora maioria, disseram «não» à assinatura do acordo definitiva do acordo dito social e para a modernização da CP.

A Federação teve aqui uma grande vitória, porque soube acompanhar o sentimento dos trabalhadores. O CG insiste na assinatura do acordo mas os trabalhadores, numa concentração nacional, efectuada há dias em Lisboa, por iniciativa da CT, já perspectivavam novas formas de luta.

Para já a federação reivindica a aplicação das propostas do CG, às quais deu já o seu acordo e que são:

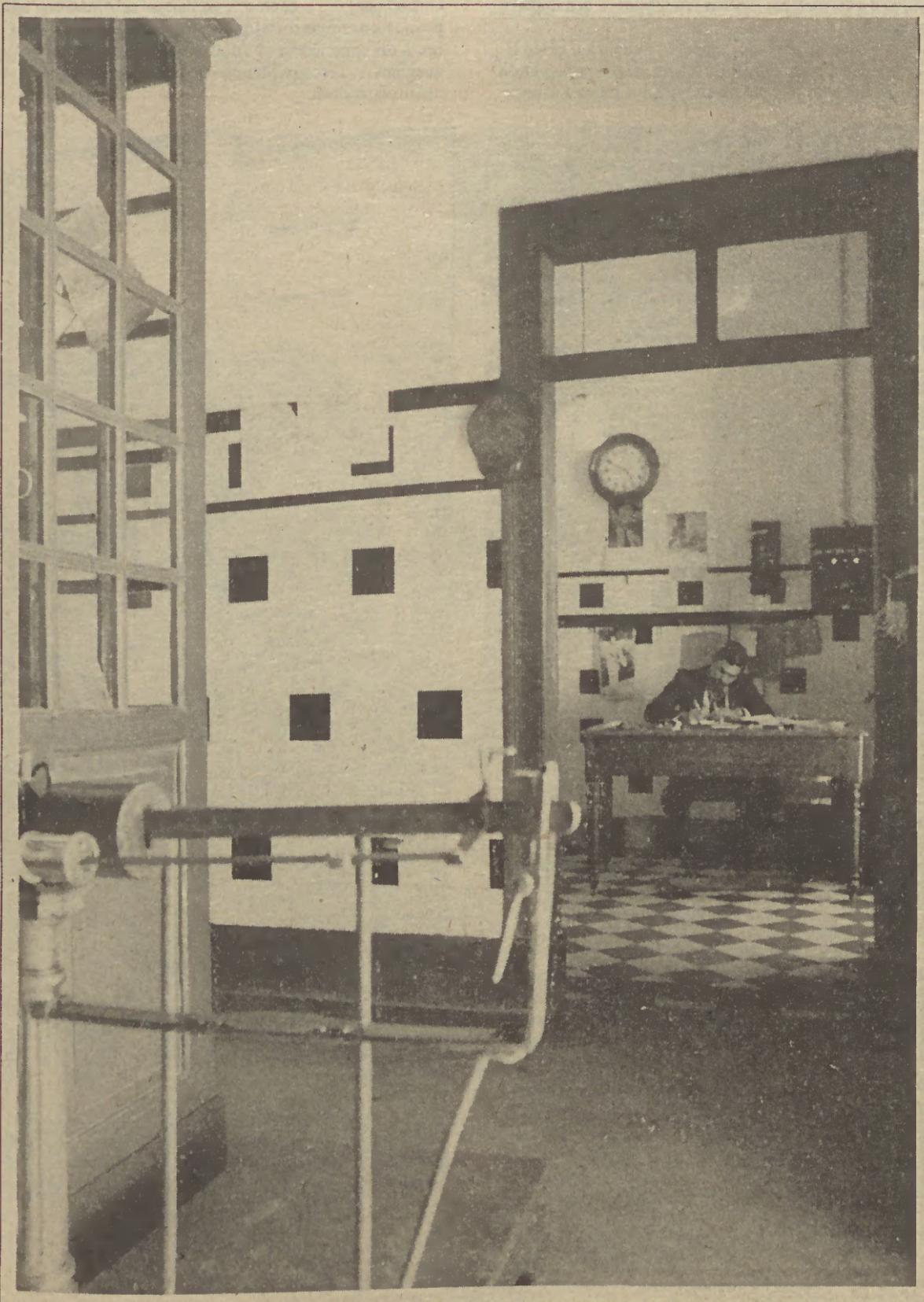
- Aplicação do calendário de redução do horário de trabalho para 42h30 de imediato e em Maio de 1992 para 40 horas.

- Aplicação da 1ª fase da nova grelha salarial com valores mínimos do aumento de 3000\$00.

- Continuação das negociações das restantes matérias.

**António Américo da Silva Leal**

Coordenador do Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses



# A nova desordem internacional

Miguel Urbano Rodrigues

O grande desígnio nacional dos EUA foi desde o final da II Guerra Mundial a destruição do dragão comunista. A humanidade esteve permanentemente à beira do holocausto porque a meta estratégica prioritária do imperialismo norte-americano gerou tensões que aumentaram o temor de uma confrontação nuclear apocalíptica.

Entretanto, transcorridos seis anos sobre o lançamento de um projecto de reestruturação global da sociedade soviética — a perestroika, anunciada como iniciativa revolucionária que deveria conduzir o país de Lénine a uma fase superior do socialismo — ocorreu uma situação absolutamente inesperada: perante o espanto do mundo e sobretudo do povo norte-americano, o dragão comunista suicidou-se. O regime socialista ruiu por dentro, na URSS, em processo de implosão.

O desaparecimento do inimigo principal não desanuviou, contudo, a atmosfera em Washington. Neste Outono tão impregnado de inquietação, não é somente a permanência da recessão que preocupa os governantes americanos. A capitulação ideológica, política e económica da URSS produziu no mundo efeitos opostos aos previstos pelos estrategos da Casa Branca e do Pentágono. Durante décadas fora dito ao povo dos EUA que a derrota da URSS, vista como o império do mal na definição de Reagan, levaria a humanidade a um período de paz social e prosperidade. A profecia foi desmentida pelos factos. A ruptura do equilíbrio de poder entre os dois sistemas antagónicos — capitalismo e socialismo — não abriu a porta a uma pax americana moldada pelo figurino esboçado por Bush após a guerra do Golfo, ou seja, a uma ordem imperial caracterizada pela submissão dos povos, mas isenta de violência e grandes tensões sociais. O mundo está a viver o prólogo de uma Nova Desordem Internacional.

Na Europa, na Ásia, na África e também na América Latina a última década do século XX caracteriza-se pelo ressurgimento de factores que levaram a duas devastadoras

tudo continua na mesma com tendência para piorar; a guerra do Golfo agravou os problemas da Região. No Haiti houve um golpe de Estado. Em El Salvador e na Guatemala a violência larvar prossegue. No Zaire, os pára-quadristas franceses e belgas intervieram à moda antiga.

Na URSS alastra o caos. Na Geórgia, no Tadjiquistão, na Moldávia, no Azerbaijão os conflitos, étnicos, sociais e religiosos aumentam. No interior da própria Federação Russa fermentam tensões explosivas. De repente, tártaros, ossetos, kalmucos, basquires, tchetchenos, iacutos, buriatos, uigures, carélinos, tchuvachos e outros apresentam reivindicações que, a serem atendidas, fariam da Rússia um arquipélago ingovernável. O Poder central na União é hoje uma fachada. Ninguém o respeita. O discurso arrogante de Boris Ieltsin esconde também a realidade. O seu governo não funciona e pode desagregar-se de um dia para outro. As carências aumentam no país, o inverno anuncia fomes; uma anarquia que lembra a dos anos da guerra civil substituiu o antigo poder do Estado Soviético.

Washington põe de lado os últimos vestígios de respeito pelo antigo adversário cujo governo proclama hoje as virtudes do capitalismo liberal.

D. Blakwell, um ex-conselheiro de George Bush para assuntos soviéticos, propõe uma receita de choque para a URSS e desabafa: «Existe uma instituição que sabe como fazer isso; chama-se Fundo Monetário Internacional e já a aplicou em dezenas e dezenas de países. Devemos dar-lhe carta branca!» «The New York Times» ao publicar as sugestões desse catedrático de Harvard achou, porém, útil recordar que as medidas do FMI «provocam com frequência elevado nível de desemprego, amplas bancarrotas, insatisfação e a condenação popular dos dirigentes que impõem o plano». (1)

Em Moscovo, contudo, Grigori Yavlinski, o génio financeiro descoberto por Boris Ieltsin, sugere um grande pacto social com terapia de choque nos moldes esboça-

Os factos demonstram com clareza que o apagamento voluntário da URSS no Terceiro Mundo, ou seja, a sua ausência do cenário da cooperação com as nações mais desfavorecidas do planeta, não contribuiu para a estabilidade no cenário internacional. Produziu o efeito inverso, funcionando como estímulo indirecto ao reforço da arrogância imperial dos EUA. A recente decisão do Congresso de autorizar a intervenção de forças militares em países onde os interesses norte-americanos estejam ameaçados uma iniciativa sem precedentes históricos e uma ameaça potencial a dezenas de países soberanos. O Presidente passa a dispor da cobertura institucional indispensável ao seu objectivo: fazer dos EUA o gendarme do mundo. George Bush sabe que, autodestruido o regime socialista na URSS, país algum pode constituir ameaça para a chamada «segurança nacional dos EUA», apesar disso a fórmula subsiste. O Pentágono teima em apontar Cuba como uma ameaça. É o medo, afinal, de ideias e valores defendidos pela Revolução Cubana, não obstante os governantes e os grandes media dos EUA afirmarem que tais ideias e valores morreram.

Os ministros da Defesa de países membros da NATO aprovaram, aliás, recentemente, por inspiração norte-americana, a criação de uma força de intervenção rápida, concebida para actuar, eventualmente fora da área da Aliança, em «situações de ameaça potencial».

Que significa essa linguagem? Quem poderia constituir ameaça potencial para as potências que actualmente dispõem das armas e do poder económico? Ninguém. O que Washington pretende, pela voz e mão da NATO, — como Fidel Castro sublinhou na Mensagem enviada à Cimeira de Guadalajara —, é contestar «o direito soberano de cada povo a ter o regime social que corresponda aos seus interesses, à sua experiência e à vontade da sua maioria em qualquer país do Terceiro Mundo» que entre em choque com a ordem capitalista.



guerras mundiais. Em vez da anunciada atmosfera de paz irrompem conflitos armados por todo o lado. Em sociedades onde antes havia harmonia, o choque de nacionalismos exacerbados conduz a sangrentas guerras civis. Os golpes de Estado multiplicam-se. A violência ganha dimensão torrencial e torna-se endémica não apenas no Terceiro Mundo, mas em países industrializados, gerando situações de caos.

Na Jugoslávia, a guerra fratricida entre sérvios e croatas excede em irracionalidade os conflitos balcânicos do início do século. Dubrovnik (uma das mais belas cidades medievais do mundo, que havia sobrevivido intacta a oito séculos de guerras) foi barbaramente bombardeada. Na Roménia, a desordem instalou-se no quotidiano. Na Checoslováquia, a animosidade entre checos e eslovacos ferve num caldeirão de paredes frágeis. Na Lituânia, a minoria polaca, logo após a independência, começou a queixar-se de opressão. No Peru devastado pela cólera, na Bolívia famélica, na Colômbia apodrecida pelo negócio da cocaína, a presença de militares norte-americanos, a pretexto de combate à droga, funciona como ensaio para outras formas de intervenção. Na Grã-Bretanha e nos EUA as explosões de violência vandálica em grandes cidades repetem-se num ritmo revelador de que o tecido social está doente. No Médio Oriente

dos por Blakwell e o seu mestre Jeffrey Sachs, o reformador da economia da Polónia. Entretanto, em Moscovo, a bandeira imperial dos czares substituiu nos edifícios públicos a bandeira rubra da Revolução de 17. Este ano, pela primeira vez em mais de sete décadas, não haverá desfile na Praça Vermelha no dia 7 de Novembro. O aniversário da Revolução não será comemorado.

Na Ásia, o Vietnã, o Laos e o Camboja começam a sentir enormes dificuldades em consequência da supressão da ajuda soviética. A redução do intercâmbio comercial com a Coreia Democrática e com Cuba criou também problemas económicos de complexa solução aos governos daqueles países socialistas, nomeadamente ao segundo, submetido ao bloqueio norte-americano que já lhe causou prejuízos avaliados em 15 mil milhões de dólares. No Afeganistão, a continuidade do regime revolucionário está comprometida. O último acordo entre os EUA e a URSS para suspensão total da entrega de armas ao governo de Kabul e às organizações oposicionistas cria uma situação de desigualdade, representando na prática um golpe demolidor para a política de Mohamad Najibullah. A URSS era a única fonte de armas para os revolucionários afegãos, enquanto o Paquistão continuará a armar e financiar os mujahedines.



A Nova Desordem Internacional não é — assinala-se — um fenómeno localizado somente no Leste Europeu e na União Soviética. Contamina também países industrializados do Ocidente.

Um dirigente da oposição israelense recordou em Setembro que «por ironia da história o derrubamento do regime socialista na URSS e na Europa Oriental desviou a atenção de uma realidade: muito do que Karl Marx disse sobre a derrocada do capitalismo está de alguma maneira a acontecer. A economia mundial é hoje um desastre. Os problemas dos EUA permaneceram ocultos em consequência da Guerra do Golfo e de outras questões da política internacional; mas isso não durará muito»<sup>(1)</sup>.

O presidente da Confederação dos Industriais da Itália, Pinin Farinha, afirmou há poucas semanas que a Europa não pode, sem correr grave risco, seguir o actual modelo capitalista liberal dos EUA, que consiste na compra e venda de empresas e na sua fusão. Está esgotado. O que na sua opinião de *manager* se necessita é o tipo de capitalismo industrial renovado, desenvolvido no Japão, onde os investimentos são orientados para uma alta produtividade no campo de bens necessários.<sup>(2)</sup>

Significativamente, na Gra-Bertanha e nos EUA ganha volume a crítica ao neo-liberalismo. Até a aristocracia britânica se envolve no debate. Sir John Harvey Jones, ex-presidente da poderosa transnacional Imperial Chemical Industries, tornou público um desabafo que fez muito barulho: «Para resolver as coisas professamos uma crença quase religiosa na capacidade do mercado e na mão invisível do bom velho Adam Smith (...) Acreditamos que basta uma dose de monetarismo, o desemprego maciço e uma redução dos já inadequados padrões de vida». Mas essa receita, concluiu, «matará o paciente».<sup>(3)</sup>

Mais corrosivo, o economista Peter Oppenheimer, professor da Universidade de Harvard, através do «Independent», de Londres, aconselhou os dirigentes soviéticos a evitarem «o vírus anglo-saxão». Se querem aprender a reformar o sistema bancário devem recorrer — assim sugeriu — aos alemães ou aos franceses. Na sua opinião, é preocupante que «a aliança anglo-americana, apesar do seu «deplorável historial», pretende ditar reformas aos soviéticos. O penheimer acha que «as políticas livre-cambistas anglo-americanas levaram a fraudes e provocaram o desmoronamento catastrófico das economias dos EUA e da Grã-Bertanha»<sup>(4)</sup>.



A fronteira entre a fraude e a mentira tem, aliás, um traçado sinuoso nos EUA. As negociatas do BCCI e as fraudes da Solomon Brothers chocaram menos a opinião pública norte-americana do que as mentiras do Departamento de Comércio dos EUA. Em Julho, este informou que a recessão findara e a recuperação económica já era uma realidade. A declaração teve um peso enorme no mundo do *business*. Mas semanas depois, perante notícias indementíveis vindas a público, o Departamento de Comércio deu o dito por não dito, e confessou que houvera «um equívoco» e a recessão prosseguia...

Atitudes como essa facilitam a compreensão das críticas cada vez mais duras que a central sindical AFL-CIO está a dirigir à Administração Bush. O seu presidente, Lane Kirland, ao dirigir-se a 325 000 manifestantes no Dia da Solidariedade, em comício convocado a 31 de Agosto p.p. por 180 organizações religiosas e ecológicas, disse: «Estamos aqui para erguer a nossa voz contra o poder dos interesses especiais organizados em torno da supremacia

da ambição, a expensas do povo que faz funcionar este país».<sup>(5)</sup>

Mais incisivo, o mayor democrata de Boston, Raymond Flynn, afirmou que durante o ano o «artigo de maior produção» no país «foram as notas de despedimento que elevaram para oito milhões e meio o número de desempregados».

Quando a história se repete os seus desenvolvimentos são sempre diferentes do passado. É inquietante, porém, que neste final do século XX se assista, num contexto caótico, à repetição de factos e situações que na primeira metade da centúria desembocaram em dois trágicos conflitos de dimensão mundial. Em ambos, o desfecho esteve longe de corresponder ao previsto pelas forças que maiores responsabilidades tiveram no seu desencadeamento. Na guerra de 14-18, o acontecimento inesperado foi a Revolução Russa que nas décadas seguintes marcou decisivamente o rumo da Humanidade. A segunda guerra planetária, a de 1939-45, terminou com o esmagamento do nazi-fascismo (cuja ascensão havia sido favorecida pelas grandes potências capitalistas) e um novo mapa geo-político mundial que expressou uma relação de forças e de poderio bipolar, caracterizada pelo antagonismo entre dois grandes blocos: o socialista e o capitalista.

A poucos anos do início do terceiro milénio, o afundamento da URSS como grande potência deixou os EUA na posição que ambicionavam. Encontram-se sozinhos no comando. Mas o quadro não corresponde aos organigramas traçados. Em vez da prometida estabilidade, o panorama é de uma instabilidade cada vez mais generalizada. Em vez do mundo feliz, próspero e pacífico que, segundo a Casa Branca, deveria nascer da derrota da URSS socialista, o que emerge é um mundo de violência, angústia e desigualdades crescentes. A pobreza, a fome e o medo alastram pelo planeta.

O polficia da Terra, os EUA, está também em crise e os seus dirigentes não sabem como sair dela. Faltam soluções.

Quatro quintos da humanidade, cada dia mais explorados e famélicos, têm acesso apenas a um quinto das riquezas produzidas. A luta de classes não acabou; intensifica-se. O planeta tornou-se mercado e mercadoria, como salienta o escritor uruguaio Eduardo Galeano. As grandes potências envenenam a terra, a água e o ar para que o dinheiro produza cada vez mais dinheiro.<sup>(6)</sup>

Os EUA impuseram, com o aval da Europa Comunitária e do Japão, um falso equilíbrio que levou a humanidade à beira do abismo, um sistema em que a ordem depende da perpetuação da injustiça.

Tal como ocorreu após a primeira guerra mundial, o fascismo, que os ingénuos sepultaram prematuramente, levanta a cabeça. Não é apenas na Alemanha que a extrema-direita sai às ruas com arrogância crescente e expressa em desafios brutais o seu saudosismo do poder e da violência. O irracionalismo volta a fascinar segmentos da juventude. Crimes monstruosos assinalam o regresso em força do racismo. Nos EUA, na França, na Polónia, na Itália, na Espanha, em Israel, nos grandes espaços asiáticos e latino-americanos, na União Soviética à beira da desintegração, organizações que fazem do nacionalismo fanático um guia para acção ressuscitam velhos mitos que através dos séculos custaram à humanidade montanhas de ruínas e torrentes de sangue.

Transcorridos oito meses sobre o discurso em que o presidente George Bush anunciou à humanidade que o paraíso estava próximo, a Nova Ordem, policiada pelos EUA, ganha os contornos nítidos de uma Nova Desordem Internacional.

O confronto entre a civilização criada pelo homem ao longo de milénios e a barbárie da qual ele procura libertar-se no seu caminhar para o futuro parece, na viragem para o século XXI, favorecer a segunda. É a barbárie que avança.

A brutal *pax* norte-americana, alicerçada na religião do capital, ameaça mergulhar a humanidade no caos.

É uma evidência que o socialismo está em crise. Atravessa uma crise profunda que implica a exigência de repensarmos não apenas a história recente mas caminhos percorridos pelo homem desde a antiguidade remota. Maior é, por isso mesmo, quando contemplamos a desordem que por aí vai, a necessidade de rejeitarmos os valores que a ela conduziram.

De Washington para o mundo a propaganda norte-americana repete monocórdicamente que a história chegou ao fim, que o comunismo morreu e não haverá mais revoluções.

O próprio andamento da história vai desmentir essas sentenças e profecias. Porque o homem, para vencer a barbárie terá de sair do capitalismo. Quem carrega na sua mensagem valores e aspirações permanentes da condição humana é o ideário comunista. Somente ele erige o fim da exploração do homem em porta da autêntica liberdade e em meta da história.

(1) In «The New York Times», 26.8.91

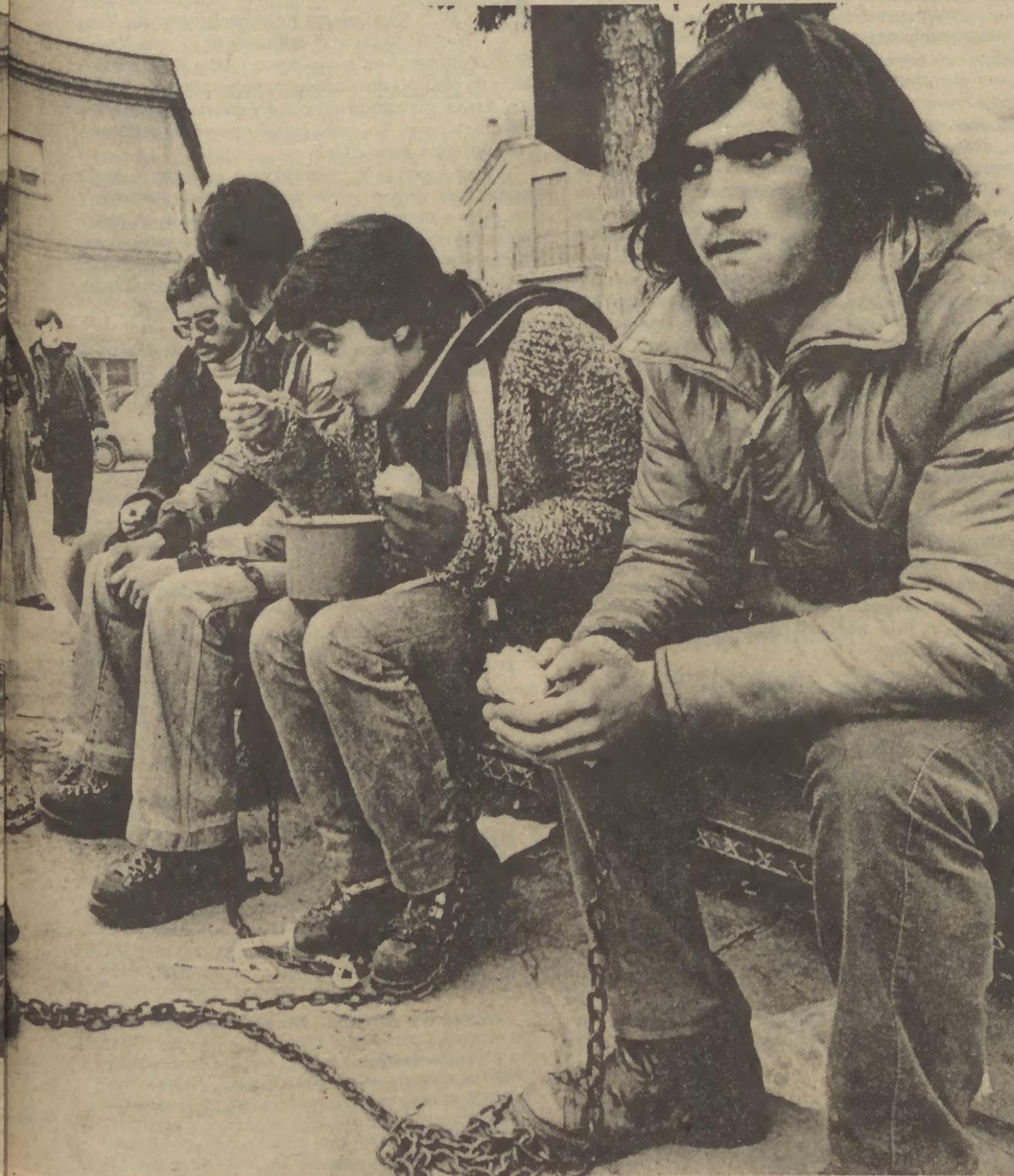
(2) Citação extraída de um artigo do jornalista panamenho Carlos Wesley, publicado na revista «Eir».

(3) In «La Stampa», 27.8.91

(4) e (5) In «Independent», Londres, citado por «El Dia Latino Americano, México, 9.9.91

(6) In «The New York Times», 1.9.91

(7) Eduardo Galeano, in «Le Monde Diplomatique», Paris, Outubro de 1991



# Minutos, segundos, vozes in, vozes off e RTP

## O breviário da manipulação

O que hoje aqui nos traz é, tão-só, dar nota(s) da experiência, nada gratificante, que constituiu o visionamento (já com a distanciação de uma semana) da gravação em vídeo de todos os chamados «Jornais de Campanha» diariamente transmitidos nos principais espaços informativos do Canal 1 da RTP (*Telejornal*, *Jornal de Sábado* e *Jornal de Domingo*) em vinte dias de Campanha Eleitoral para as recentes eleições para a Assembleia da República (15.09.91/4.10.91).

**1.** Abordemos, em primeiro lugar, o aspecto (relevante, mas não exclusivo ou essencial) dos tempos de cobertura das actividades eleitorais das forças políticas concorrentes. O **Quadro I** dá uma ideia da ordenação das várias forças em presença. E, aqui, uma primeira consideração há a fazer: parece óbvio não ser casual o critério que levou a tal resultado, embora ele talvez constitua surpresa para os mais incautos ou desprevenidos. Seria totalmente absurdo imaginar que um qualquer «comissário do governo», de cronómetro em punho, tenha determinado aos repórteres e editores das várias coberturas televisivas, indicações de montagem e de contabilização de tempos, tendentes a, tudo somado no final, se resguardar para um modesto quarto lugar o partido do Governo! Mas já é totalmente plausível (ou não soubéssemos do que a casa gasta) admitir a recomendação genérica para que, na cobertura do conjunto das forças políticas com anterior (e previsível) representação parlamentar, não fossem ostensivamente prejudicados partidos que toda uma campanha prévia na comunicação social dominante apresentava como tendencialmente «marginais» ou «em queda irreversível» no quadro político-parlamentar (PCP/CDU e CDS) e que os lugares imediatos ficassem prudentemente reservados aos dois grandes protagonistas da tão almejada bipolarização («perfeita» ou «imperfeita», para o caso tanto faz!).

A RTP sabe que forças da oposição, opinião pública e órgãos de soberania se têm mostrado vigilantes e preocupados, sobretudo no último ano, face à tendenciosa manipulação da informação televisiva; e havia que assegurar alguns alibis para eventual uso futuro.

O que, aliás, não surpreende se nos lembrarmos de como, há meses, a RTP, numa manobra de contra-ataque face àquelas preocupações públicas, se arrogou o direito de responder com sondagens de opinião quanto à pretensa isenção do serviço público de televisão ou com estatísticas fabricadas a seu belo prazer no exclusivo interesse da defesa dos seus critérios jornalísticos.

Só que os alibis revelam-se, por vezes, carecas... É que uma bordagem quantitativa não dispensa, como se sabe, uma abordagem qualitativa, mesmo, e ainda, em termos de distribuição dos tempos de cobertura das várias forças políticas.

QUADRO I

### TEMPOS DE COBERTURA

(Totais)

|           |         |
|-----------|---------|
| CDU       | 38m 48s |
| CDS       | 38m 04s |
| PSD       | 37m 20s |
| PS        | 37m 22s |
| PRD       | 34m 48s |
| PCTP/MRPP | 31m 23s |
| PSR       | 29m 54s |
| PSN       | 28m 53s |
| FER       | 22m 23s |
| PDA       | 22m 03s |
| PPM       | 20m 35s |

São referidos os tempos de cobertura (totais), para cada partido ou coligação, referentes aos «Jornais de Campanha» inseridos nos *Telejornais* (19.30) e *Jornais de Sábado* e de *Domingo* do Canal 1, durante o período de campanha eleitoral (15.09.91 a 4.10.91) e, ainda, o *Informação Especial* incluído na emissão do Canal 1 e dedicado aos últimos comícios ou actividades de campanha (4.10.91).

**2.** Vejamos, por exemplo, os tempos reservados às intervenções «IN» (com som directo) dos dirigentes partidários e candidatos das forças concorrentes às eleições. E, aqui, o **Quadro II** já apresenta algumas curiosidades interessantes. Porque, se, em princípio, é admissível (e desejável) que as intervenções em directo constituam os momentos dessas coberturas em que é dada a oportunidade aos «rostos» e «vozes» dos vários partidos para explanarem ideias, conceitos, propostas dirigidas aos espectadores-eleitores, então é também extremamente curioso o resultado final (ainda e só meramente contabilístico) da distribuição dos vários tempos. Será, ainda, inocente, a esta luz, o facto de a CDU surgir, agora, em quinto lugar?

**3.** Indo um pouco mais fundo na análise da presença «in» dos dirigentes partidários e candidatos, interessa também averiguar se essa presença foi tratada, do ponto de vista jornalístico, com critérios de equidade e tendo em atenção a importância relativa das várias forças políticas. E o visionamento da totalidade dos «Jornais de Campanha» vem demonstrar que foi precisamente o inverso que aconteceu.

**4.** Na verdade, mesmo quando ocupando menos tempo de antena do que os partidos até agora com representação parlamentar — até pelo facto de não concorrerem em todos os círculos eleitorais — é indubitável que este tipo de cobertura televisiva tende a favorecer, em termos de comunicação com o espectador, os agrupamentos políticos com reduzida ou nula implantação na sociedade portuguesa. Refira-se que jamais estará em causa, em termos de uma informação que se pretenda pluralista, que se dê voz a todos os partidos que concorram a todo e qualquer acto eleitoral — aqui reside, precisamente, no confronto das ideias, uma das vertentes essenciais ao regime democrático conquistado com o 25 de Abril. Mas, na prática, a que «pluralismo» assistimos na RTP? Confronto de ideias ou justaposição convergente de calúnias? Não será que, com tal cobertura, assim feita, se pretende objectivamente desfavorecer outros partidos e designadamente alguns desses outros?

Vejamos: a campanha eleitoral desses pequenos agrupamentos (cujos dirigentes são em regra acompanhados por meia dúzia de pessoas que se deslocam de lado para lado) sendo familiar em termos de contactos com poucas dezenas de eleitores, surge artificialmente amplificada em relação a milhões de espectadores, porque exclusivamente falam para a câmara, sem artificialismos de montagem, com todo o tempo disponível para despejar a sua «mensagem», geralmente uma verborreia demagógica e inconsequente dirigida contra o Governo (verborreia que satura e repele o espectador pelo tipo de linguagem utilizada), mas aos quais está atribuída a função essencial de incluir as críticas e os ataques, igualmente irresponsáveis e provocatórios, às forças democráticas da oposição, e acima de tudo ao PCP/CDU, convenientemente «poupando» esse papel ao PSD e ao PS.

Estão neste caso as coberturas jornalísticas de partidos como o PCTP/MRPP e a FER, com o seu anticomunismo «hardcore» ou, mesmo, o PSR, mais «soft», de falinhas mansas, arrogando-se o ilusório papel de liderar uma alegada «recomposição de uma nova esquerda» e, pelo qual, a RTP nutre especial (e oportuno...) carinho.

**5.** O quarto lugar «alcançado» pelo PSN na ordenação dos tempos de intervenção «in» é sintomático. Sistemáticamente apontado nos textos «off» como «o partido mais recente», «a força política mais jovem» na cena política portuguesa, a RTP reforçou o efeito de novidade que representou o lançamento artificial e oportunista de um partido e de um líder, com uma linguagem pretensamente nova, vazia de conteúdo real e prenhe de demagogia «solidária». Tudo condimentado com planos carinhosamente filmados de carícias, beijos, abraços, mãos dadas, num aproveitamento despurado da miséria, solidão e sofrimento. O PSD agradecerá, mais uma vez, o favor da RTP. O resultado prático (inequivocamente amplificado pela televisão) foi a transferência de votos, não para a esquerda mas para o PSN, de um segmento importante de uma camada social — os reformados — que o Governo laranja sempre desprezou.

**6.** Também não surpreende o desvelo revelado pela RTP face ao CDS. Conhecida já da pré-campanha eleitoral a incongruência e hesitação estratégica de Freitas do Amaral e do seu partido face

ao eleitorado potencial, nada melhor para o PSD do que deixar o Professor estender-se ao comprido, alardear a sua tendência cíclica para o suicídio político. Havia que deixá-lo falar à vontade. Resta-lhe, agora, o prémio de consolação do primeiro lugar alcançado nos tempos de intervenção «in», já que o PSD, assim tão bem servido, somou e arrecadou.

**7.** Já quanto à cobertura de três outros partidos com representação parlamentar (PSD, PS, PCP/CDU), a estratégia da manipulação da RTP parece conseqüente e friamente estabelecida.

Em primeiro lugar, apresentar o discurso de Cavaco Silva de forma clara, contínua, concisa, linear, imune a ruídos parasitas ou interferências estranhas que distraíssem o espectador, indo-se ao ponto de dar continuidade e reforço às «ideias» expostas através da criteriosa ligação temática dos textos «off» que jamais se sobrepujam à voz do orador, apenas a completavam. O som era em geral límpido e bem captado, o enquadramento escolhido para as intervenções «in» era sempre frontal, em plano (prudentemente) americano, os elementos iconográficos dos palcos, a iluminação e a escala dos planos o mais possível semelhante às imagens que o telespectador ia arquivando na sua memória visual. Tratava-se, afinal, de reproduzir e multiplicar o efeito visual dos tempos de antena do PSD. Alguns exemplos dos textos «off» dos «Jornais de Campanha» do PSD são significativamente reveladores da estratégia utilizada, apenas restando uma inquietante dúvida: se, neles, expressões como «tocar-lhe», «vê-lo», «abraçá-lo», «pedir-lhe», etc., estariam grafados com L maiúsculo, como se a um qualquer Deus ou Salvador se referissem...

**8.** Quanto aos «Jornais de Campanha» do PS e da CDU, o tratamento foi escandalosamente diferente: ao carácter unificador da cobertura do PSD contrapunha-se a montagem caótica e fragmentária do discurso dos respectivos dirigentes e candidatos. Raramente transpareceram dos excertos escolhidos das intervenções «in» destes partidos propostas políticas com princípio, meio e fim.

Privilegiaram-se os comentários à margem, as respostas a terceiros, as curtas declarações em entrevistas inseridas a despropósito, a mera reprodução ou resposta dos oradores às palavras de ordem lançadas pelos participantes nos comícios. Ao discurso político coerente e escorreito, preferiu-se a proliferação de frases soltas, desgarradas, desinseridas dos contextos. A captação do som era feita, as mais das vezes, a partir da amplificação do palco, sem condições técnicas de clara audibilidade.

QUADRO II

### TEMPOS DE INTERVENÇÃO «IN»

(Totais)

|           |         |
|-----------|---------|
| CDS       | 16m 57s |
| PS        | 13m 32s |
| PSD       | 13m 12s |
| PSN       | 11m 23s |
| CDU       | 10m 14s |
| PDA       | 10m 10s |
| PCTP/MRPP | 9m 44s  |
| PRD       | 8m 34s  |
| PSR       | 8m 03s  |
| FER       | 6m 53s  |
| PPM       | 5m 50s  |

São referidos os tempos de intervenção «in» (totais) de dirigentes partidários e candidatos de cada partido ou coligação durante o mesmo período considerado e relativos aos mesmos serviços noticiosos. Nalguns casos (quando inteligíveis), são também incluídos, nas somas totais, intervenções daqueles dirigentes e candidatos quando em diálogo com populações ou, mesmo, quando do encontro casual entre caravanas de partidos diferentes.



## Notas ao Vento

# O parto doloroso de uma imagem

Ao longo do serão do domingo eleitoral, os depoimentos foram-se sucedendo. Analistas debruçaram-se para o fenómeno da maioria. Buscaram-lhe as razões. Eram muitas. Um houve que, só à sua conta, lhe descobriu sete - sendo certo que, nas vésperas, vaticinara derrotas, por isto e por aquilo, para os quatro principais dirigentes políticos.

Sendo as razões tantas, não me recordo que nenhum analista tenha avançado com o uso da televisão.

A verdade é que não foi por acaso que, durante todos estes anos, a televisão construiu dia após dia, hora após hora, a imagem do prof. Cavaco Silva. Pode dizer-se que não houve um único dia - com frequência várias vezes ao dia - sem termos aquele político em nossa casa.

## Se o PSD pagasse

Nos dias seguintes às eleições, continuaram os debates. A RTP podia agora organizá-los sem perigo. Odeia juntas médicas, mas em autópsias ninguém a bate.

Artur Portela (num debate com Pacheco Pereira, deputado do PSD, para o efeito apresentado como «analista político...») lembrou que a RTP gastava mais tempo, só naquela emissão, a «enterrar partidos», do que, antes, a reportar as suas actividades.

De facto, só no mês de Setembro o *Telejornal* (e esquecendo os múltiplos blocos informativos, maiores ou menores, dispersos ao longo do dia) deu ao Prof. Cavaco Silva e ao seu Governo 5 horas e 38 minutos.

Ou seja, se o PSD pagasse do seu bolso o tempo de antena, esportularia a brincadeira de quase um milhão de contos.

## O exemplo da ponte

Alguém crismará de falaciosa esta acusação de partidização de uma empresa estatal. Um governo, qualquer que ele seja, tem de publicar a sua gestão.

Correcto. Sem esquecermos a distância que vai do uso ao abuso, que vai de um governo que anda a um governo que faz-que-anda, para fins de propaganda.

Vejamos o exemplo da construção da nova ponte sobre o Tejo, que deu a Ferreira do Amaral larga montaria, e atendendo apenas ao *Telejornal*.

- 1- Nada será decidido.
- 2- O Governo inclina-se para.
- 3- Está resolvido: sim.
- 4- Não se sabe onde será.
- 5- Já se sabe onde será.
- 6- Pode ser, mas é preciso ouvir primeiro as autarquias.
- 7- É prematuro dizer o local exacto...

O exemplo pode multiplicar-se. Houve bombardeamento maciço ao longo dos anos.

## Acertar o passo

Não há nada menos estável do que uma democracia política. Ela caminha sempre no fio da navalha. Consoante

o vigor das batalhas sociais, assim ela se inclina para a esquerda ou para a direita. Quando alguns analistas emitem juízos definitivos, na base de meras conjunturas, estão a cair na armadilha... das próprias conjunturas.

A direita (representada na maior força pela liderança do PSD) ajeitou a comunicação social à sua tática de enquadramento, à sua *gleichschaltung*, o conhecido «acertar o passo» dos primeiros tempos do nazismo.

Não se trata aqui de fazer comparações ou sugerir similitudes. Mas repare-se como toda a acção da RTP se organizou no sentido de «acertar o passo» com as táticas do PSD - o sucesso, a próxima liderança da CEE, a estabilidade, o crescimento, o desenvolvimento, a protecção aos mais desprotegidos, etc., etc.

Na *gleichschaltung* do PSD, para a vitória eleitoral, a televisão foi o maior trunfo.

## A TV e a Bolsa

Será mesmo assim? A televisão pode assim tanto influir no comportamento das pessoas?

Já ninguém põe isso em dúvida, em especial no comportamento dos indivíduos pouco informados, como é a maioria da população portuguesa. E daqui se partiria para uma reflexão sobre os objectivos da deficiente informação que a RTP leva a casa dos portugueses.

Mas, quem tiver algumas dúvidas sobre a influência da televisão, atente neste pormenor.

No dia seguinte às eleições, «Acerto de Contas», da responsabilidade da apresentação de Pedro Vassalo, organizou uma mesa-redonda com os economistas Ferraz da Costa, Braga de Macedo, Vítor Constâncio e Octávio Teixeira. O resultado da análise, vinda de quadrantes tão diferenciados, apontava para o pessimismo quanto à estabilidade económica, social e financeira do País.

Na terça-feira verificava-se grande descida na Bolsa de Lisboa. Pois bem: um conceituado corretor, ouvido pelo *Telejornal*, inclinava-se, entre outras explicações do fenómeno, para a acção negativa da emissão do «Acerto de Contas»...

## Produzir o futuro

A televisão pode afastar os espectadores da realidade, mas não pode afastar a realidade das pessoas. Os efeitos de «violação psíquica» torrencialmente praticada na RTP, são imediatos e violentos, mas considerá-los irreversíveis seria descreer do próprio homem, da sua capacidade de produzir História. Nas últimas décadas, a luta da Esquerda obrigou o capitalismo a cedências anteriormente inimagináveis. Essa luta está muito longe do esgotamento. Por muito que doa à RTP onde se diz, a toda a hora, que a Esquerda morreu. Com certidões de óbito claramente falseadas.

■ Ulisses

Especificamente quanto à cobertura da CDU, ficarão para a história das mais grosseiras manipulações da RTP os «Jornais de Campanha», em que as intervenções «in» dos seus dirigentes ou candidatos foram reparadas por míseros segundos, sem qualquer inteligibilidade, como aconteceu no comício de Faro, com três intervenções de Álvaro Cunhal de, respectivamente, 5, 4 e 7 segundos (!) ou a do cabeça de lista Carlos Brito, com 2 segundos (!) (*Telejornal* de 21.09.91); ou no comício de Setúbal, com duas intervenções de Álvaro Cunhal, de 11 e 10 segundos, uma intervenção de Mário Tomé, de 8 segundos, e uma do cabeça de lista Octávio Teixeira, de 4 segundos (*Telejornal* de 18.09.91); ou no grandioso comício do Porto, com uma intervenção de Álvaro Cunhal, de 2 segundos, certamente de grande profundidade política para a RTP: «A campanha da CDU chega ao fim...» (*Telejornal* de 3.10.91).

9. É, finalmente, de salientar o critério da escolha das intervenções «in» dos dirigentes partidários (simultaneamente candidatos e cabeças de lista): para só nos atermos às cinco forças políticas com anterior representação parlamentar (PSD, PS, PCP, PRD e CDS), refira-se que, nos 21 serviços noticiosos em análise, Cavaco Silva interveio em todos eles, Jorge Sampaio e Freitas do Amaral em 20 e Pedro Canavarro em 16.

Quanto ao PCP/CDU, Álvaro Cunhal interveio em 15 e Carlos Carvalhas em 7.

Sendo certo que Álvaro Cunhal é o secretário-geral do PCP, não é menos certo que o candidato e cabeça de lista por Lisboa era, nestas eleições, Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto.

A intenção que levou a este critério parece clara: tentar desvalorizar e atenuar a excelente imagem televisiva e a capacidade política e de intervenção de Carlos Carvalhas, unanimemente reconhecidas nas últimas eleições presidenciais.

10. As campanhas políticas são o que o esforço, a imaginação, a militância, a força da mensagem, a clareza, convicção e justeza das propostas políticas, a capacidade financeira dos partidos, permitem que elas sejam.

Assegurada, pela Lei, a possibilidade e o direito de, através dos tempos de antena que a todos os partidos são atribuídos, divulgar as suas propostas para a resolução dos problemas nacionais, competiria à RTP, com um distanciamento objectivo, acompanhar nos «Jornais de Campanha» as actividades públicas das várias forças políticas.

Tal não aconteceu nesta campanha eleitoral.

Mais uma vez, talvez de uma forma sofisticada (e, portanto, eventualmente, mais eficaz), a RTP reincidiu e tomou partido: pelo partido do Governo, que a tutela e governamentaliza.

■ Francisco Costa

## Onde vai a URSS/Reportagem

(Traduzido de «Revolution», n.º 598, de 16 de Agosto de 1991)

# Do Marxismo ao Darwinismo

Gérard Streiff

**Desigualdades sociais, regressões democráticas, alinhamento: a evolução da situação soviética dá razões para inquietação. A sociedade decompõe-se, perfila-se no horizonte a «terceira-mundização», o partido está sacudido e o povo está ausente.**

**De regresso da URSS, Gérard Streiff relata-nos aqui algumas impressões de viagem e dá nota das suas interrogações.**

Encontra-se de tudo, hoje, em Moscovo. Desde os medicamentos mais sofisticados aos apartamentos mais espaçosos em pleno centro da cidade. Com a condição de ter dinheiro, muito dinheiro. E, se possível, dólares, a segunda moeda do país...

Dinheiro, certos soviéticos têm-no. No decurso de uma venda em leilão no fim de Julho, a primeira do género, uma senhora do sítio, rodeada de dois guarda-costas, que fez questão em manter o anonimato, arreadou um lote de dois apartamentos e uma datcha por uma quantia, em rublos, equivalente a perto de 2 milhões de francos. É verdade que, para ter acesso à sala, era necessário possuir uma senha de entrada especial e além disso, dar provas de ter uma sólida conta bancária. O comentador do jornal do município, «O Carrilhão», aliás uma gazeta energeticamente anticomunista, não escondia o seu despeito, observando que estes números são literalmente espantosos para os particulares moscovitas e que, neste ritmo, a quase totalidade dos cidadãos estava de ora em diante fora de jogo mesmo antes de ter participado. Tanto mais quando está em organização a venda seguinte, exclusivamente para soviéticos, todavia em divisas estrangeiras.

À primeira vista o tom está dado. A ditadura do dinheiro que parece perfilar-se em Moscovo arrisca-se a ser de uma rara selvajaria. Desigualdades abissais definem-se já. O rendimento mínimo foi fixado em 150 rublos (90 para o salário e 60 rublos de compensação). Ora, devido à inflação, é possível viver com tais recursos quando, no mercado kolkosiano da esquina, um frango se compra por 40 rublos e um coelho por 50. Aliás, um diário de Moscovo seguiu durante um mês os esforços de um dos seus leitores que tentava manter-se com essa soma: o desgraçado saiu anémico desta experiência. Ora, segundo os especialistas, esta pobreza atinge ou está prestes a atingir um terço da população: cem milhões de pessoas. Até o salário médio, cerca do dobro do rendimento mínimo, permite dificilmente atender às necessidades.

Já se precisam as primeiras diferenciações de classe. Toda uma franja da população está em via de marginalização. Engloba simultaneamente velhos que dependem da sua reforma (muitos dos quais retomaram uma actividade) e jovens em idade escolar que dispõem de uma bolsa, novos desempregados (as bolsas de trabalho, fechadas nos anos trinta, reabrem as suas portas) e todos aqueles que até há pouco beneficiavam de mil e uma formas de assistência pública. Poderão, em último caso, fazer apelo à «misericórdia», palavra em crescente utilização. Depois há todos aqueles que vivem somente do seu salário e que são, todavia, a imensa maioria. Esses não estão mais favorecidos: a inflação sobe, a insegurança perfila-se. Ao contrário desenvolveram-se de maneira fulgurante novas categorias de vigaristas, estranha nebulosa que gravita à volta daqueles que se chamam pomposamente os «businessmen». (1) Os seus membros estão fascinados pelos mitos mais estafados do «sonho americano». Este Verão um artigo exaltava na imprensa da capital o trabalho de crianças que lavam clandestinamente carros nas ruas. Certamente haverá entre eles, escrevia enternecido o comentador, «futuros Rockfellers». Um número enorme de jovens, designadamente estudantes, reconhece-se com efeito prontos para tudo no comércio, nas transacções imobiliárias, nos serviços ligados a sociedades mistas, em toda uma série de actividades efectivamente pouco produtivas mas que são talvez ocasião para ganhar dinheiro. Entretanto, estes filhos podem dispor de rendimentos duas a três vezes mais elevados que os dos seus pais os quais no entanto os obtiveram no fim de uma vida de trabalho, fenómeno que tem qualquer coisa absolutamente desestabilizante. Em suma, trata-se de uma camada parasitária.

### As brincadeiras acabaram

Daqui emerge toda uma minoria de novos ricos entre os quais aqueles que se baptizaram já: rei do salsichão, rei do presunto fumado ou rei das flores. Trata-se duma complexa imbricação de antigos quadros na nomenclatura de gestão, de académicos empreendedores, de meios mafiosos, alguns dos quais tendo já uma sólida experiência da economia subterrânea que floresceu a partir da época de Brejnev. Estão mais ou menos ligados ou patrocinados por grupos estrangeiros e sabem jogar perfeitamente com as falsas penúrias ou gozar com a legalidade. Alguns deles criaram mesmo o seu clube, o clube dos milionários, dirigido por um especulador de trinta anos. Apenas os contém uma certa prudência, mas sentimo-los impacientes para poderem exhibir as suas riquezas de gente de sucesso. Eles pensam que a sua hora chegou com as leis sobre a privatização e sobre o investimento estrangeiro: «Inicia-se a divisão da propriedade que vai decidir a questão do poder», escrevia o «Pravda» dos Komsomol. Para o primeiro-secretário do partido da região de Leninegrado «na URSS passa-se do marxismo ao darwinismo, em que o rico come o pobre».

Ora se existe uma ideia generalizadamente admitida em Moscovo hoje é a de que «é necessário passar por isso», como se uma cura de capitalismo selvagem fosse um mal necessário para entrever, depois, uma saída para a crise. Raras são as vozes que admitem que esta «passagem» possa ser muito longa e que se arrisca a ser não um trampolim que permite recuperar o atraso mas uma via efectiva para a «terceira-mundização».

Em suma, este país tanto tempo na postura de grande potência dos anos cinquenta, poderia acordar como o primeiro (?) Estado do terceiro mundo do decénio no-

O artigo do jornalista francês Gérard Streiff que publicamos neste número foi inserido no número 598 do semanário «Révolution» - três dias antes dos acontecimentos de 19 de Agosto.

Poder-se-ia supor que as brutais mutações verificadas na União Soviética depois da tentativa de golpe de Estado tivessem tornado uma reportagem a ela anterior completamente desactualizada. Mas, lidas novamente dois meses depois, as palavras de Gérard Streiff ganham, afinal, um interesse renovado.

As perguntas que coloca tiveram respostas bem diferentes das que possivelmente o autor poderia prever, mas o retrato traçado da realidade soviética é particularmente elucidativo e esclarecedor. Dois meses decorridos, ganham mesmo o interesse de uma contribuição de inegável riqueza para a compreensão do ambiente, das contradições, dos problemas, das movimentações que abalam a URSS.

venta. No momento, as divergências entre os diferentes actores da vida soviética reportam-se ao acompanhamento social que necessitaria este purgatório.

Aqui o segundo ponto do consenso político que tende a tomar forma na URSS: a política de mão estendida ao Ocidente, o apelo à ajuda estrangeira. Certamente que se pode compreender a preocupação dos quadros soviéticos, cujo país foi mantido fora dos circuitos internacionais de comércio, isolamento que o país pagou caro, de se reconciliar com o mundo, ainda que tenham a tendência em atribuir toda a responsabilidade apenas à paranóia stalinista e subestimem gravemente a política tenaz de boicote levada a cabo pelo Ocidente, a cortina de ferro imposta ao CAME.

Porém, no seu espírito trata-se menos de disputar ao Ocidente o justo lugar da URSS nas relações internacionais do que alinhar o país num modelo de desenvolvimento que por toda a parte não conduziu senão ao marasmo e à regressão. Esta estratégia de alinhamento ou da mão estendida como dizem os críticos moscovitas, parece acabar por condicionar as prioridades internas nestes últimos tempos. Assim, na véspera da cimeira de Londres, o observador da agência Tass, Vladimir Issatchenkov, podia escrever: «A Mikhail Gorbatchov não faltarão argumentos para provar aos líderes do G7 a fidelidade da direcção soviética aos princípios da economia de mercado». Acrescentava que, no espaço de 10 dias o parlamento soviético tinha adoptado «uma série de leis muito importantes transformando a economia soviética estatizada numa economia mista, colocando o país na via do liberalismo e abrindo-o ao capital estrangeiro». A lei sobre a privatização desnacionaliza 2/3 das empresas de 1991 a 1995. A lei sobre os investimentos estrangeiros autoriza pela primeira vez na URSS a implantação de empresas 100% estrangeiras e dá-lhes o direito de explorar recursos naturais. A lei anti-monopólio «proibe qualquer acção que possa limitar a concorrência; de agora em diante os órgãos de poder de gestão não têm o direito de tomar decisões sobre uma distribuição centralizada de bens». A lei sobre a falência suprime a ajuda de Estado às empresas não rentáveis. Segundo o ministro Vladimir Tcherbacov, 13% das empresas vão falir imediatamente e a produção industrial reduzir-se-á de 3% a 5%, porém «vale mais perder 5% da produção e fazer compreender às pessoas que as brincadeiras acabaram, agora começa o mercado». A lei sobre os títulos e as bolsas de valores prevê medidas «conformes com as normas internacionais sobre a emissão e circulação de títulos, o que permite proteger os interesses dos depositantes». Os projectos de lei sobre as marcas comerciais e sobre as amostras visa «aproximar o direito de autor soviético ao nível internacional». Enfim, o parlamento decidiu baixar o imposto sobre as empresas (de 45% a 35%) «o que é uma tendência manifesta para o liberalismo económico», exclama a Tass.

Este ardor neófito não pode, no entanto, fazer esquecer que esta aproximação era procurada já há um certo tempo. Há uns três anos, vários comentadores deram nota, desde a cimeira de Arche, em Paris, em 1989, no ano passado na de Houston, que a URSS tinha esperança de ser também associada ao directório ocidental. Uma espécie de «partido do estrangeiro», onde se encontram intelectuais de prestígio que estiveram a certa altura na vanguarda das reformas, bate-se com vigor para fazer avançar a ideia de que «é do Ocidente hoje que nos vem a luz» (2).

Como se chegou a esta situação? Tudo se passa como se esta sociedade tivesse perdido a confiança em si própria, na sua capacidade de encontrar no seu seio a solução para as suas dificuldades e duvidasse da possibilidade de prosseguir numa via autónoma. Ou como as suas elites se tivessem demitido, renunciado em encontrar por si própria as chaves duma nova eficácia social e económica, como se a volta da opressão capitalista parecesse ser a única via para redinamizar o povo.

### O modelo US omnipresente

De facto é toda uma recomposição ideológica de opinião que está em causa. Já longamente desacreditados pela política das antigas equipas dirigentes, os ideais de libertação estão em baixo. Em nome da crítica necessária aos erros do passado, foram metodicamente desmontados nos últimos anos os pontos de referência da opinião pública, desmantelou-se o seu universo ideológico onde coabitam uma amálgama de velharias mas

## EM FOCO



**Desigualdades gritantes verificam-se na URSS. Especialistas prenunciam cem milhões de pobres... Enquanto que Fauchon (uma etiqueta cara) se instala em Moscovo**



também valores profundos de solidariedade. O princípio da igualdade, incrustado na mentalidade colectiva há décadas, muito antes de 1917, começou a patinar. A moral está destrocada, pois o preto tornou-se branco, o traficante disfarça-se de homem de negócios e o cidadão vulgar é apontado a dedo: preguiçoso, dizem dele os novos príncipes, semi-escravo segundo o professor Fiodorov. A criminalidade está em plena expansão. Reviu-se a história para fazer dela uma lamentável sucessão de crimes. «Os novos revolucionários», os “democratas”, escreve o romancista Eduardo Limonov, começaram por suprimir o inimigo já morto: a história soviética. Tendo exumado essa morta, eles levaram-na para a forca como o inimigo político, esquecendo na sua pressa que a história pessoal do soviético é uma parte integrante da História com letra maiúscula». Rebaixaram-se todos os símbolos dessa sociedade, todos os lugares de resistência possível: o partido — falaremos mais adiante — os sindicatos, afectados por muito tempo com a saída de Ianaiev e cuja renovação esperada depois do último Congresso se faz esperar, o exército cuja lealdade é sistematicamente posta em causa e que é fustigado por incessantes campanhas de imprensa. Enfraqueceu-se tudo o que estruturava este Estado multinacional na própria altura em que o povo provou através do referendo de 17 de Março que permanecia fortemente ligado à União.

Agora, procura-se canalizar esta opinião sem bússola, culpabilizada, desarmada em defesa para ideias de pacotilha onde se misturam a procura do «salvador supremo», o culto de cada um por si, um impulso de credence com a Igreja cada vez mais avassaladora e direitista (a Igreja desempenhou um papel activo na campanha para desbaptizar Leninegrado, o discurso do Patriarca quando da investidura do novo presidente russo Ieltsin tinha o gosto de uma desforra e a hierarquia trabalha

activamente para a realização do Czar) ao mesmo tempo que se encontra uma imitação do modelo americano.

E isto vê-se por toda a parte: desde o restaurante McDonald da Praça Pushkin que nunca se esvazia, até aos ecrãs de cinema, da saga televisiva Dallas, à criação teatral (no Teatro Maiakovsky realizou-se a estreia da peça «Russos na Broadway» representada por russos... em inglês). Harvard patrocina o plano de reconstrução da URSS com a cumplicidade de economistas soviéticos (o famoso e efémero plano Yavlinsky), o BERD recupera antigos ministros da Rússia, diferentes Repúblicas (Kasaquistão, Bielorrússia) nomeiam financeiros americanos como peritos. O financiamento pelo outro lado do Atlântico do movimento sindical banaliza-se e os políticos locais sonham alto com o bipartidarismo à americana. O dólar suplanta o rublo no mercado interno e um diplomata americano teve mesmo que intervir na televisão local para desmentir rumores de desvalorização... de Washington e tranquilizar assim os aforradores moscovitas. A ingerência toma formas bizarras: quando em meados de Julho o chefe de Estado georgiano Zviad Gamsakhurdia, de relações frias com o Kremlin, visitou a capital soviética, permaneceu em Moscovo a convite do embaixador americano... Enfim a pose imperial escolhida por George Bush quando da cimeira de Moscovo, como se estivesse num país conquistado, dá um início do estado das coisas.

Porém, todas estas mudanças domésticas não mobilizam senão uma franja da opinião pública: sob o pano de fundo de uma adesão confusa ao mercado-que-resolverá-todos-os-nossos-males, a massa de população desamparada sente que isso não lhes diz respeito. Os média notavam, no fim de Julho, por exemplo, a ab-

solta indiferença dos moscovitas em relação à cimeira Bush-Gorbachov.

Este distanciamento vale para a classe operária. Esta não terá sido nunca parte activa da perestroika. Observa-se mesmo recuo sensível do número de operários eleitos para os soviets de todos os níveis a partir de 1985. O descrédito que atinge todas as componentes do «antigo regime» atinge-a também. O único movimento de massas que se registou nestes últimos anos, a grande greve dos mineiros de Kuzbass de Julho de 1989, desenvolveu-se num clima de anticomunismo que atenuou muito a envergadura dessa acção.

Os sindicatos vêem a sua actividade restringida pelo decreto celerado de Boris Ieltsin, limitando as suas prerrogativas nas empresas, enquanto o partido de Travkin, um antigo dirigente comunista, de orientação populista, tenta implantar-se no meio operário e quando se assinala uma tímida reanimação do movimento trotskista, graças nomeadamente à ajuda do ramo americano (!) da IV Internacional. A intelligentsia média, todos os quadros das escolas ou da província, que foram a ponta de lança da perestroika em meados dos anos 80 e que, na URSS, tem sempre um papel importante, está perplexa.

Uma sondagem efectuada este Verão, indicava mesmo que esta categoria era a mais oposta à passagem ao mercado ou à nova política exterior. É evidente que a via seguinte não responde às esperanças que eles depositaram na perestroika.

A criação cultural parece estar no ponto morto: o cinema estiola, como foi patente no Festival Internacional de Moscovo, as salas de teatro estão agora mais vazias, um fenómeno espantoso neste país, a literatura não produziu nada de notável, o desinteresse do público é generalizado.

A intelligentsia científica está pouco presente nos debates. De resto, ninguém na URSS fala da necessidade imperiosa de desenvolver a revolução científica e técnica, um dos pilares originais da perestroika e que foi muito tempo o *leitmotiv* dos reformadores. A síndrome de Tchernobyl foi determinante para isso, mas não explica tudo. Uma parte da intelligentsia, designadamente entre os jovens, parece atraída pelos pequenos proventos oferecidos pelos negócios e é grande o risco duma fuga de cérebros quando a nova lei sobre as saídas do país for aplicada.

Essa indiferença da opinião pública, decepcionada pelas diminutas repercussões das reformas na vida quotidiana, contrasta com a febre das combinações políticas. Depois dum despertar impetuoso, os Sovietes começam a ser postos na ordem e o executivo tende a reconcentrar o poder. Isso é verdade a nível federal, das repúblicas e municipal onde se generaliza o sistema presidencial. O Soviete Supremo queixa-se de ter sido posto perante factos consumados na discussão de *dossiers* tais como o Tratado da União. Boris Ieltsin procura limitar as competências do seu parlamento russo e alimenta um antiparlamentarismo renascente. O presidente da Câmara de Moscovo afastou o seu conselho e formou um «governo» de prefeitos para dirigir a capital. Esta marginalização progressiva dos eleitos caminha a par com o avanço do autoritarismo: decreto considerado inconstitucional mas mesmo assim posto em execução, no princípio de Agosto, sobre a interdição da actividade dos partidos políticos nas empresas na República da Rússia e não visando senão o PC, elitismo (próximos de Gorbachov acabam de criar uma revista denominada VIP...), culto da personalidade, anticomunismo militante. A política do «reformador» georgiano Gamsakhurdia leva à caricatura esta nova erupção de intolerância: decreto sobre a censura em 15 de Abril último, emprisionamento político de opositores, centralização directiva.

### Um clima detestável

A recomposição política acelera-se... Uma espécie de corrida ao centro desenrola-se entre diversas correntes. A direita, cujo essencial dos quadros vem do PC, está numa situação paradoxal: embora esteja no poder em diversas repúblicas, ainda que controle as principais aglomerações urbanas, apesar de estar omnipresente nos *media*, não dispõe de nenhuma organização credível. Os blocos eleitorais que levaram esses líderes ao

## EM FOCO



poder estalaram e as querelas pessoais contribuem para a pulverização dessas correntes em múltiplas formações. Além disso, as suas bases não são para já homogêneas mesmo quando se procura radicalizá-las. Presentemente, os seus eleitores votam menos pelas ideias e pelos homens do que contra a sorte que lhes é reservada na vida diária, o que significa que se incluem do mesmo lado pessoas animadas pelo pior espírito de desforra com pessoas simplesmente preocupadas em modernizar a actual sociedade.

A criação dum novo partido que possa federar estas forças está na ordem do dia. Mas os seus mentores deparam com esta incontornável questão: que fazer do PCUS? Concorrer com ele abertamente? É a tese de pessoas como Ieltsin, Popov, Sobtchak. Agir no próprio terreno do PCUS, provocar a cisão e recuperar as forças militantes? É a opção de Chevardnaze. Agir no seu interior e fazer do PCUS o primeiro andar de um foguetão social-democrata integrando outros sectores? É a esperança do ex-primeiro conselheiro de Gorbatchov, Alexandre Yakovlev.

Agrupados desde o Verão no seio do Movimento para as Reformas Democráticas, todas estas personalidades deveriam no Outono decidir sobre a criação ou não de um verdadeiro partido. Mas a questão magna que lhes é colocada, como aliás ao PCUS, é se conseguirão levar na sua rota a massa dos soviéticos ou se a sua iniciativa permanecerá uma questão de Estado maior. O seu movimento não teria suscitado tantas ondas se não tivesse tido o aval de pessoas próximas do Chefe de Estado, notava o «Pravda», cujo observador, Anatoli Karpychev, acrescentava: «Será que esse novo movimento seria a ocasião para Mikhail Gorbatchov deixar a presidência do PCUS? Será ele a estrutura de acolhimento para Mikhail Gorbatchov tendo em vista as próximas eleições presidenciais na URSS? Por enquanto há muitas perguntas sem resposta.»

Enfraquecido e mortificado, o PCUS continua a ser, apesar de tudo, uma referência, ao mesmo tempo a único partido político digno desse nome e a única estrutura implantada ao nível da Federação. É pouco dizer que este partido está numa situação inconfortável. Por muitas razões. Na maioria das Repúblicas está de facto na oposição embora continue identificado ao poder federal e à política seguida por este. Nos primeiros anos da perestroika, este partido foi um instrumento relativamente eficaz de mudança (certamente com maior ou menor entusiasmo conforme os homens ou as regiões) enquanto se tratou de aplicar uma política definida pelo centro: não fazia mais do que continuar nas condições novas um modo de organização ao qual estavam habituados. As coisas complicaram-se quando perdeu o monopólio do poder de gestão, função que estava antes inscrita na Constituição. Ligado ao poder central, não recuperou no entanto a sua liberdade de acção e foi obrigado a participar em batalhas políticas, em concorrência com outras forças, tarefa para a qual estava absolutamente imprevisto.

Continua uma força potencial considerável com os seus 16 milhões de aderentes (8 dos quais só para o PC da Rússia), mas esta força aparece (pelo menos é crítica que surge nas suas fileiras) sem utilização e a grande massa de pessoas que o abandonaram, a julgar por sondagem, queixam-se da sua incapacidade de influir no

decurso das coisas. Aparece sistematicamente ausente ou a reboque nos grandes debates, trate-se de questões de mercado, da guerra e da paz ou da nova ordem mundial.

As suas ligações com a classe operária relaxaram-se notoriamente. Nas pegadas do seu último congresso, o PCUS parecia procurar formas novas de intervenção política, querer redinamizar a acção dos seus eleitos e desenvolver um esforço real de convicção, com sucesso por exemplo quando do referendo de Março. Mas a tendência do compromisso a qualquer preço com a direita ieltsiniana, susceptível de favorecer a realização de um tratado da União entre o centro e as Repúblicas, contribuiu para o apagamento progressivo das posições comunistas no debate. A campanha para as eleições presidenciais russas foi caricatural desse ponto de vista.

A batalha pela presidência do parlamento da Rússia, neste Verão, forneceu um exemplo desta neutralização procurada pelo partido. Boris Ieltsin, quando se tornou presidente da República, desejava colocar nesse cargo um dos seus homens de confiança, mas os comunistas da Rússia não estavam para aí virados e conseguiram, no decurso que 6 escrutínios sucessivos, propor um candidato que conseguiu uma maioria relativa dos congressistas. Ora esta atitude foi naturalmente vilipendiada pela imprensa de direita, mas também pelo «Pravda» que criticou o comportamento dos deputados, muito belicosos para seu gosto.

Os comunistas empreenderam presentemente uma discussão sobre o novo programa, o qual deverá ser ratificado quando do Congresso Extraordinário, neste Inverno. O texto preparatório está ainda em elaboração. Segundo um anteprojecto, revelado por um jornal ieltsiniano, chama-se a atenção para que os princípios que guiam a acção comunista não se limitam ao marxismo-leninismo, definem-se os objectivos de luta, sobretudo no quadro parlamentar, demonstra-se que este partido «defende os interesses dos trabalhadores» e pugna pela democratização. O texto não aborda as questões internacionais mas precisaria que «a nova civilização que surge no mundo moderno já não se inscreve nos antagonismos de classe». A imprensa de Moscovo comentou imediatamente, felicitando-se pela «social-democratização» do partido.

Tomará ela os seus desejos por realidade? O texto definitivo e posteriormente a qualidade dos debates serão edificantes para apreciar isso. Mas pode observar-se que o clima que envolveu o último plenário do partido foi particularmente detestável. Uma pressão muito forte, vinda da direita e apoiada por forças no próprio seio do partido, é exercida sobre os comunistas de diferentes maneiras.

Há uma agitação fraccional permanente, cujo o último episódio é a saída de Alexandre Rutskoï e do seu Partido Democrático dos Comunistas da Rússia que é, efectivamente, um anexo da tendência ieltsiniana que agrupa sobretudo parlamentares.

Mais significativa é a persistente campanha que procura desacreditar tudo o que, de perto ou de longe, diz respeito à identidade comunista. O espírito assimila-se ao sectarismo e amalgamado aos delírios de alguns nostálgicos que conseguem uma promoção artificial.

Cuidado com todos os que ponham em dúvida, por

exemplo, a presença soviética na cimeira de Londres ou que recusem o compromisso com Ieltsin.

### Uma situação precária

Todos os que defendem uma via soviética são criticados pela sua insensibilidade face às mutações em curso. As posições revolucionárias são caricaturadas e todos os que alguma vez tenham sido delas porta-vozes são etiquetados sistematicamente. Tornada a alma danada deste país, o PC da Rússia é particularmente visado e é alvo de opiniões ignominiosas sem proporção com críticas que podem ser dirigidas a tal ou tal dos seus dirigentes. As recentes modificações que houve na direcção deste partido parecem, aliás, traduzir uma «normalização» desta formação política.

Enfim, o ambiente em Moscovo parecia menos um debate do que um ajuste de contas. Tudo se passava como se se quisesse encostar certos comunistas às cordas e brincar à cisão, um cenário que os *media* exploram à saciedade. É patente que uma campanha de tal dimensão seria impensável sem o apoio de «lobies» muito poderosos.

Neste fim de Verão a situação na URSS é extremamente precária. Todos os índices económicos estão no vermelho: baixa de produção industrial, más colheitas, queda da produtividade. Desmotivados, os produtores retraem-se. O abastecimento é difícil e o Inverno anuncia-se difícil. Além disso a questão nacional não está resolvida. O justo conhecimento das plenas prerrogativas das Repúblicas conduziu a um enfraquecimento radical das estruturas federais, certas pessoas falam do colapso do Estado. Ieltsin não disse a sua última palavra e contentar-se-ia de boa vontade com uma confederação amorfa. Mas, por agora, a maior incerteza vem da Ucrânia, onde a alta aposta das correntes nacionalistas e religiosas metamorfoseia esta República.

Sem dúvida que tudo se encaminha, por um período indeterminado, para uma URSS a várias velocidades: uma dezena de Repúblicas cozinhariam uma forma de união política, mas as quinze reencontrar-se-iam (sem o centro?) no terreno da cooperação económica. Todas estas dificuldades crescentes vão ser aproveitadas pela direita, que é responsável por parte delas, para chamar as atenções para uma linha neo-liberal. Ela tem tanto interesse nisso quanto está numa postura frágil. Efectivamente tem as maiores dificuldades em manter as suas promessas e as ilusões que criou podem dissipar-se rapidamente. Vencedora momentaneamente na batalha das ideias, a direita é incapaz de conseguir a mais pequena melhoria na vida quotidiana.

Do mesmo modo, as condições parecem reunidas para um desvio rápido desta sociedade para a «terceira-mundização». Todavia o pior não é seguro. Existem forças de resistência, no seio do PCUS e do movimento social, nas instâncias federais, nas Repúblicas. Porém, como estão enfraquecidas, devem ao mesmo tempo dar provas de lucidez e desenvolver um esforço excepcional de criatividade, evitando a dupla armadilha da nostalgia e da renúncia. Uma tarefa decididamente bem difícil.

(1) Ver por exemplo o artigo de Marcel Martin, no número 591 de «Revolution», sobre Ismail Tagi-Zadé, um «padrinho» do cinema soviético.

(2) Para parafrasear Voltaire que escrevia da Rússia de Catarina II em 1771: «É do Norte, hoje, que nos vem a luz.»

■ Concluí no próximo número

# «O capitalismo contra o capitalismo» — são eles quem o diz

■ **Manoel de Lencastre**

O desenvolvimento do capitalismo, todos o conhecemos através da História. A sua chegada aos tempos modernos, apesar da surpreendente capacidade de resistência e de renovação de que tem dado mostras carregando consigo indisputáveis indecisões e espectaculares crimes e falências, temo-la observado pela própria experiência da vida. E já temos deparado, também, com severas e agrestes críticas ao funcionamento da sociedade capitalista por parte dos seus próprios defensores quando em busca de angustiosas e difíceis soluções para os gigantescos problemas que são os dos nossos dias. O que não tínhamos visto ainda foi o que nos surgiu recentemente: uma das principais figuras do capitalismo, um capitalista normalmente rotulado de «agressivo», reconhecer que o sistema da exploração e da desorientação do mundo a todos os níveis trabalha contra si próprio cavando a sua ruína e a sua destruição.

Michel Albert, um produto da École Nationale d'Administration, de Paris, presidente da segunda companhia de seguros francesa, a Assurances Générales de France, não podia ter sido mais claro no seu livro «O Capitalismo contra o Capitalismo» com o qual concorre ao prémio literário «John Harvey-Jones» na secção de filosofia do mundo empresarial. Diz ele, afastando-se espectacularmente da raiz e da alma do capitalismo actual, o anglo-saxónico: «O colapso do comunismo a leste não pode fazer com que nos sintamos complacentes quanto à situação do capitalismo». Depois, noutra passagem do livro, o ex-membro da Comissão dirigente da CEE, procurando resposta para os seus evidentes receios quanto ao colapso, também, do capitalismo, acrescenta: «Talvez que o capitalismo de além-Reno seja mais justo ou mais competitivo do que o modelo anglo-saxão tal como se apregoa e pratica hoje na City e em Wall Street, inteiramente voltado para o êxito de individuais corta-cabeças e para a acumulação de lucros instantâneos e a curto prazo».

Claro que Monsieur Albert não nos diz nada que não soubéssemos já. Mas, demarcando-se dos anglo-americanos, provocou certa agitação nos grandes meios em França, em Londres e em New York. Pelos vistos, já não acreditam no futuro, os proponentes do sistema da rapina e da escravização da Humanidade. E têm amplas razões para tal se quiserem, com o mínimo de clarividência que o presidente da AGF utilizou, passar uma vista de olhos pelo caudal de acontecimentos que, diariamente, vêm a público.

## Onda de cheques sem cobertura na Câmara dos Representantes

Por exemplo: a insuspeita figura do *leader* democrata da Câmara dos Representantes, em Washington, Richard Gephardt, revelou publicamente o seu desgosto perante o que estava acontecendo. «Vamos tomar medidas» disse, «fechar o Banco, reformar o sistema, pedir contas a quem tiver de prestá-las.» O que se passava, afinal?

Dado o elevado número dos seus membros e a sua suposta capacidade financeira, a Câmara dispõe no interior das suas instalações numa agência bancária para o serviço exclusivo dos dignos actuais 484 representantes do povo americano. Tudo se conta em duas palavras: a verdade é que os fazedores das leis dos Estados Unidos passaram, no decorrer dos últimos 12 meses, nada menos de 8000 cheques sem cobertura enquanto que 134 dos mais categorizados membros da respeitável Câmara emitiram 581 cheques sem provisão com valores superiores a um milhão de dólares. Será de admirar, portanto, que o défice orçamental dos Estados Unidos dispare este ano para qualquer coisa como US\$350 biliões? Como podem os representantes eleitos do povo americano administrar capazmente as finanças do país, se eles próprios se administram ao nível e no estilo que estamos vendo?

Contudo, os escandalosos problemas dos dignos deputados dos Estados Unidos não era só na agência bancária que se estavam descobrindo. Também o restaurante da Câmara dos Representantes produziu prova das dívidas dos eméritos membros que ascendem a nada menos de 300 000 dólares (75 000 contos) de almoços e jantares!

Temos de compreender e de aceitar os temores de Monsieur Michel Albert. Ele, possivelmente, está a par destas pouco confortantes histórias — tal como doutras.

A «Swissair», essa princesa do vasto reino decrépito da aviação comercial, disse que espera resultados financeiros «extremamente insatisfatórios»; o «Credit Lyonnais» registou quebras de 11% nos seus habitualmente fartos lucros, ao mesmo tempo que revelou um enorme acréscimo nos seus créditos incobráveis; a maior seguradora europeia, a «Allianz», anunciou a 2 do corrente que vai declarar prejuízos pela primeira vez na sua existência, resultado da sua expansão (?) nos novos mercados dos Estados Unidos e da Europa de leste, o que deu lugar a uma queda de 2% no valor das respectivas acções no mercado de Frankfurt; «Amex», o grande

«American Express», esse imperador, encontra-se a braços com fraudes internas realizadas para esconder o número crescente de contas de cartões de crédito incobráveis; a «Olivetti» anunciou os seus prejuízos pela boca de Carlo Benedetti, quase 35 milhões de libras; o «KOP», o maior banco finlandês, meteu-se com corretores de Wall Street e da City, só para perder 45 milhões dos 100 milhões de libras que constituíram os seus prejuízos; no «Bank of Scotland» também as dívidas incobráveis ultrapassaram os 120 milhões de libras.

No sector do emprego (ou do desemprego, se se preferir), a «Pilkington», a maior empresa vidreira da Europa, vai despedir 750 trabalhadores, em St. Helen's, perto de Manchester. A «Ford» anunciou o despedimento de mais 1000 operários como parte dum programa conducente ao aumento da produtividade — uma velha e sangrenta história. A «Law Society», equivalente à nossa «Ordem dos Advogados», não podendo atrasar-se no processo, vai demitir 45 funcionários.

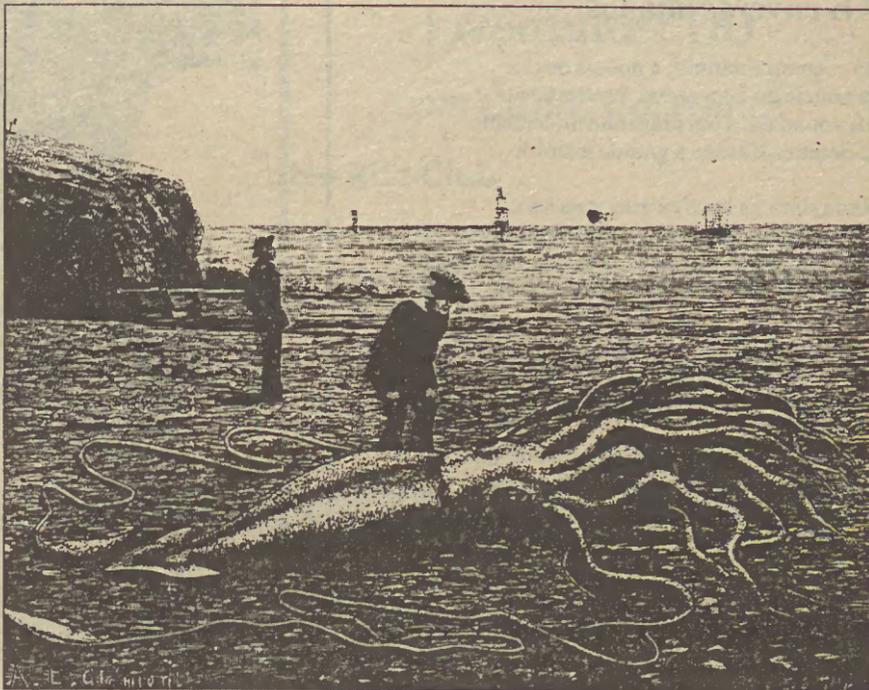
A «Jaguar», com prejuízos de 100 milhões de libras, anunciou o despedimento de 2150 trabalhadores depois de, no princípio do ano, haver feito o mesmo a outros 1500. Quanto à «British Telecom», vai suprimir os empregos de 16 000 mecânicos. A «Hawker-Siddeley» vai juntar mais 1000 aos 7000 despedimentos que realizou há meses; a «Ferguson» despede 700; a «British Aerospace», cheia de problemas, 12 000.

## Os grandes negócios

Ter-se desenhado o vestido de noivado da princesa Diana não é coisa de somenos. Traz responsabilidades e, com elas, todo um desenrolar de novas situações que, naturalmente, não podem acontecer ao comum das pessoas. Lindka Cierach, a grande desenhista, ganhou prestígio e honorários. Todas as mulheres ricas de Inglaterra queriam vestidos que pudessem asseverar, com verdade, que eram da linha Cierach. Quanto às mulheres americanas, gritavam do outro lado do Atlântico pelos seus imprescindíveis vestidos, iguais tanto quanto possível aos da princesa de Gales, Diana Spencer Windsor. Choviam encomendas em casa de Lindka. Eis por que a já famosa desenhista descobriu que os seus talentos e as suas actividades apontavam numa direcção lógica — a dos negócios.

A sua técnica, o seu gosto, a sua imaginação e fantasia criaram um produto. Agora, tornava-se essencial a comercialização desse produto, dar-lhe entrada no mercado, vendê-lo e, assim, como é natural, conquistar a fortuna. Formar a sua empresa. Conquistar o seu império. E tudo começou como sempre começam os grandes e os pequenos negócios — Lindka foi ao Banco. O financiamento realizou-se. «Recomende-me a Suas Altezas», terá pedido, submisso o gerente do Banco...

O grande negócio, porque Lindka, depois, também quis entrar na exportação. Diversificar o seu mercado. Vender em dólares. Enfim... Visitou a América. Na malinha de mão, os inevitáveis cartões de crédito. Automóveis de grande luxo. Um «suite» no Waldorf As-



toria onde receber as suas clientes americanas que enlouqueciam pelos vestidos de corte similar aos da Princesa de Gales e a Duquesa de York. A glória espreeitava. Não. A glória tinha, efectivamente, chegado. Era só tirar partido do grande momento e trabalhar para conseguir eternizá-lo.

A verdade, entretanto, é que, como dizem os portugueses, quem toca muitos carrinhos, algum lhe há-de ficar para trás.

A grande empresa de Lindka Cierach, para funcionar com a necessária eficiência, carecia dum bom gerente que chamasse a si a administração dos negócios e das encomendas, visto que a proprietária, absorvida pelas intermináveis solicitações da sua nova posição, não tinha mãos a medir. Aliás, parece que andava sempre em viagem. E foi assim que entrou para a firma Suzannah Jackson, 31 anos, que, em perfeita associação com Lindka, passou a gerir as operações comerciais da empresa.

Chegou, contudo, este diabo desta recessão económica que, apesar de múltiplas promessas dos políticos, parece que está para ficar. As encomendas cessaram e muitas das antigas foram canceladas. Os negócios amorteceram. Mas as despesas aumentaram. O homem do Banco, alarmado, começou a telefonar e, depois a escrever cartas ameaçadoras. Lindka, ausente da chefia da empresa, delegara tudo em Suzannah, deixando-lhe até os livros de cheques assinados em branco. Já estão os nossos leitores a ver o resto, evidentemente. A amiga Suzannah arranjou um namorado. Este, arranjou-lhe um filho. Lindka não gostou. Suzannah, possivelmente com os ordenados em atraso, já tinha chamado a si os cheques assinados, comprado um carro, gasto o dinheiro em caixa e, na falta de outros valores, foi-se aos vestidos da imponente e aristocrática colecção da Lindka e... zás! Levou-os todos.

O julgamento de Suzannah Jackson teve lugar no tribunal da Coroa de Southwark, na presença do juiz Marcus Anwyl-Davies e as acusações eram nove, todas no interminável capítulo do roubo e da fraude. A acusada negava as referidas acusações alegando que Lindka, já falidinha, entretanto, lhe havia dado permissão para fazer uso dos vestidos, avaliados em milhares de libras. «Como podia isso ser possível?», perguntou a patroa, acrescentando com elevação: «Então não está mesmo a ver-se que não lhe servem? Olhem só para o grande posterior dela...»

Em três horas e meia de deliberações, o júri considerou Suzannah Jackson culpada das nove acusações, ficando a sentença para ser lida a 23 do corrente. Quanto a Linda Cierach, de quem se afastaram as principais clientes incluindo a princesa de Gales e a duquesa de York, viu a sua grande companhia entrar em liquidação e, tanto quanto sabemos, terá ido procurar mercado noutras paragens.

Como diz, no seu livro, Michel Albert, o capitalismo está contra o capitalismo. Mas, essa é a sua natureza, um mar de contradições e de misérias, de guerras e de assassínios.

## PONTOS CARDEAIS

## Gazetilha

## Os envergonhados

Foi, como é natural, a notícia do dia a notícia do ano, enfim, praticamente: os votos, um a um pingaram molemente e deram a Cavaco a grande maioria.

Inda sinto na boca os ácidos da azia. Dias depois, porém, ouvindo tanta gente não encontrei ninguém, ninguém, conseqüente ninguém dera a Cavaco o voto que ele queria!

Ninguém votara nele. Um caso estranho e sério. Só o Sherlock é capaz de abrir este mistério de não haver um só, havendo um em dois!

Sentem vergonha então milhares de votantes mas deveriam, sim, tê-la sentido antes já que de nada serve tê-la — mas depois...

## O crime

Foi o crime, foi o crime  
foi o crime singular  
foi o crime da Alameda  
que nos fez arrepiar  
foi o crime da Alameda  
de matar e esquartejar  
e a televisão a dar  
a dar mil tempos de antena  
ao crime bem singular  
foi o crime da Alameda  
e à TV sem se calar  
com as mórbidas imagens  
de fazer agoniar  
foi o crime da Alameda  
de matar e esquartejar  
punhais da cor de laranja  
nas bandeiras a acenar  
e os clamores ampliados  
empastelados no ar  
foi o crime da Alameda  
das dentuças a brilhar  
e a TV, câmara lenta,  
bem gostosa, a dar a dar  
foi o crime da Alameda  
na arte de telejornar  
e o chefe sempre falava  
falava só por falar  
falava e não se calava  
e a TV atenta a olhar  
com a sua câmara lenta  
de matar e esquartejar.

Foi o crime da Alameda  
com a TV a dar, a dar...

## Actualidade

Os venenos, as lábias, os tambores  
as imagens, os pajens, a chantagem  
os canhões, as mentiras, a miragem  
o enxofre, os esotéricos, as flores,

os vídeos, os ovídeos, os rumores  
o cio, o grito, os mitos, a forragem  
as trombetas, trombozes, tavolagem  
os ratos, os vampiros, os credores,

a promessa, a calíça, a fossa, a massa  
a troça, a hortaliça, a essa, a ameaça  
as telas, a barrela, os entrepostos,

drogas, cuspos, dressagens, carnavais:  
eis apenas alguns materiais  
de que certos sucessos são compostos.

■ **IGNOTUS SUM**

## Incrível!



## Um país citrino

«Hoje somos milhões, amanhã seremos todos», titula ironicamente o suplemento de um semanário «independente», a propósito da nova maioria absoluta do PSD, e glosando a antiga pretensão de Sá Carneiro nas primeiras eleições depois de Abril. Pois bem, nem esse semanário sabe como tem razão nessa avaliação das ambições hegemónicas do partido de Cavaco. Um outro semanário avança, no sábado, com uma declaração fenomenal de um PSD convencido e vencedor. Diz ele: «O governo de Portugal não merece os líderes das oposições que tem. Até porque uma das maiores virtualidades da democracia liberal é a da concorrência reciprocamente enriquecedora dos agentes políticos envolvidos. É uma tarefa urgente, patriótica e democrática, dotar o nosso País de melhores líderes para as oposições que temos». Traduzamos: não contente com o laranja, o PSD António de Sousa Lara quer definir as regras de cada limoeiro. Arroga-se o direito («patriótico e democrático») de definir «liberalmente» os perfis dos líderes, para melhor moldar as oposições que pretende.

Primeiro um país citrino. Mais tarde um país de laranjeiras.

## Vivos e mexidos

Aqui há dias, na televisão, Artur Portela pôs o dedo na ferida. Não sem custo, dada a barragem de perguntas que lhe pretenderam afogar as respostas. Lembrou ele que a vitória do PSD foi, para alguma comunicação social, pretexto para «enterrar» os partidos da oposição. O certo é que, se folhearmos jornais e semanários, a morte dos partidos que em 6 de Outubro não alcançaram os seus objectivos, é, pelo menos, curiosa — mexem que se fartam. E, mesmo que não mexam tanto como isso, certas folhas e programas encarregam-se de os mostrar animadíssimos. É claro que só lhes divulgam as clivagens e as lutas internas, as verdadeiras e as montadas expressamente para os vermos mal. De qualquer modo, apesar de «mortos», movem-se. Galileu haveria de perceber isto. Pois não foi ele quem disse, aceitando formalmente o veredicto da Inquisição — que era a censura manipulatória da época —, que afirmava

contra a realidade que a Terra estava quietinha no meio do Universo «e no entanto ela move-se»?

## Eficácia

Ainda a TV. Desculpe o leitor, mas é coisa que nos entra pela casa dentro. Tem esta a ver com um interessante e não anunciado programa, aliás bem conduzido, sem os histerismos inquisitoriais a que as entrevistadas nos têm acostumado. Representantes de todos os partidos que agora vão tomar assento na Assembleia da República falam sobre o futuro imediato, sem esquecer o passado recente. No final formulam votos. O representante do PSD, que ali jurou a pés juntos, contra todos os outros, sobre a abertura e democraticidade da maioria laranja, não falou de outra coisa senão de eficácia. Era a desculpa para o passado, era o pretexto para o futuro. A eficácia de quê e para quê? A maioria anterior foi eficaz. Esmagando, com os votos, inquéritos e projectos, entregando ao Governo todas as autorizações que este solicitasse — ou comandasse. Eficácia? Vamos a ver...

frases  
da  
Semana

«Cavaco Silva ficou com mandato e condições políticas para fazer praticamente tudo o que lhe apetecer. E para o fazer de forma solitária, mesmo arrogante.»

José Miguel Júdice in  
«Independente» - 11/Out/  
/91

«A referência ao sucesso aparece como novo emblema de uma revolução silenciosa (...). Redutor? Sem dúvida. Mas também libertador.»

Vicente Jorge Silva in  
«Público» - 11/Out/91

«O Estoril-Open vai ter, na edição do próximo ano, um "prize money" acima do meio milhão de dólares (75 mil contos). O maior torneio de ténis realizado em Portugal manterá um quadro de 32 jogadores.»

«Semanário» - 12/Out/91

«Andamos há dezassete anos a discutir política - nos cafés, nas esquinas, nos empregos. No final de tudo, o que resta é a imagem de Roberto Leal, vestido de minhoca branca, aos pulos no palco, cantando "nós já temos Cavaco e maioria".»

Miguel Sousa Tavares in  
«Semanário» - 12/Out/91

«Há muitos anos que tinha esta ideia. Quando me acontece alguma coisa de especial, eu até costumo dizer "isto fica para as minhas memórias".»

Freitas do Amaral in  
«O Jomal» - 11/Out/91

«Cada português gasta 15 contos por ano na farmácia»

Título do «Público» - 13/  
/Out/91

# Agenda



Domingo  
a partir das 16h

## Convívio Juventude CDU

com Carlos Carvalhas

No Ritz Club

16h - Vídeo gigante com concertos da Festa do «Avante!» e imagens da campanha da Juventude CDU

17h - Debate com Carlos Carvalhas

18h30 - Música ao vivo pelo Grupo Musical do Ritz Club

### • AVEIRO

Plenários de militantes para discussão da situação política:

- amanhã, sexta-feira, às 21.30, no Centro de Trabalho de S. João da Madeira com a participação do camarada Sérgio Teixeira, e no Centro de Trabalho de Aveiro com a participação do camarada Artur Ramígio;

- no sábado às 15 no Centro de Trabalho da Feira com a participação de Sérgio Teixeira;

- na 3ª-feira às 21.30 no Centro de Trabalho da Mealhada com participação do camarada Sérgio Teixeira.

### • CASTELO BRANCO

Plenário concelhio de militantes da Covilhã no sábado às 21.00, no Centro de Trabalho, com a participação do camarada Domingos Abrantes.

### • COIMBRA

Hoje: reunião de candidatos e da Comissão Coordenadora Distrital da CDU, às 21.30 na Cooperativa Bonifrates;

- reuniões das Comissões Concelhias de Figueira da Foz, Soure e Montemor-o-Velho - respectivamente, hoje, amanhã e domingo:

- reunião do Comité Local de Coimbra, alargada a quadros: amanhã;

- reunião dos quadros dos sectores Operário e de Serviços do concelho de Coimbra: na próxima quarta-feira.

### • LISBOA

Plenários das organizações, a realizar amanhã, 6ª-feira:

- da Pontinha: às 21.30 no Centro de Dia da 3ª Idade, com a participação do camarada Vidal Pinto.

- de Alhandra: às 21.30 no Centro de Trabalho;

- de S. João dos Montes: às 21.30 no Centro de Trabalho de A-dos-Loucos;

- no sábado: plenário da organização da freguesia de Campo de Ourique, às 15.00, no CT Pedro Soares, com o camarada Alexandre Teixeira.

Em Lisboa terá ainda lugar - amanhã, 6ª-feira, no CT Vitória - uma reunião dos candidatos CDU do distrito.

### • SANTARÉM

Hoje:

- reunião da CDU do concelho de Santarém para balanço das eleições e análise de aspectos da vida autárquica e da intervenção da CDU - às 21.30.

Amanhã:

- Reunião alargada da Comissão Concelhia - às 21.30.

### • VIANA DO CASTELO

Convívio-festa da activistas - sábado à tarde, no Centro de Trabalho.



## Plenário do Sector da Saúde da ORL

para discussão das conclusões  
da reunião do Comité Central

com a participação do camarada  
**Vitor Dias**

Hoje às 21h no CT Vitória

## Televisão

### Quinta, 17

#### Canal 1

07.30 Bom Dia  
09.30 Rua Sésamo  
10.05 Bom Dia  
10.30 Ricardina e Marta  
11.05 Bom Dia  
11.40 Jogo de Cartas  
12.05 Culinária  
12.20 Final Feliz  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Naquele Tempo  
14.00 Brinca Brincando  
14.35 A Casa Encantada (ver «Filmes na TV»)  
16.00 Ponto por Ponto  
17.05 Brinca Brincando  
17.35 Rua Sésamo  
18.10 Riviera  
18.40 Roda da Sorte  
19.30 Telejornal  
21.10 Desenhos Animados  
20.25 Sassá Mutema  
21.30 Os Simpsons  
21.55 Cruz de Fogo  
22.55 Os Olhos da Lua  
24.00 24 Horas  
00.35 Remate  
00.50 Sabbath

#### Canal 2

09.00 Videotexto  
12.00 Primeiro Jornal  
12.05 Os Cavaleiros das Estrelas  
12.30 Curso de Alemão  
12.45 O Mundo de Jorge  
12.55 Filhos e Filhas  
13.20 Agora Escolha  
14.00 Jornal das Duas  
14.30 Agora Escolha  
15.25 Recreio do 2  
16.30 Guarda Florestal  
17.25 A Natureza das Coisas  
17.50 Clip-Club  
18.20 Eterno Feminino  
19.30 Aventura do Conhecimento  
19.55 Música no 2  
20.45 Zás Trás  
21.00 Jornal das Nove  
21.35 António Pinho Vargas  
22.35 Roseanne  
23.05 Os 39 Degraus (ver «Filmes na TV»)

### Sexta, 18

#### Canal 1

07.30 Bom Dia  
09.30 Rua Sésamo  
10.05 Bom Dia  
10.30 Ricardina e Marta  
11.05 Bom Dia  
11.40 Jogo de Cartas  
12.05 Culinária  
12.20 Final Feliz  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Exploração  
14.00 Brinca Brincando  
14.35 Perigo no Espaço (ver «Filmes na TV»)  
16.25 Ponto por Ponto  
17.05 Brinca Brincando  
17.35 Rua Sésamo  
18.10 Riviera  
18.40 Roda da Sorte  
19.30 Telejornal  
20.10 Desenhos Animados  
20.25 Sassá Mutema  
21.25 La Bamba (ver «Filmes na TV»)  
23.30 Cheers, Aquele Bar  
24.00 24 Horas  
00.35 Remate  
00.55 Betty Boop  
01.00 A Fúria do Herói (ver «Filmes na TV»)

#### Canal 2

09.00 Videotexto  
12.00 Primeiro Jornal  
12.05 Universo Juvenil  
12.30 Curso de Francês  
12.45 O Mundo de Jorge  
12.55 Filhos e Filhas  
13.20 Agora, Escolha!  
14.00 Jornal das Duas  
14.30 Agora, Escolha!  
15.30 Recreio do 2  
17.00 Burlescos  
17.30 O Século dos Cirurgiões  
18.00 Clip-Club  
18.30 Eterno Feminino  
19.30 A Voz do Planeta  
20.00 Nunca Mais é Sábado  
20.50 Zás Trás

21.00 Jornal das Nove  
21.35 Por Mares Nunca Dantes Navegados  
22.25 Rotações  
23.25 Pantanal  
00.55 Cop Rock

### Sábado, 19

#### Canal 1

08.10 À Mão de Semear  
08.25 Canal Jovem  
13.00 Notícias  
13.15 Vagem ao Maravilhoso  
13.40 A Guerra dos Mundos  
14.30 The Mission  
15.20 Sonhos de Criança (ver «Filmes na TV»)  
17.00 Lotaria Europela  
17.50 A Década da Destruição  
18.50 O Café do Ambriz  
19.45 Totoloto  
20.00 Jornal de Sábado  
21.20 Desenhos Animados  
21.30 Amor à Primeira Vista  
23.00 Casa Cheia  
23.40 Betty Boop  
23.50 Ata-me (ver «Filmes na TV»)  
01.40 Remate

17.45 ET - Entretenimento Total  
18.45 Os Golos da Jornada  
18.55 McGyver  
20.00 Jornal de Domingo  
20.35 Desenhos Animados  
20.45 Kananga do Japão  
22.15 Domingo Desportivo  
23.40 Camarena - As Guerras da Droga  
00.30 Conversa Aflada  
01.40 Remate

#### Canal 2

09.00 Atletismo - Maratona de Lisboa  
09.30 Novos Horizontes  
12.05 Agarra o 2  
13.10 Vida Nova  
14.00 Troféu  
18.30 Kir Royal  
19.30 Crónica  
20.15 Palavra Puxa Palavra  
21.00 Nós 2  
22.05 Artes e Letras - Rock Hudson  
23.00 O Gigante (ver «Filmes na TV»)  
02.20 Tauromaquia



Victoria Abril, a nova musa de Pedro Almodovar em «Ata-me!»

#### Canal 2

09.00 Universidade Aberta  
11.25 Forum Musical  
13.00 Agarra o Dois  
14.05 Cruel Perseguição (ver «Filmes na TV»)  
16.00 Estádio  
18.30 Jornal Fim-de-Semana  
19.00 Arca de Noé  
19.45 Outras Músicas  
21.05 Estádio  
23.30 Pantanal  
00.55 A Engrenagem do Crime  
01.45 O Tempo  
01.50 O Terceiro Tiro (ver «Filmes na TV»)  
03.45 Automobilismo - Grande Prémio do Japão

### Domingo, 20

#### Canal 1

08.00 Canal Jovem  
11.35 Missa  
12.30 70 x 7  
13.00 Notícias  
13.15 Os Jovens Cowboys  
13.40 Desafios da Vida  
14.50 Top+  
15.40 Tron (ver «Filmes na TV»)  
17.20 Aventuras do Cavalo Preto

### Segunda, 21

#### Canal 1

07.30 Bom Dia  
09.30 Rua Sésamo  
10.05 Bom Dia  
10.30 Ricardina e Marta  
11.05 Bom Dia  
11.40 Jogo de Cartas  
12.05 Culinária  
12.20 Final Feliz  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Sobrevivência  
14.00 Brinca Brincando  
14.35 A Minha Personagem (ver «Filmes na TV»)  
16.10 Ponto por Ponto  
17.10 Brinca Brincando  
17.35 Rua Sésamo  
18.10 Riviera  
19.30 Telejornal  
20.25 Sassá Mutema  
21.30 O Preço Certo  
23.00 Um Amor Obsessivo  
00.05 24 Horas  
00.40 Remate

#### Canal 2

09.00 Videotexto  
12.00 Primeiro Jornal  
12.05 Flash Gordon  
12.30 Curso de Alemão  
12.45 O Mundo de Jorge  
12.55 Filhos e Filhas

13.40 Agora, Escolha!  
14.00 Jornal das Duas  
14.30 Agora, Escolha!  
15.30 Recreio do 2  
16.00 As Aventuras de Black Beauty  
17.00 Tigris  
18.00 Clip-Club  
18.15 Eterno Feminino  
19.20 Dramazine  
19.50 Arsenio Hall  
21.00 Jornal das Nove  
21.35 Acerto de Contas  
22.30 Teatro - «Governadores do Orvalho» (Moçambique)

### Terça, 22

#### Canal 1

07.30 Bom Dia  
09.30 Rua Sésamo  
10.05 Bom Dia  
10.30 Ricardina e Marta  
11.05 Bom Dia  
11.40 Jogo de Cartas  
12.05 Culinária  
12.20 Final Feliz  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Lugares de Troca  
14.00 Brinca Brincando  
14.35 A Batilha do Pó-de-Arroz (ver «Filmes na TV»)  
16.25 Ponto por Ponto  
17.10 Brinca Brincando  
18.10 Riviera  
18.40 Roda da Sorte  
19.30 Telejornal  
20.25 Sassá Mutema  
21.25 A Lei de Murphy  
22.25 Primeira Página  
23.20 Carol & Companhia  
23.50 24 Horas  
00.25 Remate

#### Canal 2

09.00 Videotexto  
12.00 Primeiro Jornal  
12.05 Os Novos Caça-Fantasmias  
12.30 Curso de Alemão  
12.55 Filhos e Filhas  
13.20 Agora Escolha!  
14.00 Jornal das Duas  
14.30 Agora, Escolha!  
15.30 Recreio do 2  
16.30 Rasmus e o Vagabundo  
17.00 Férias Aquáticas  
17.30 Tribunal de Juri  
18.00 Clip Club  
18.15 Eterno Feminino  
19.25 Cinemagazine  
19.55 O Grande Sonho  
21.00 Jornal das Nove  
21.35 1000 Imagens  
22.00 O Muro (ver «Filmes na TV»)  
23.35 Pop-Off

### Quarta, 23

#### Canal 1

07.30 Bom Dia  
09.30 Rua Sésamo  
10.05 Bom Dia  
10.30 Ricardina e Marta  
11.05 Bom Dia  
11.40 Jogo de Cartas  
12.05 Culinária  
12.20 Final Feliz  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Paragem no Tempo  
14.00 Brinca Brincando  
14.35 Cavalgada de Paixões (ver «Filmes na TV»)  
16.15 Tu Cá, Tu Lá  
17.10 Brinca Brincando  
18.10 Riviera  
18.40 Roda da Sorte  
19.30 Telejornal  
20.25 Sassá Mutema  
21.25 Vamos Jogar no Totobola  
21.40 A Vida é Assim (ver «Filmes na TV»)  
23.40 24 Horas  
00.15 Remate

#### Canal 2

12.00 Primeiro Jornal  
12.05 2020 - Polícia em Acção  
12.30 Curso de Francês  
12.55 Filhos e Filhas  
13.20 Agora, Escolha!  
15.30 Recreio do 2  
16.30 O Caminho das Estrelas II  
17.25 Mulheres no Mundo  
17.45 Clip-Club  
18.15 Eterno Feminino  
19.15 TV Artes  
19.40 Concerto para Jovens  
21.00 Jornal das Nove  
21.35 Carlos Cruz: Quarta-feira  
22.35 A Aviação em Portugal  
23.30 Castelo de Cartas

## Filmes na TV



### Hitchcock x 3

Graças ao desmedido carinho da RTP pela Fórmula Um de que todos os grandes prémios são infalivelmente transmitidos em directo, esta semana, na noite de sábado, temos um bónus em matéria de cinema, que os programadores deste departamento tiveram a feliz ideia de preencher com mais um filme de Hitchcock, a juntar aos dois outros que já estavam previstos para hoje, quinta-feira.

Deste lote fazem parte, nem mais nem menos, dois dos filmes considerados dos melhores do mestre do suspense: *Os Trinta e Nove Degraus* em relação ao período inglês e *O Terceiro Tiro*, um título superior do seu período americano mais fecundo.

O primeiro é mais uma história de espionagem protagonizada por um homem transformado por acidente em herói e que após muitas atribuições com a polícia e os agentes inimigos vai acabar por evitar que segredos do Estado da mais alta importância sejam roubados por uma potência estrangeira. Os costumes jogos de equívocos e as traições que atravessam os últimos filmes feitos em Inglaterra são dados com uma eficácia narrativa considerada perfeita.

Quanto a «O Terceiro Tiro», feito nos Estados Unidos mas localizado na Inglaterra, em bosques tornados ainda mais maravilhosos pelo esplendoroso tratamento da cor, é uma originalíssima comédia negra que tem no centro de todas as peripécias Harry, um cadáver misterioso. Edmund Gwenn e Mildred Natwick são dois dos excelentes actores que intervêm, acompanhados pela então jovem Shirley Mac-Laine. O filme passou quase despercebido na altura em que foi feito mas tornou-se posteriormente objecto de culto na obra de Hitchcock.

A *Casa Encantada*, pelo contrário, foi dos seus maiores sucessos comerciais. É uma obra labiríntica, uma das primeiras a abordar as questões da psicanálise então em difusão na América, com uma célebre sequência de um sonho plasticamente apoiada numa pintura de Dali e uma atmosfera equívoca que se diria ser um meio por excelência para o cinema de Hitchcock. No entanto, o filme não passaria à história senão como um filme de «grandes momentos» - do realizador e de dois dos seus intérpretes, Ingrid Bergman e Gregory Peck.

#### A Casa Encantada

«Spellbound» (EUA/1945). Realização de Alfred Hitchcock. Interpretação de Ingrid Bergman, Gregory Peck. Cor, 82 minutos.

Quinta, 14.35, Canal 1

#### Os 39 Degraus

«The Thirty-nine Steps» (GBR/1935). Realização de Alfred Hitchcock. Interpretação de Robert Donat, Madeleine Carroll. P/B, 78 minutos.

Quinta, 23.05, Canal 2

#### O Terceiro Tiro

«The Trouble With Harry» (EUA/1955). Realização de Alfred Hitchcock. Interpretação de Edmund Gwenn, Mildred Natwick, John Forsythe, Shirley MacLaine. Cor, 99 minutos.

Sábado, 01.50, Canal 1

#### Perigo no Espaço

«Starflight One» (EUA/1982). Realização de Jerry Jameson. Interpretação de Lee Majors, Hal Linden, Lauren Hutton. Cor, 110 minutos.

Da moda do cinema-catastrofe e dos sucessos reais e sonhados da exploração espacial nasceu esta imaginária odisséia de um grupo de passageiros no voo inaugural de um superavião, que por acidente é projectado para o espaço e tem como certo o destino de se desintegrar em pouco tempo. São quase duas horas de sustos - benignos, porque o fim vai ser feliz! De facto todos acabaram por se salvar graças à intervenção do vaim Columbia, que afinal não passa de pacífico engenho de socorro a naufragos... Jerry Jameson é um realizador experiente neste tipo de filmes que tem feito principalmente para a televisão.

Sexta, 14.35, Canal 1

#### La Bamba

«La Bamba» (EUA/1986). Realização de Luis Valdez. Interpretação de Lou Diamond Phillips, Esai Morales, Rosana de Scoto. Cor 108 minutos.

Reconstituição romantizada da vida breve de um dos pioneiros da geração rock, Ritchie Valens, um chicano da Califórnia marginalizado como todos os outros numa sociedade implacavelmente segregacionista, que, no fim dos anos 50, graças ao seu talento musical consegue impor-se - junto da comunidade de origem mexicana e nos meados do rock, porque o reconhecimento geral viria muito mais tarde. Richie Valens morreria aos 17 anos num acidente de aviação, mas ficou na história do rock por ter ousado cantá-lo em espanhol e mesclado de influências hispânicas. Alguns dos seus inspirados temas como «La Bamba» são recriados no filme por «Los Lobos», que a ele muito deveram a projecção recente.

CINEMA

|                                   | David Lopes | M. M. Luz | Manuel Neves | Paulo Torres |
|-----------------------------------|-------------|-----------|--------------|--------------|
| <b>A</b> La Dolce Vita            | —           | ★★★★      | ★★★★         | ★★★★         |
| <b>B</b> O Silêncio dos Inocentes | —           | ★★★★      | —            | ★★★★         |
| <b>C</b> Robin Hood               | —           | ★★        | —            | ★★           |
| <b>D</b> Thelma e Louise          | —           | ★★★       | —            | —            |

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Federico Fellini — King Triplex/2 (15.00, 18.15, 21.30) — Lisboa.
- B — Real. Jonathan Demme — Alfa/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00). Amoreiras/4 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15). Fonte Nova/1 (14.45, 17.00, 19.15, 21.45). Mundial/3 (14.00, 16.30, 19.15, 21.45). Quarteto/1 (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00) — Lisboa.
- C — Real. Kevin Reynolds — Alfa/3 (13.30, 16.15, 19.00, 21.45, 00.30). Amoreiras/2 (13.45, 16.30, 19.00, 21.45, 00.30). Fonte Nova/1 (14.15, 17.15, 21.15). S. Jorge/3 (15.15, 18.15, 21.15) — Lisboa.
- D — Real. Ridley Scott — Alfa/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00). Amoreiras/1 (14.00, 16.30, 19.30, 21.30, 24.00). Mundial/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30). S. Jorge/1 (15.30, 18.30, 21.45). Star (14.00, 16.30, 19.00, 21.30).

O filme tem um tom telenovela que a própria realidade dos factos teria determinado e conta com um excelente grupo de actores entre os quais se destaca Lou Diamond Phillips, um convincente Ritchie Valens.

Sexta, 21.25, Canal 1

**A Fúria do Herói**  
«First Blood» (EUA/1982). Realização de Ted Kotcheff. Interpretação de Sylvester Stallone, Richard Crenna, Brian Dennehy. Cor, 94 minutos.

Eis o primeiro Rambo, a personagem que catapultou Stallone para a galeria dos «mais ricos» do showbizz e para a primeira fila dessa praga que foram os «heróis» belicistas do cinema americano dos anos 80. Este primeiro filme viria a pretender ser a chave para o clima de violência desmedida e irracional a que o «herói» dá expressão em todos eles, identificando-o como um ex-combatente do Vietnam, desenraizado, que se sente rejeitado pela comunidade a que regressa. Mas já aqui a explicação se perde, e «Rambo» não passa de uma hedionda propaganda à guerra pela guerra e à violência pela violência; a comunidade intolerante para a qual a resposta necessária é a exterminação não tarda a adquirir outros traços, os «do Leste» evidentemente, vivam eles onde viverem, que são por definição os maus, e daí que a violência seja não só legítima mas nobre...

Sexta, 00.25, Canal 1

**Cruel Perseguição**  
«Second Chance» (EUA/1953). Realização de Rudolph Maté. Interpretação de Robert Mitchum, Linda Darnell, Jack Palance. Cor, 79 minutos.

Um thriller melodramático interpretado por três grandes estrelas do cinema americano dos anos 50 e realizado por um ex-cameraman de Hitchcock entretanto rodado como autor de westerns e filmes de acção, quase sempre com resultados medíocres. Aqui conta ele a história da perseguição empreendida por Cappy Gordon, um assassino profissional, enviado para o México a fim de matar a ex-amante de um gangster que pode ser por ela incriminado. Mas a rapariga acolhe-se à protecção de Russ Lambert, um pugilista em digressão, e a aventura por vales e montanhas irá ser protagonizada por este triângulo. Rodado em três dimensões e como tal publicitado, o filme seria porém distribuído na Europa em cópia normal, pelo que nem a espectacularidade de algumas cenas pode ser invocada.

Sábado, 14.05, Canal 2

**Sonhos de Criança**  
«Dreamchild» (GBR/1985). Realização de Gavin Miller. Interpretação de Coral Browne, Ian Holm, Peter Gallagher. Cor, 90 minutos.

Com argumento de Dennis Potter, autor do fabuloso «O Detective Cantor» que a RTP já transmitiu e de muitas outras surpreendentes coisas, «Sonhos de Criança» é previsivelmente um filme fascinante, tanto mais que se inspira no maravilhoso «Alice no País das Maravilhas» de Lewis Carroll: a personagem central é Alice, a Alice a quem o escritor contava as aventuras de uma menina perdida num mundo fantástico, agora no fim da vida, que rememora e finalmente compreende o sentido dessas histórias e da sua relação com o escritor. Com excelentes actores e um outro colaborador de grande talento: Jim Henson, o autor dos Marretas, que recriou para este filme algumas das personagens do País das Maravilhas.

Sábado, 15.20, Canal 1

**Ata-me**  
«Atame» (Esp/1989). Realização de Pedro Almodovar. Interpretação de Victoria Abril, Antonio Banderas, Francisco Rabal. Cor, 96 minutos.

Uma comédia negra que contribuiu decisivamente para que a crítica levasse mais a sério Pedro Almodovar, até então por regra considerado um exibicionista superficial. «Ata-me» conta a história de um jovem, saído de uma instituição psiquiátrica, que rapta e mantém como refém uma atriz de cinema pornográfico, que ainda assim acaba por se apaixonar por ele. Almodovar ocupa-se mais uma vez de traumas e bizarras de gente do nosso tempo, mas conta-os de forma original, provocadora e divertida.

Tron

«Tron» (EUA/1982). Realização de Steven Lisberger. Interpretação de Jeff Bridges, Bruce Boxleitner, David Warner, Cindy Morgan. Cor, 92 minutos.

Uma guerra no mundo dos computadores propriamente ditos, que decorre sobretudo no interior de circuitos electrónicos e com efeitos video-game invejáveis... São as Produções Walt Disney a reciclar confiadamente os seus métodos de animação, fazendo contracenar imagens criadas por computador e imagens reais. O resultado é curioso, e tão-só.

Domingo, 15.40, Canal 1

O Gigante

«Giant» (EUA/1956). Realização de George Stevens. Interpretação de Rock Hudson, James Dean, Elizabeth Taylor, Jane Withers. Cor, 190 minutos.

Adaptado de um romance de Edna Ferber onde se conta a história de uma família texana de proprietários de terra ao longo de duas gerações, este longuíssimo filme de mais de três horas que aliás a RTP já exibiu mais que uma vez haveria de conduzir a resultados surpreendentes: George Stevens obteve com ele um dos dois Oscars da sua carreira - e há unanimidade em que não é um dos seus dois melhores; Elizabeth é perfeita no seu papel e raramente é lembrada por ele; passou a ser um filme de James Dean - e considera-se que Rock Hudson tem aqui a sua grande interpretação.

A RTP ao exhibir oportunamente, no «Artes e Letras» que antecede a projecção do filme, um documentário sobre Hudson pode concorrer para que sobrevalorizemos os seus méritos e o seu talento; mas, por uma vez, deixa-nos desprevenidos perante Dean no seu já patente cabotinismo - um cabotinismo que provavelmente lhe teria sido fatal, se outra bem maior fatalidade lhe não tivesse tirado tão cedo a vida.

De resto, «O Gigante» vê-se sempre com prazer, com as suas cenas de grande força, os enredos duma história de paixões e ódios «vivos» por actores todos eles no apogeu das suas carreiras e o gigantesco Texas, que tem inspirado de romances e filmes apaixonantes até séries de cordel como «Dallas».

Domingo, 23.00, Canal 2

A Minha Personagem

«Murder By the Book» (telefilme, EUA/1987). Realização de Mel Damski. Interpretação de Robert Hays, Catherine Mary Stewart. Cor, 100 minutos.

Segunda, 14.35, Canal 1

A Bastalha do Pó de Arroz

«The Harvey Girls» (EUA/1946). Realização de George Sidney. Interpretação de Judy Garland, Ray Bolger, John Hodiak, Cid Charisse. Cor, 101 minutos.

Um filme do período de ouro do musical de Hollywood que nada lhe acrescenta às merecidas glórias. Intriga convencional, com algumas coreografias espectaculares onde já sobressaem os dotes de bailarina de Cid Charisse.

Terça, 14.35, Canal 1

O Muro

«Le Mur» (Turquia/1982). Realização de Yilmaz Guney. Interpretação de Tunçel Kurtiz, Nicolas Hossein. Cor, 117 minutos.

O inferno da repressão numa prisão turca, passado com prisioneiros de delito comum, num claro libelo contra o regime turco. Yilmaz Guney é como se sabe o autor de «Yolo», exibido em Portugal numa sala de cinema, premiado em 1982 com a Palma de Ouro no Festival de Cannes.

Terça, 22.00, Canal 2

Cavalgada de Paixões

«Stagecoach» (EUA/1966). Realização de Gordon Douglas. Interpretação de Ann Margret, Alex Cord, Bing Crosby, Van Heflin, Stefanie Powers. Cor, 115 minutos.

Pretendo remake dessa obra-prima do western que é «Cavalgada Heróica» de John Ford, este «Cavalgada de Paixões» tem com aquele em comum o espaço físico em que decorre. E tão-só... Cor, 114 minutos.

Quarta, 14.35, Canal 1

A Vida é Assim

«That's Life» (EUA/1986). Realização de Blake Edwards. Interpretação de Julie Andrews, Jack Lemmon. Cor, 102 minutos.

Blake Edwards dirigindo dois dos seus intérpretes preferidos numa comédia melodramática passada com gente rica em crise de meia-idade. A história pode ser desinteressante, mas deve valer a

pena assistir a mais uma demonstração do grande profissionalismo e talento do director e destes senhores-actores.

Quarta, 21.35, Canal 1

TEATRO

TEATRO DO BAIRRO ALTO

R. Ten. Raul Cascais. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. HIPÓTESE, de Robert Pinget, encenação e interpretação de Diogo Dória

TEATRO DO CALVÁRIO

R. Leão de Oliveira, 1. Tel. 3639974. De 5ª a dom. às 21.30. AMOR TAMBÉM DE PERDIÇÃO, produção e encenação de Fernando Gomes/Teatro Livre.

TEATRO DA COMUNA

Pç. de Espanha. Tel. 7260818. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. JOANA QUE..., texto e encenação de José Carretas. Café-Teatro: sáb., às 24.00, II FESTIVAL DA OTITE, de Carlos Paulo, encenação de João Mota.

TEATRO DA GRAÇA

Trav. de S. Vicente, 11. Tel. 875626. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. PAIS E FILHOS, de Turguenev, encenação de Rogério de Carvalho (até 20/10).

TEATRO MARIA MATOS

Av. Frei Miguel Contreiras. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. A MORTE DO PALHAÇO, de Raul Brandão, adaptação e encenação de João Brites, pelo Grupo O Bando.

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Almada. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. MOZARTE SALIERI, de Pushkin, pela Companhia de Teatro de Almada.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Rossio. Tel. 3472246. De 3ª a sáb. às 20.30, dom. às 16. PASSA POR MIM NO ROSSIO, texto e encenação de Filipe La Féria.

PARA CRIANÇAS

TEATRO DO CALVÁRIO  
R. Leão de Oliveira, 1. Tel. 3639974. Sáb. e dom. às 16.00: de 3ª a 6ª para grupos organizados. A GRANDE AVENTURA, texto e encenação de Fernando Gomes, produção do TIL.

TEATRO DE CARNIDE

Azinhaga das Freiras. Tel. 7145178. Domingo às 11.00. TRIC-TRAC, TERRA DOCE, AMARGO SABOR, encenação de J.S. Ricardo.

PALAVRAS CRUZADAS

|    |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |
|----|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|----|----|----|----|----|
|    | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 |
| 1  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |
| 2  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |
| 3  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |
| 4  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |
| 5  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |
| 6  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |
| 7  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |
| 8  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |
| 9  |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |
| 10 |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |
| 11 |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |
| 12 |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |
| 13 |   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |

Horizontais: 1 - Cidade banhada pelo Sado; comer com avidez. 2 - D. João I foi grão-mestre dessa ordem; êmulo; grosseiro. 3 - Escumilha; art.; estar; nota. mus.; conj. 4 - Rasteiras; ocultar. 5 - Casal; acabar; óxido de cálcio. 6 - Determinado tempo; içava. 7 - Rio da Europa Ocidental; ataque; outrossim. 8 - Rezara; ave trepadora. 9 - Pedras de moinho; requestas; ocas. 10 - Ondas; arrancas. 11 - Pron. pessoal.; está; cheguei; saudável; partir. 12 - Içam; mulheres dos filhos; espaço entre duas montanhas. 13 - Trigueiros; humedeceram.

Verticais: 1 - Cloreto de sódio; não obstante; tão. 2 - Cidade alentejana; ovo pequeno. 3 - Pron. pess.; arenta; brisa. 4 - Trajas; prep.; solta lamentos. 5 - Curo; mulheres pequenas. 6 - Ataque; enxugaras; laço apertado. 7 - Rio que banha Leiria; abatem; pron. pess. 8 - Observe; praia do Norte de Portugal. 9 - Oferecer; devastar; grande porção de água salgada. 10 - Art. esp.; socorredas; conj. cond. 11 - Animal feroz; partes laterais das narinas. 12 - Verbal; chegar; revolve a terra. 13 - Ruténio (símb.); respeitava; atmosfera. 14 - Presta culto; alberga. 15 - Acusado; deciframos; criminosas.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

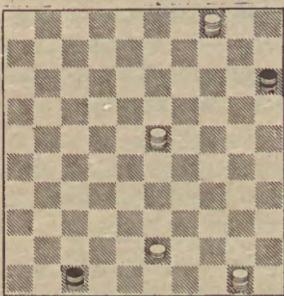
Horizontais: 1 - Remotas; resolve. 2 - Abono; eleva. 3 - a.C.; inovadora; Am. 4 - Gás; ano; alô. 5 - Enes; aroma; anel. 6 - Mar; acatava; ema. 7 - Esta; ágil. 8 - Vai; aturara; ais. 9 - Eram; atiro; odre. 10 - Lês; eam; ora. 11 - As; alarmavam; ar. 12 - Emalo; ditou. 13 - Sâmaras; alarmes.

Verticais: 1 - Reagem; velais. 2 - Cana; ares. 3 - Má; sereias; em. 4 - Obi; ama. 5 - Tona; ata; alar. 6 - Ano; acata; Alá. 7 - Sovara; úteros. 8 - Anotariam. 9 - Redoma; armada. 10 - Elo; avaro; vil. 11 - Será; agá; mata. 12 - Ova; mor. 13 - Lá; anelado; um. 14 - Além; irra. 15 - Esmola; searas.

DAMAS

CCCXXV - 17 de Outubro 1991  
Proposição nº 325  
Por: F. Léquibin  
Le Jeu de Dames Nº 9/1921

Pr.: [2]: (15)-(47)  
Br.: [4]: (4)-(23)-43-(50)



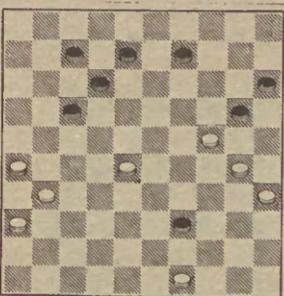
Branças jogam e ganham (4T)

\*\*\*

Golpe Nº 325

Por: Adjadj

La Dépêche du Midi, 14.IV.1982  
Pr.: [8]: 7-8-9-12-15-17-20-39  
Br.: [8]: 24-26-28-30-31-35-36-49



Branças jogam e ganham (5T)

\*\*\*

Soluções do Nº CCCXXV

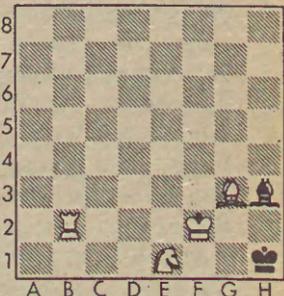
Nº 325 (F.L.): 1. 43-39  
(47-20); 2. 4-10 e 3. 23-18 e +  
1. ....  
(15-20); 2. 23-41 e 3. 4-31 e +  
1. ....  
(47-36); 2. 23-19 e 3. 50x22 e +  
1. ....  
Golpe Nº 325 (A.): 1. 28-22  
(17x28)\*; 2. 26-21, (20x29); 3.  
49-43, (39x48=D); 4. 30-241,  
(48x17); 5. 24x4=D+

A. de M.M.

XADREZ

CCCXXV - 17 de Outubro 1991  
Proposição nº 325/A  
Por: Alphonse Gruenewald  
La Bataille, 1947

Pr.: [2]: Bh3-Rh1  
Br.: [4]: C61-Bg3-Tb2-Rf2



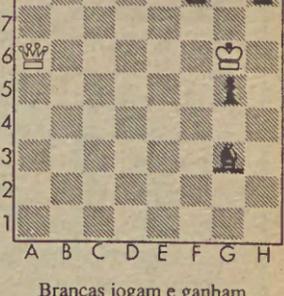
Mate em 3 lances

\*\*\*

Proposição nº 325/B

Por: W. Keym

Die Schwalbe, 1968



Branças jogam e ganham

\*\*\*

Soluções do Nº CCCXXV

Nº 325/A (A.G.): 1. Tb8, Bc8; 2. Tb1...e g  
Nº 325/B (W.K.): 1. Da1+, Rg8;  
2. Da2+ Rh8; 3. Db2+, Rg8; 4.  
Db3+, Rh8; 5. Dc3+, Rg8; 6.  
Dc4+, Rh8; 7. Dd4+, Rg8; 8.  
Dd5+, Rh8; 9. Dh1+, Bh4; 10.  
Da1+, Rg8; fs 11. Da2+, Rh8; 12.  
Db2+, Rg8; 13. Db3+, Rh8; 14.  
Dc3+, Rg8; 15. Dc4+, Rh8; 16.  
Dd4+, Rg8; 17. Dd7 e Br. ganham  
[posição teórica]

A. de M.M.

Tempo

Previsão Meteorológica  
Sábado: Céu pouco nublado, vento fraco a moderado no Norte e no litoral Oeste. Descida de temperatura.  
Domingo: Não há grandes alterações. Arrefecimento nocturno nas regiões do interior.



## ÚLTIMAS

# a talhe de FOICE

## Ajuste de contas

A hipótese, sem dúvida improvável, de ouvirmos um clubista ferrenho admitir e louvar a vitória de um adversário ou, mais improvavelmente ainda, a possibilidade de assistirmos à *mea culpa* de um governante, servem para exemplificar como alguns factos podem parecer ainda mais verdadeiros quando reconhecidos por certas pessoas - as que, certamente, ninguém esperaria ouvir em tais *performances* de rigor.

Pois foi o que aconteceu recentemente num dos raros programas de indiscutível qualidade perpetrados pela RTP (o quinzenal «Acerto de Contas», da responsabilidade do jornalista Pedro Vassalo), quando vimos e ouvimos gente tão insuspeita como dirigentes do grande patronato, ou especialistas de economia que ninguém pode acusar de avessos ao poder cavaquista, a reconhecer alguns factos que o PCP sistemática e aturadamente tem denunciado e demonstrado. Como seja que o propalado crescimento económico nacional apresenta distorções gravíssimas e a pagar em breve com língua de palmo, se, entretanto, não se fizer algo que inverta a actual tendência de desprezar o sector produtivo a favor das actividades especulativas e não geradoras de riqueza (e aqui está explicado por que os comunistas tanto insistiram e insistem que o *crescimento* verificado no consulado cavaquista não é sinónimo de *desenvolvimento*, antes o contraria).

Ou que o impacto da adesão plena, consubstanciada no Mercado Único de 1993 - e caso não se salvaguardem, como não se estão a salvaguardar, os interesses nacionais - irá provocar um terramoto socioeconómico que obrigará (pelo menos) dois terços dos portugueses a *mudar de profissão* - eufemismo cuja perversidade dispensa grandes explicações, pois encontra significado ao virar da primeira esquina de palavras como *desemprego*, *insegurança*, *precariedade* ou *miséria*.

São factos cuja identificação e reconhecimento têm a particularidade de vir, não da denúncia frontal dos comunistas, mas de alguma gente que geralmente os esconde ou escamoteia por razões óbvias de interesses de classe. É claro que ao concordarem, objectivamente, aqui e agora, com o que o PCP tem vindo a alertar nesta matéria, os dirigentes do grande patronato não se puseram de repente de acordo com quem defende os interesses dos trabalhadores - os seus interesses continuam a ser os mesmos e assentes na filosofia de sempre, que consiste na apropriação do trabalho alheio. O susto deles é que, se não houver trabalho alheio, também não pode haver apropriação...

O curioso é que esta constatação - que vinda de quem vem até parece mais verdadeira... - foi colocada no ar pela RTP só depois das eleições e, mesmo assim, num canto desabitado da programação entretanto ocupadíssima a expandir a euforia da vitória laranja. A vitória que, no mínimo, veio garantir a concretização de todas as sombrias preocupações reconhecidas no «Acerto de Contas».

O que não admira. As contas que esta televisão sabe fazer são as do dono - o mesmo que as desacertou tão bem, que obteve novo mandato. Só que as contas erradas, deliberadamente ou não, jamais poderão dar certo. Nem eternizar-se na vida das pessoas que, mais tarde ou mais cedo, hão-de sempre fazer o acerto. Com ajuste.

■ HC

## Pacote laboral no «Diário da República»

# Delegação da CGTP com o Presidente da República

Os nove decretos do «Pacote Laboral», entre os quais os famigerados diplomas sobre cessação do contrato por inadaptação e trabalho em comissão de serviço, foram ontem publicados no «Diário da República».

Recorda-se que, para além dos já referidos, o «Pacote» inclui diplomas sobre o trabalho de menores, férias e licenças sem vencimento, duração do trabalho e trabalho suplementar, quadro legal da formação profissional, enquadramento legal da formação profissional inserida no mercado de emprego e regime jurídico dos salários em atraso.

Segundo a nova legislação - vivamente criticada pela CGTP que durante a fase de discussão desencadeou várias formas de luta em sinal de protesto contra a mesma -, a entidade empregadora vai passar a poder despedir os seus assalariados por inadaptação ao posto de trabalho. Entre as «razões» invocadas pelo diploma, que entra em vigor 60 dias após a publicação, conta-se a «redução reiterada de produtividade ou de qualidade», «as avarias reiteradas nos meios afectos ao posto de trabalho» e os «risco para a segurança e saúde do próprio ou dos restantes trabalhadores ou de terceiros».

O diploma considera ainda que se verifica inadaptação do trabalhador quando, em «cargos de complexidade técnica ou de direcção, não tenham sido cumpridos os

objectivos previamente fixados e formalmente aceites, sendo tal determinado pelo modo de exercício de funções e desde que torne praticamente impossível a subsistência da relação de trabalho».

As condições para a cessação do contrato de trabalho são igualmente definidas no presente decreto-lei, restando ao trabalhador o direito de requerer a suspensão judicial do despedimento no prazo de cinco dias úteis a contar da recepção da comunicação do mesmo.

A lei sobre o trabalho em comissão de serviço admite esta modalidade em cargos de administração e de direcção ou secretariado da administração, fundamentados em relação de confiança, cessando este regime a qualquer momento com um pré-aviso de 30 ou 60 dias.

Quanto ao trabalho de menores, a nova legislação estipula que qualquer indivíduo de 16 anos pode celebrar directamente um contrato de trabalho, se não tiver uma oposição escrita dos seus representantes. Estipula-se ainda que o menor deve ter concluído os nove anos de escolaridade obrigatória para poder ser contratado, mas admite-se que «os menores com idade compreendida entre os 14 anos e a idade mínima de admissão, que tenham concluído a escolaridade obrigatória, podem prestar trabalhos leves». Os menores que tenham completado a idade mínima de

admissão (16 anos) e não possuam ainda a escolaridade obrigatória, podem prestar trabalho desde que estejam a frequentar estabelecimentos de ensino ou estejam abrangidos por modalidades especiais de educação escolar ou, ainda, por um programa de aprendizagem ou formação profissional que confirmem um grau de equivalência da escolaridade obrigatória.

### Direito a férias e horário de trabalho

No que se refere ao direito a férias, a legislação estipula, entre outras coisas, que o mesmo se adquire com a celebração do contrato de trabalho e se vence no dia 1 de Janeiro de cada ano civil, ressalvando no entanto que «quando o início da prestação de trabalho ocorra no 2º semestre do ano civil, o direito a férias só se vence após o decurso de seis meses completos de serviço efectivo». No caso do início da prestação de trabalho ocorrer no 1º semestre do ano civil, o trabalhador tem direito, após um período de 60 dias de trabalho efectivo, a um período de férias de oito dias úteis. O diploma estabelece que o período anual de férias é de 22 dias úteis.

O «Pacote Laboral» estabelece ainda um novo regime jurídico da duração do trabalho e do trabalho suplementar, a entrar em vigor no primeiro dia do segundo mês seguinte ao da sua publicação. O

período normal de trabalho não pode ser superior a oito horas e a 44 horas por semana, mas «por convenção colectiva a duração normal de trabalho pode ser definida em termos médios, caso em que o período normal de trabalho pode ser aumentado até ao limite de duas horas, sem que a duração semanal exceda as 50 horas, só não contando para este limite o trabalho suplementar prestado por motivo de força maior».

Preocupada com a situação dos trabalhadores, que esta nova legislação não vem beneficiar, está a CGTP, que antontem enviou uma delegação ao Presidente da República para lhe dar conta da «pressão cada vez maior» sobre os direitos dos trabalhadores.

Na ocasião, o coordenador da CGTP, Carvalho da Silva, afirmou que «esta pressão tende a acentuar-se» e que as principais reivindicações da central sindical junto do Governo serão no sentido de uma melhor distribuição da riqueza, aumento dos salários e prestações sociais e melhoria global da qualidade de vida. Manifestando a sua preocupação com o encerramento de empresas e despedimentos colectivos que se estão a verificar no país, Carvalho da Silva salientou que «os trabalhadores têm o direito de exigir que as empresas encontrem soluções alternativas, pois os empresários não podem ser irresponsáveis do ponto de vista social».

## Encontros do PCP com a ID e «Verdes»

Para encontros separados com uma delegação do PCP estiveram na terça-feira passada, na sede nacional dos comunistas na Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa, delegações das outras forças componentes da CDU-Coligação Democrática Unitária, concorrente às eleições legislativas do passado dia 6 de Outubro: Intervenção Democrática (ID) e Partido Ecologista «Os Verdes».

A delegação do Partido Comunista Português era composta pelo secretário-geral do Partido, Álvaro Cunhal, pelo secretário-geral adjunto, Carlos Carvalhas, e pelo membro da Comissão Política, Octávio Teixeira.

A Intervenção Democrática foi representada pelo engenheiro António Gonçalves, doutor Gilberto Lindim Ramos e o jornalista João Corregedor da Fonseca, membros da direcção desta formação política.

Os «Verdes» estiveram neste encontro representados pelos dois deputados eleitos em 6 de Outubro, Isabel Castro e André Martins, igual-



As reuniões dos PCP com as delegações da ID (em cima) e do Partido Ecologista «Os Verdes» realizaram-se na terça-feira no CT da Soeiro Pereira Gomes

mente membros do Conselho Nacional daquele partido, e ainda Victor Basto, igualmente daquele organismo de direcção do PEV.

Este foi o primeiro encontro entre membros das direcções destas formações políticas após o último acto eleitoral.

## Pioneiros em festa

«Os Pioneiros de Portugal» realizam no próximo dia 27, no cinema Tivoli, em Lisboa, a sua 3ª Festa Nacional.

Subordinada ao tema «A Escola», a Festa terá início às 11.00 horas, constando do seu vasto e diversificado programa momentos de música, dança e mímica.

A entrada é gratuita para todas as crianças.

